

Universidade de Lisboa  
Faculdade de Letras  
Departamento de Estudos Anglísticos



**ASPECTOS SISTÉMICO-FUNCIONAIS DA MUDANÇA  
LINGUÍSTICA EM CARTAS FAMILIARES DO  
*EARLY MODERN ENGLISH***

Dissertação co-orientada por  
Professora Doutora Luísa Azuaga  
Professor Doutor Carlos Gouveia

Marlene Viegas  
Mestrado em Estudos Anglísticos  
Linguística Inglesa

2004

A Deus  
à minha família  
aos meus amigos  
devo e dedico este trabalho.

## ÍNDICE

<i>Quadros e gráficos</i>	4
<i>Abreviaturas e símbolos</i>	5
<i>Codificação textual do CEECS</i>	6
<i>Agradecimentos</i>	7
<b>Introdução</b>	8
<b>1. A Gramática Sistémico-Funcional como modelo analítico</b>	12
1.1. As metafunções da linguagem	18
1.2. A metafunção interpessoal	21
1.2.1. A estrutura do Modo verbal	22
1.2.2. A estrutura do Resíduo	26
1.2.3. Elementos externos à estrutura Modo verbal/Resíduo	27
1.2.4. Polaridade e Modalidade	28
1.2.4.1. Compromisso Modal	32
1.2.4.2. Responsabilidade Modal	33
<b>2. A investigação em História da Língua</b>	36
2.1. A Linguística Diacrónica no panorama linguístico geral	38
2.2. A Gramática Sistémico-Funcional aplicada à História da Língua Inglesa	48
<b>3. Apresentação do <i>corpus</i></b>	56
3.1. Introdução	57
3.2. Constituição do <i>corpus</i>	59
3.3. Motivações para a escolha do género carta familiar	62
3.4. Enquadramento histórico e social do <i>corpus</i>	64
Apêndice 3-A	72
<b>4. Análise do <i>corpus</i></b>	73
4.1. Procedimentos de análise	74
4.2. Interpretação dos dados e apresentação de resultados	82
Apêndice 4-A	115
<b>Conclusão</b>	116
<b>Apêndice I</b>	120
<b>Apêndice II</b>	122
<b>Anexo</b>	150
<b>Bibliografia</b>	163

## QUADROS E GRÁFICOS

### Quadros

Quadro 1: Síntese da organização semântica da oração como troca	22
Quadro 2: Tipos de Modos oracionais e respectiva realização no Modo verbal	23
Quadro 3: Principais diferenças funcionais entre os elementos Finito e Predicador	26
Quadro 4: Escala dos valores modais na modalização e na modulação	32
Quadro 5: Padrões de responsabilidade modal	34
Quadro 6: Síntese do sistema de modalidade	35
Quadro 7: Resumo da distribuição das cartas do <i>corpus</i> por períodos	61

### Gráficos

Gráfico 1: Orações declarativas, interrogativas e imperativas	83
Gráfico 2: Proposições e Propostas	86
Gráfico 3: Pronomes pessoais em posição de Sujeito	89
Gráfico 4: Finitos de tempo	95
Gráfico 5: Orações modalizadas e moduladas	104
Gráfico 6: Finitos modais	105
Gráfico 7: Adjuntos de modo verbal	108

## ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

### Abreviaturas

S	Sujeito
F	Finito
Fn	Finito de polaridade negativa
Fmz	Finito modalizado
Fml	Finito modulado
P	Predicador
Pmz	Predicador modalizado
Pml	Predicador modulado
F/P	Fusão de Finito e Predicador
C	Complemento
Ca	Complemento atributivo
Ac	Adjunto circunstancial
Acj	Adjunto conjuntivo
Acm	Adjunto de comentário
Am	Adjunto de modo
Av	Adjunto vocativo

### Símbolos da análise oracional

	Indica relações de parataxe
	Indica relações de hipotaxe
[[ ]]	Oração encaixada
<< >>	Oração apositiva
*	Interpretação atribuída a determinadas construções elípticas
#	Indica impossibilidade de análise por falta de elementos essenciais na oração

## CODIFICAÇÃO TEXTUAL DO CEECS

w=ch=	w <sup>ch</sup> na edição original (= = indica a existência de uma abreviatura, neste caso, é a abreviatura de <i>which</i> )
+te	þe na edição original (+t indica a utilização da letra <i>thorn</i> , originária do alfabeto rúnico, no texto da edição original)
[^...^]	Comentário do compilador do <i>corpus</i> (e.g., [^GAP^])
[^...]	Comentário do editor das cartas (e.g., [POSTSCRIPT.])
{...}	Emenda (e.g., m{{oney}})
[}...}]	Cabeçalho da carta (e.g., [} [175. ELIZABETH STONOR TO WILLIAM STONOR] }]). Note-se que a maior parte dos cabeçalhos das cartas são editoriais, pelo que, muitas vezes, são duplamente codificados, tal como neste exemplo.)
(\...)	Palavra ou expressão em língua estrangeira (e.g., (\Salutem in Christo!))
(^...^)	Formato de letra diferente, o que, na maioria das vezes, indica utilização de itálico (e.g., (^Jesu^))
...	Falta de elementos cuja reconstituição não foi possível

## AGRADECIMENTOS

O meu interesse pela Linguística nasceu das lições das Professoras Marijke Boucherie, Esperança Cardeira e Emília Pedro. A todas elas agradeço a paixão com que transmitiram o seu conhecimento. Aos meus Orientadores, Luísa Azuaga e Carlos Gouveia, devo-lhes mais do que o conhecimento e a amizade... devo-lhes a inspiração e o ânimo.

Por terem tornado possível este trabalho, agradeço a Arja Nurmi, que autorizou a disponibilização do *corpus*; a David Banks, a Martin Davies e a Michael Cummings, pelo incentivo e apoio bibliográfico; e a Michael Halliday pela partilha de ideias.

Agradeço ainda aos meus colegas de trabalho, Ana Paula Ferreira, Fernanda Guedelha e Victor Silva, pela amizade e compreensão; à Catarina, pela ajuda na revisão final da dissertação; a todos os meus amigos pela cumplicidade; à minha família, pelo amor que me transmitiu e, sobretudo, por compreender a minha ausência.

## **INTRODUÇÃO**

É nossa convicção que, ao estudarmos uma língua no seu existir concreto, não podemos dissociá-la da sua história, do seu desenvolvimento estrutural e das transformações sistemáticas e funcionais inerentes à sua constituição como instrumento de comunicação. A variação e a mudança linguísticas são, pois, no nosso entender, inerentes ao dinamismo e à necessidade permanente de actualização e de adaptação das línguas às necessidades comunicativas dos seus utentes. Julgamos, por isso, fundamental a consideração destes factores no estudo integral de qualquer sistema linguístico, sobretudo no âmbito de modelos gramaticais cujos pressupostos teóricos assentem na função social da linguagem, ou seja, nos quais o estudo de uma língua e do seu uso implica uma análise centrada na natureza social da produção de significados e na contextualização institucional e situacional dos interlocutores.

Tendo isto em conta, e considerando que as mudanças e evoluções na estrutura das línguas estão quase sempre, directa ou indirectamente, relacionadas com condicionalismos sociais (uma vez que mudanças na sociedade aumentam a apetência da língua para a inovação), pretendemos nesta dissertação estudar aspectos da variação linguística do inglês em cartas familiares do período *Early Modern*, utilizando como principal instrumento de investigação a Gramática Sistémico-Funcional. Ao contrário dos modelos formais, que descrevem o sistema linguístico sem consideração pelos seus verdadeiros utentes e pelas condições concretas de uso das línguas (i.e., pelos contextos culturais e situacionais específicos que estruturam e dão significado aos textos que produzimos), a Gramática Sistémico-Funcional é um modelo gramatical produtivo do ponto de vista da interacção verbal. Por isso, esta teoria linguística concentra no locutor, enquanto falante real e agente social discursivamente construído, a quem compete fazer um conjunto de escolhas hierarquizadas e paradigmáticas, a responsabilidade de produzir significados e de manter, com os outros falantes, relações linguísticas e sociais contextualizadas. Pela atenção dada, entre outros aspectos, aos papéis sociais dos interlocutores, às relações estabelecidas entre eles e à natureza das

circunstâncias comunicativas, pensamos que a utilização deste modelo gramatical no estudo diacrónico da língua inglesa trará novas perspectivas de análise sobre as motivações sociais e funcionais da mudança linguística.

Esta dissertação pretende, pois, reflectir sobre a possibilidade e a relevância de aplicar metodologias analíticas sistémico-funcionais ao estudo da mudança linguística, e enfrenta o desafio de transferir para o domínio da linguística histórica ferramentas interpretativas que têm sido usadas praticamente só na descrição de línguas modernas. De modo a testarmos a aplicabilidade da lógica e dos conceitos sistémico-funcionais a dados históricos, debruçar-nos-emos essencialmente sobre a organização textual das cartas que constituem o nosso *corpus*, enquanto manifestações discursivas interpessoais, pelas quais os interlocutores comunicam não só a sua identidade relativamente a outros, assim como o papel social que lhes é exigido pela situação discursiva em que estão envolvidos. Em suma, procuramos perceber que estratégias são usadas para construir identidades e relações sociais e de que modo e por que razão é que elas se vão alterando no devir temporal.

Pelas razões acima expostas, era indispensável começarmos esta dissertação pela explanação da teoria gramatical que a norteia. Assim, no primeiro capítulo, apresentamos a Gramática Sistémico-Funcional como modelo analítico, reflectindo sobre as suas principais orientações conceptuais e metodológicas. Daremos especial atenção à apresentação da componente interpessoal desta gramática, por ser nela que apoiaremos a análise prática das vinte cartas familiares que compõem o *corpus* deste trabalho.

Na sequência desta apresentação, problematizamos, no segundo capítulo, o tema dos estudos diacrónicos tal como têm sido abordados, desde finais do século XVIII, pelas várias tendências linguísticas dominantes. Feito este enquadramento, referimo-nos a alguns trabalhos recentes na área da Linguística Histórica e, neste contexto, apresentamos os contributos vanguardistas de alguns linguistas que, com insular diligência, aplicaram a Gramática Sistémico-Funcional a períodos históricos da evolução da língua inglesa.

O capítulo 3 visa apresentar pormenorizadamente o *corpus* em que assenta a nossa análise interpessoal. Este é constituído por uma selecção de vinte cartas familiares trocadas entre os membros nucleares de uma família e

escritas entre os séculos XV e XVII. Este conjunto de textos foi extraído do *Corpus of Early English Correspondence Sampler*, uma compilação de vinte e três colecções de cartas pessoais, coligidas por uma equipa de investigação em Sociolinguística Histórica da Universidade de Helsínquia. Para além da sua organização, referimo-nos também às razões que nos levaram a optar por este género discursivo e terminamos com a contextualização histórica e social do período *Early Modern*.

Finalmente, no quarto e último capítulo, começamos por expor os procedimentos analíticos utilizados na análise oracional das cartas, bem como algumas das escolhas que fizemos na exposição e posterior interpretação dos dados linguísticos. O capítulo termina com a apresentação dos resultados da análise interpessoal do *corpus* que, possivelmente, nos permitirá intercalar uma leitura sistémico-funcional com algumas observações histórico-linguísticas. Com este cruzamento de perspectivas procuraremos, por um lado, interpretar a linguagem como prática social analisável enquanto produção, negociação e comunicação de significados e, por outro lado, encontrar motivações funcionais para a mudança linguística.

## **1. A GRAMÁTICA SISTÉMICO-FUNCIONAL COMO MODELO ANALÍTICO**

This interest [in how people use language with each other in accomplishing everyday social life] leads systemic linguists to advance four main theoretical claims about language: that language use is functional; that its function is to make meanings; that these meanings are influenced by the social and cultural context in which they are exchanged; and that the process of using language is a *semiotic* process, a process of making meanings by choosing.

These four points, that language use is functional, semantic, contextual, and semiotic, can be summarized by describing the systemic approach as a *functional-semantic* approach to language.

(Eggins, 1994: 2)

Principalmente inspirado pelos ensinamentos do linguista J. R. Firth, fundador da Escola de Londres, e pelo trabalho do sociólogo Basil Bernstein, mas revelando também influências da Escola de Praga e do linguista dinamarquês Hjelmslev, Michael Halliday começou a delinear, em meados dos anos 60 do século XX, os contornos de um modelo de descrição gramatical de orientação funcional e semântica, denominado, numa primeira fase, Semiótica Social (1978) e depois Gramática Sistemico-Funcional (GSF) (1985)<sup>1</sup>.

Na base deste modelo gramatical está uma concepção sócio-semiótica de sistema, de ascendência firthiana, segundo a qual uma teoria sistémica é uma teoria de escolhas ao nível do significado: “a theory of meaning as choice, by which a language, or any other semiotic system, is interpreted as networks of interlocking options” (Halliday, 1994a: xiv). Um sistema define-se, então, como um conjunto de opções de significado interrelacionadas que servem de condição de entrada para outros sistemas ou subsistemas, formando, no seu conjunto, uma rede de sistemas. Cada sistema desta rede de sistemas

---

<sup>1</sup> A expressão “semiótica social” continua a ser amplamente usada por sistemicistas de todo o mundo não para designar a teoria sistémico-funcional em si, mas para especificar a perspectiva analítica por ela adoptada relativamente à definição de um sistema social, ou de uma cultura, como um sistema de significados (Halliday & Hasan, 1989: 4).

representa a realização de escolhas potenciais e paradigmáticas que o locutor pode fazer a diferentes níveis<sup>2</sup> para a comunicação de significados.

O produto de uma sequência de escolhas é um texto (Egins, 1994: 307), estruturado em fraseados (*wordings*) que codificam o significado da interação linguística. Por outras palavras, é através da descodificação dos fraseados em que um texto está construído que se chega ao seu significado, e é nesta descodificação que a gramática da língua assume um papel determinante. Vejamos as palavras do próprio Halliday (1994a: xvii) a propósito desta questão:

A text is a semantic unit, not a grammatical one. But meanings are realized through wordings; and without a theory of wordings – that is, a grammar – there is no way of making explicit one's interpretation of the meaning of a text.

Outro dos pressupostos teóricos fundamentais da GSF determina que é o uso que cada falante faz da sua língua que modela o sistema linguístico. Assim, a descrição do sistema linguístico deve procurar perceber, por um lado, como é que os falantes usam a linguagem para comunicar e, por outro, como é que as línguas estão estruturadas para o uso. O conceito de uso é, pois, crucial na definição do cariz funcional desta teoria. E este funcionalismo revela-se em três sentidos distintos intimamente relacionados: na sua interpretação dos textos, do sistema linguístico e dos elementos das estruturas linguísticas (*idem*: xiii). Deste modo, numa descrição funcional em que a unidade semântica fundamental é o texto e a unidade gramatical mínima de significação a oração, os elementos linguísticos são observados a partir de produções textuais autênticas e descritos em termos da função que desempenham no sistema como um todo. Neste sentido, todas as unidades linguísticas de uma língua são semioticamente construídas na GSF como configurações orgânicas de funções (*idem*: xvi), ou seja, cada unidade é interpretada como funcional relativamente à sua operacionalidade no sistema linguístico.

---

<sup>2</sup> A GSF vê as línguas como sistemas semióticos estratificados compostos pelos níveis semântico-discursivo, léxico-gramatical e fonológico/grafológico (*vd.* Martin, 1992). No entanto, esta teoria tem-se centrado essencialmente na análise das selecções léxico-gramaticais por entender ser este o nível que, ao abranger o vocabulário e a gramática, melhor descreve o plano semântico-discursivo (ou plano do conteúdo), considerado o estrado nuclear dos estudos linguísticos.

Considerando, então, a língua como um sistema semiótico, e os processos de uso dessa língua como processos de construção de significado pela escolha (Eggins, 1994: 22), competirá ao sujeito falante a selecção dos elementos linguísticos apropriados a determinada situação discursiva:

The system of available options is the 'grammar' of the language, and the speaker, or writer, selects within this system: not *in vacuo*, but in the context of speech situations. (Halliday, 1970: 142)

O uso da linguagem como instrumento de acção, materializado nas escolhas linguísticas que cada falante é constrangido a fazer no âmbito do potencial de significado de uma língua, não pode, portanto, estar alheado do conjunto de factores contextuais que condicionam a comunicação. Tendo isto em conta, Halliday (1978: 109) define o potencial de significado em dois níveis contextuais distintos:

Interpreted in the context of culture, it [the meaning potential] is the entire semantic system of the language. (...) Interpreted in the context of situation, it is the particular semantic system, or set of subsystems, which is associated with a particular type of situation or social context.

Na esfera teórica em que a GSF se integra, adquirem assim particular importância as noções de contexto de cultura e contexto de situação<sup>3</sup>.

Como ficou claro no excerto de Halliday acima citado, a noção de **contexto de cultura** tem um significado mais abrangente do que a de contexto de situação, uma vez que é aquele que determina a natureza dos códigos, entendidos como princípios semióticos abstractos que, quando organizados, governam as escolhas entre os falantes (Halliday, 1978, 1994a). No espaço cultural partilhado pela comunidade discursiva, um texto é produzido dentro dos parâmetros definidos por determinadas práticas discursivas e enquadrado num

---

<sup>3</sup> Halliday & Hasan (1989: 5-9) e Eggins (1994: 49-52) fazem uma breve mas muito elucidativa exposição sobre a evolução conceptual destes dois tipos de contexto, começando pela formulação dos conceitos do antropologista Bronislaw Malinowski, passando pela elaboração de J. R. Firth, sem deixar de mencionar o contributo de Dell Hymes e de outros etnógrafos da comunicação e sociolinguistas.

**género**<sup>4</sup> particular (cartas familiares, anúncios, poemas, anedotas, etc.) que os falantes, enquanto entidades cultural, ideológica e linguisticamente situadas, reconhecem e legitimam.

No que concerne ao **contexto de situação**, a interpretação é mais restrita porque diz respeito ao campo de acção imediato do evento linguístico, ou seja, ao conjunto de aspectos linguísticos e extra-linguísticos, em que estão incluídos o que é dito, o modo como é dito e a intenção com que é dito, os papéis sociais e o posicionamento físico dos interlocutores, etc. No essencial, o contexto situacional é caracterizado por três variáveis denominadas campo, relações e modo (*field, tenor e mode*)<sup>5</sup>. Enquanto o campo define aquilo de que se fala, ou seja, o tópico da actividade humana que é abrangido pelo acto linguístico (e.g., comércio, desporto, actividades domésticas, etc.), a variável relações especifica o tipo de relação existente entre os interlocutores (ex. mãe/filho, patrão/empregado, amigos); o modo, por sua vez, determina qual o papel desempenhado pela linguagem em si (por exemplo, se se trata de um registo oral ou escrito, qual o modo retórico, etc.). Cada uma destas variáveis está, por definição, directamente relacionada com as metafunções da linguagem, de que falaremos adiante (*vd.* subcapítulo 1.1.), respectivamente as metafunções ideacional, interpessoal e textual. Ao identificar-se este conjunto de configurações situacionais encontra-se o **registo** do texto, ou seja, circunscreve-se situacional e semanticamente o texto.

Assim se percebe que a linguagem serve propósitos sociais e é por isso objecto de constrangimentos macro-contextuais (contexto cultural) e micro-contextuais (contexto situacional), de tal forma que cada texto, como

---

<sup>4</sup> Neste trabalho, entendemos o conceito de género na acepção de Eggins & Martin (1997: 236). Segundo estes systemicistas, a noção de género na GSF difere do significado que o uso tradicional lhe atribuiu (em que género designa tipos de produções literárias) em dois aspectos importantes:

Firstly, linguistic definitions of genre draw on Russian literary theorist Bakhtin's (...) identification of speech genres as 'relatively stable types' of utterances. This broadens genre to include everyday as well as literary genres, in both written and spoken modes. (...) Secondly, linguists define genres functionally in terms of their social purpose. Thus, different genres are different ways of using language to achieve different culturally established tasks, and texts of different genres are texts which are achieving different purposes in the culture.

<sup>5</sup> Os termos técnicos da GSF traduzidos neste trabalho seguem a tradução da lista de "Termos de Gramática Sistemico-Funcional em português", aprovada na lista de discussão "gsfemportugues@egroups.com", e que poderá ser consultada na *Internet* no seguinte endereço: <http://www.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/artigos/TermosGSF.pdf>. Nos casos em que ainda não há tradução aprovada, a tradução dos termos é de nossa autoria.

produto ideológico, deixa transparecer e é moldado pelo contexto em que ocorre, numa relação de assídua interdependência:

(...) context is in text: text carries with it, as a part of it, aspects of the context in which it was produced and, presumably, within which it would be considered appropriate. (...) Our ability to deduce context from text is one way in which language and context are interrelated. (Eggins, 1994: 7)<sup>6</sup>

Os textos reflectem, deste modo, influências do contexto em que são produzidos, na medida em que as variáveis campo, relações e modo do registo actuam sobre a sua configuração linguística. Assim, ao mesmo tempo que as dimensões contextuais delimitam e influenciam o que é dito, o modo como é dito, a intenção com que é dito, os papéis sociais assumidos pelos intervenientes na interacção, etc., tornando previsível a construção de determinados fraseados, também a forma como os textos estão construídos nos permitem deduzir o contexto em que foram produzidos. Ou seja, como seres sociais e agentes produtores de significado, os falantes são inibidos por convenções institucionais e ideológicas que determinam e constroem linguisticamente as suas produções textuais. A inter-relação entre texto e contexto que Eggins menciona na citação acima transcrita, caracteriza-se como dialéctica e probabilística: é tão provável que os locutores escolham géneros discursivos considerados apropriados a determinada situação discursiva, como é provável que as condições contextuais em que o texto se integra delimitem o seu fraseado.

Terminada a primeira parte desta exposição, a abordagem sistémica pode, então, ser finalmente caracterizada na sua plenitude como funcional, semântica, contextual e semiótica, tal como sugerido na citação introdutória deste capítulo.

---

<sup>6</sup> Sublinhados no original.

## 1.1. As metafunções da linguagem

Na base da Linguística Sistémico-Funcional está a noção de que, no plano semântico-discursivo, as línguas estão funcionalmente organizadas em torno de três componentes funcionais – designadas metafunções<sup>7</sup> – que definem as dimensões do seu espaço semântico. As metafunções assumem-se como três ângulos distintos, complementares e simultâneos de olhar para a linguagem em uso. A comunicação de significados em determinados contextos pode assim ser analisada: (i) enquanto reflexo da experiência e da visão que os falantes têm da realidade circundante e da sua própria consciência, e do modo como as representam linguisticamente em termos experienciais e em termos lógicos – **metafunção ideacional**; (ii) enquanto expressão da interacção entre falantes e das suas formas de acção em sociedade – **metafunção interpessoal**; e (iii) como produção textual, falada e/ou escrita, organizada de forma coerente e coesa de modo a que cumpra as exigências de operacionalidade da língua – **metafunção textual**. Estas metafunções têm uma relação sistemática com a léxico-gramática da língua, ou seja, com o sistema unitário de organização da gramática e do vocabulário, concretizado, como referimos anteriormente, na selecção de estruturas e de itens lexicais.

Como foi referido, a metafunção ideacional está relacionada com a forma como está estruturada a experiência dos falantes e como a linguagem está ordenada de modo a exprimir relações lógicas. Assim, ela surge organizada em duas subfunções: a função experiencial e a função lógica. A primeira realiza-se a nível léxico-gramatical no sistema de Transitividade, sendo a oração entendida como representação do real, e os significados ideacionais essencialmente codificados em termos de processos, participantes envolvidos e circunstâncias. Os processos são realizados no grupo verbal, o

---

<sup>7</sup> As metafunções hallidayanas são o princípio funcional de organização linguística que subjaz a toda a teoria sistémico-funcional. Halliday define metafunção do seguinte modo: “The meaning of metafunction is ‘that part of the system of a language – the particular semantic and lexico-grammatical resources – that has evolved to perform the function in question’.” (Halliday & Hasan, 1989: 44).

principal elemento da mensagem de um ponto de vista experiencial, uma vez que é o tipo de processo verbal que estabelece e designa os participantes envolvidos. O Actor, por exemplo, é, no sentido mais lato, o participante activo que executa a acção (corresponde ao sujeito lógico da gramática tradicional); no sentido mais restrito, o Actor é o agente de um processo material. Quanto às circunstâncias, elas assinalam as condições (de espaço, tempo, modo, causa, etc.) em que os processos actuam. A segunda subfunção ideacional expressa-se a nível léxico-gramatical no tipo de interdependência, ou Taxis, e nas relações lógico-semânticas existentes entre orações. O sistema de Taxis diz respeito à forma como as orações se relacionam em termos de parataxe e de hipotaxe. As relações lógico-semânticas explicitam o tipo de ligação – que pode ser de expansão ou de projecção – existente entre as orações de um complexo oracional.

A metafunção interpessoal, por sua vez, manifesta-se linguisticamente no sistema de Modo oracional<sup>8</sup>. Considerando que o objectivo primordial da comunicação é a permuta de significados, a oração é vista, neste sistema, como troca ou interacção. Neste contexto, o locutor assume determinado papel discursivo e, ao fazê-lo, constitui o seu interlocutor enquanto sujeito linguístico e social que também assume um papel preciso na interacção verbal. Conforme enunciado na Introdução deste trabalho, a análise de cartas familiares do período do *Early Modern English* será baseada no sistema de Modo oracional, razão pela qual abordaremos mais pormenorizadamente esta metafunção no subcapítulo seguinte.

Por último, a metafunção textual concretiza-se a nível léxico-gramatical na estrutura temática. Nesta estrutura, a oração é observada como uma mensagem composta por um Tema e por um Rema. De um modo geral, o Tema é o primeiro elemento da oração com valor ideacional e está relacionado com a forma como é organizada a informação em orações e, através destas, em textos. É por isso encarado como o ponto de partida para a mensagem e a sua escolha tem um papel fundamental na forma como o discurso está organizado. O Rema integra então os restantes elementos da oração que

---

<sup>8</sup> O sistema gramatical de Modo oracional é enunciado em inglês com maiúsculas (*MOOD*) para se distinguir do Modo verbal (*Mood*), elemento funcional da estrutura da oração. A distinção Modo oracional vs. Modo verbal pretende em português dar conta da distinção que em inglês é dada pelo uso de maiúsculas vs. minúsculas (vd. lista de “Termos de Gramática Sistemico-Funcional em Português”).

desenvolverão o Tema. A análise do sistema Tema/Rema permite o reconhecimento das unidades linguísticas em termos de co-texto (i.e., contexto linguístico) e de espaço discursivo.

Em todas as produções linguísticas escritas ou faladas existe uma simultaneidade funcional, isto é, estas três metafunções estão presentes em sincronia. Por esta razão, apenas motivações analítico-descritivas podem justificar a sua separação. Para além disso, e como já referimos, as metafunções estão relacionadas não só com a produção de significados, e, portanto, com o modo como a gramática e o léxico são moldados de acordo com as necessidades comunicativas dos falantes, mas também com o contexto situacional em que o texto é produzido.

## 1.2. A metafunção interpessoal

Na metafunção interpessoal, a estrutura dialógica de um texto assume particular relevo e a sua percepção semântica deve ter em conta dois factores primordiais: por um lado, o papel assumido pelos intervenientes na troca e, por outro, a natureza daquilo que é trocado.

No estudo da oração como troca, o locutor desempenha um de dois papéis discursivos básicos: dar ou pedir alguma coisa. Delimitado por estas duas condicionantes, deve esperar do seu interlocutor uma resposta, concordante ou contrária às suas expectativas, mas sempre adequada ao papel discursivo que lhe foi atribuído. Neste intercâmbio, o locutor troca dois tipos de utilidades – Bens & Serviços ou Informação.

Na troca de **Bens & Serviços**, o locutor usa a linguagem como meio para atingir um determinado objectivo ou influenciar o comportamento de alguém. É nesta acepção que se pode afirmar que ao usar uma língua estamos a instituí-la como instrumento de acção. Mas a linguagem em si assume aqui um papel meramente subsidiário, na medida em que serve apenas como agente de concretização. A troca de Bens & Serviços define duas funções discursivas fundamentais: a oferta e a ordem. Nesta interacção, o alocutário pode aceitar/rejeitar a oferta ou, tratando-se de uma ordem, obedecer ou recusar.

A troca de **Informação**, por sua vez, só existe na forma de linguagem, no sentido em que aquilo que é trocado é a própria linguagem. Aqui é pedido ao alocutário não apenas para ouvir e realizar uma acção (física ou oral), mas também para desempenhar um papel verbal – afirmar, negar ou fornecer informação ausente (Halliday, 1994a: 70). As funções discursivas essenciais na troca de Informação são a afirmação e a interrogação. Apesar de a expectativa do locutor ser a de que o alocutário tome conhecimento do que é enunciado ou responda à pergunta feita, este poderá optar por refutar a informação dada ou recusar-se a responder.

Segundo a GSF, a função semântica de uma oração na troca de Bens & Serviços é a de **proposta**; na troca de Informação a função semântica da oração é a de **proposição**. Para uma melhor clarificação conceptual, sistematizámos, no quadro 1, o entrosamento destes dados com as respectivas funções discursivas e realizações gramaticais:

Papel discursivo	Natureza do que é trocado	Função discursiva	Realização gramatical congruente	Função semântica
Dar	<b>Bens &amp; Serviços</b>	Oferta	(vários tipos de oração)	<b>Proposta</b>
Pedir		Ordem	Oração imperativa	
Dar	<b>Informação</b>	Afirmação	Oração declarativa	<b>Proposição</b>
Pedir		Interrogação	Oração interrogativa (global ou de instanciação <sup>9</sup> )	

Quadro 1 – Síntese da organização semântica da oração como troca

O tipo de papéis discursivos e a natureza daquilo que é trocado estão gramaticalmente expressos na selecção dos constituintes funcionais que, como atrás mencionámos, se manifestam a nível léxico-gramatical no Modo oracional. Neste sistema, a organização das orações é bipartida, consistindo em dois elementos interpessoais centrais: o Modo verbal e o Resíduo. Os subcapítulos seguintes incidirão sobre cada um destes elementos.

### 1.2.1. A estrutura do Modo verbal

O Modo verbal é o elemento mais importante na definição da oração como evento interactivo, porque é a parte do enunciado que transporta e conduz o argumento. É composto essencialmente por um Sujeito e por um Finito, mas nele também podem ocorrer Adjuntos Modais. Na organização

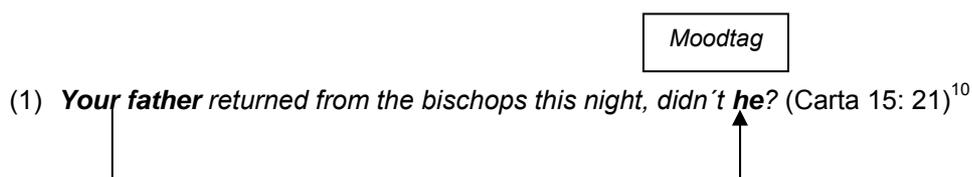
<sup>9</sup> Também podemos denominar as interrogativas globais como *yes/no interrogatives* ou *polar interrogatives*. As interrogativas de instanciação referem-se às chamadas *Wh- questions*.

estrutural do elemento Modo verbal distinguem-se os principais tipos de Modo oracional – o indicativo e o imperativo:

Seleção de Modo oracional			Sequência de elementos no Modo verbal
Indicativo	Oração declarativa	Exclamativa	Wh-^Suj.^Fin.
		Não-exclamativa	Suj.^Fin.
	Oração interrogativa	Global	Fin.^Suj.
		de Instanciação	Suj.^Fin. (se o elemento <i>wh</i> - exercer a função de Sujeito) Wh-^Fin.^Suj. (se o elemento <i>wh</i> - não exercer a função de Sujeito)
Imperativo			—

Quadro 2 – Tipos de Modos oracionais e respectiva realização no Modo verbal

O **Sujeito** tem uma função intrinsecamente interpessoal, pois é ele o responsável pelo sucesso da oração enquanto troca; é ele a entidade que sustenta a validade da proposição e em torno da qual a oração pode ser negociada. O Sujeito é composto por um grupo nominal (simples ou complexo), que pode também incluir uma oração encaixada pós-modificadora. Um dos testes usados para a identificação deste elemento estrutural é a adição de uma *Moodtag* no final de uma oração declarativa. Nesta pergunta, o elemento Sujeito deverá ser repetido sob forma pronominal:



O **Finito** é um elemento que integra o grupo verbal de uma oração e que permite negociar a sua validade ao permitir configurá-la em termos de polaridade, tempo e modalidade. Estes são, pois, os três tipos básicos de significado que o locutor pode codificar neste elemento, de modo a especificar

<sup>10</sup> Neste trabalho, os exemplos citados do *corpus* são apresentados com numeração árabe, com a indicação no final do número da carta e da oração a que pertencem na análise do Apêndice II. Nos casos em que o *corpus* não oferece exemplos para elucidar determinada afirmação, ou quando os exemplos que oferece não são suficientemente claros, criamos nós os enunciados e ordenámo-los com letras minúsculas do alfabeto romano.

o domínio de argumentatividade da oração e a relacioná-la com o contexto do evento discursivo.

Os operadores verbais que funcionam como Finito podem ser divididos em dois grupos: os Finitos de tempo, que são verbos que circunscrevem o enunciado temporalmente, ou seja, indicam o tempo passado, presente ou futuro no momento do discurso (*be, have, do, be* auxiliar da passiva e *used to* são exemplos de Finitos de tempo); e os Finitos modais, que expressam a modalidade da oração, isto é, determinam o maior ou menor grau de certeza, probabilidade, obrigação, etc. relativamente ao que se está a dizer (ex. *can, may, might, must, will, would*<sup>11</sup>, *shall, should* e *ought to. Have to* e *needn't* como indicadores de modalidade são menos centrais do que os anteriores).

É também importante referir que o Finito pode encontrar-se fundido com o verbo lexical. É o que acontece quando os verbos estão conjugados no *simple present* ou no *simple past*, na voz activa e com uma polaridade positiva. Note-se ainda que os verbos *to be* e *to have* (no sentido de “possuir”) conjugados no *simple present* ou no *simple past* só têm Finito, não têm Predicador. Não se trata, por isso, neste caso, de uma fusão de elementos.

Tal como acontecia com o Sujeito, a identificação do Finito também pode ser feita através da inclusão de uma *Moodtag* a seguir à oração, sendo que apenas o primeiro elemento funcional do grupo verbal – o Finito – reaparecerá na *Moodtag* (no exemplo (1), o Finito surge repetido na *Moodtag* invertendo a polaridade da oração principal).

Os **Adjuntos Modais** constituem, por definição, uma classe de elementos que se relaciona de perto com a componente interpessoal da gramática. Porque adicionam significados essencialmente relacionados com a atitude do locutor ou com o aspecto polar do Finito, este tipo de adjuntos será abordado neste subcapítulo. Halliday (1994a: 81-83) considera existirem dois tipos de Adjuntos Modais: os **Adjuntos de modo verbal** e os **Adjuntos de comentário**. Os primeiros, não deixando de reflectir a atitude do locutor relativamente ao enunciado como um todo, constroem significados mais próximos do Modo verbal. Estes adjuntos relacionam-se mais especificamente com o Finito para a transmissão de significados de polaridade, modalidade,

---

<sup>11</sup> *Will* e *would* podem incluir-se ainda nos Finitos de Tempo uma vez que também podem manifestar futuro, como adiante veremos.

temporalidade e modo, e têm, por isso, tendência para ocorrer junto daquele operador verbal. Todavia, na maioria das vezes, os falantes colocam-nos em posição temática antes do Sujeito ou no final da oração, em jeito de reflexão ou observação posterior sobre o enunciado. Os Adjuntos de comentário, por seu lado, também marcam a postura do locutor ou fazem um comentário relativamente à troca, mas reportam-se à totalidade da oração. Daí que se considere que este tipo de adjuntos está menos próximo do sistema de Modo oracional, surgindo normalmente separado do resto da oração por vírgulas. Embora ocorram com maior frequência em posição temática, os Adjuntos de comentário também podem surgir em posição final integrando o Rema, entre estes dois elementos textuais ou entre o Modo verbal e o Resíduo. Apesar de estarem mais afastados do Modo oracional, Halliday (*idem*: 83) considera que os Adjuntos de comentário formam, juntamente com os Adjuntos de modo verbal, um contínuo de significado, pelo que ambos devem ser analisados como parte integrante da estrutura do Modo verbal.

Por último, deve ser mencionado que há dois tipos de orações que não têm escolha de Modo verbal. É o caso das orações não finitas e das chamadas não frases (*minor clauses*). As orações não finitas são, como o próprio nome indica, caracterizadas pela falta de finitude:

(2) **to here** of yowre welefare &c. (Carta 2: 3)

(3) **beseching** you for your dayly blessing (Carta 7: 3)

(4) **haueing giuen** him so good a carrecter (Carta 17: 10)

Este tipo de orações não tem elemento Finito, dependendo do significado temporal ou modal anexado ao Finito da oração principal e, normalmente, a sua estrutura resume-se ao Resíduo.

Quanto às não frases, são assim adjectivadas porque não estão abertas a nenhum dos principais sistemas da GSF (Tema, Modo oracional e Transitividade). Porém, observe-se que não frases como *oh!*, *Sugar?*, *hi!*, *thanks*, apesar de terem um significado discursivo funcional menor, não deixam de exercer funções interpessoais de relativa importância, como é o caso de cumprimentar, agradecer, etc., desempenhando sempre um papel semântico na interacção. Devem é ser ignoradas na análise gramatical do Modo oracional.

### 1.2.2. A estrutura do Resíduo

O segundo elemento interpessoal do sistema de Modo oracional é o **Resíduo**. Este elemento designa a parte da oração menos essencial para a argumentatividade do enunciado, podendo, por isso, ser elidido (é o que se verifica quando a oração é testada por uma *Moodtag*). São três os elementos funcionais que compõem o Resíduo: o Predicador, o(s) Complemento(s) e o(s) Adjunto(s).

O **Predicador** – a parte lexical do grupo verbal, depois de retirado o operador temporal ou modal (i.e., o Finito) – é o portador do significado lexical da oração como troca. De entre as suas funções principais destacamos a especificação de aspectos ou fases do processo (como começar, tentar, conseguir ou continuar o processo), a determinação da voz (activa/passiva) e a discriminação do processo (acção, evento, processo mental, relação...) que é predicado acerca do Sujeito (Halliday, 1994a: 79). Quanto às diferenças funcionais elementares existentes entre Predicador e Finito, podem ser resumidas do seguinte modo:

FINITO	PREDICADOR
especifica o domínio da argumentatividade da oração através das especificações de tempo e/ou de modalidade	exprime o processo (a acção, o acontecimento, o estado, etc.) no qual o sujeito está envolvido
indica o tempo primário	adiciona o tempo secundário (referência temporal sem uma ligação imediata ao tempo do discurso <sup>12</sup> ) ao tempo primário do Finito

Quadro 3 – Principais diferenças funcionais entre os elementos Finito e Predicador

O **Complemento**, outro dos elementos que compõe o Resíduo, é tipicamente um grupo nominal, potencial sujeito da oração na voz passiva. A única excepção a esta regra é o caso do Atributo num processo relacional. A

<sup>12</sup> No enunciado *I was going to clean the floor*, o tempo primário do Finito estabelece a argumentatividade da oração em termos de passado (*was*) em relação ao momento do discurso; por outro lado, o tempo secundário indicado pelo Predicador especifica um tempo futuro relativamente àquele passado (*going to clean*).

este tipo particular de Complemento chama-se Complemento Atributivo. A sua função é a de descrever ou especificar o Sujeito, emprestando-lhe uma determinada qualidade (ex. *Your house is cosy*). No Resíduo da oração poderá ocorrer mais do que um grupo nominal com a função de Complemento.

Os Adjuntos são, em geral, grupos adverbiais ou sintagmas preposicionais que contribuem para o argumento da oração com informação adicional, mas não essencial. Os Adjuntos que ocorrem no Resíduo são essencialmente **Adjuntos Circunstanciais**<sup>13</sup>.

### 1.2.3. Elementos externos à estrutura Modo verbal/Resíduo

Para além das não frases referidas no final do subcapítulo 1.2.1., há outros elementos que não se integram na estrutura Modo verbal/Resíduo. São elementos interpessoais que não fazem parte da proposição ou da proposta a ser negociada e elementos textuais que não desempenham qualquer papel interpessoal.

Ao grupo dos elementos interpessoais que não integram a estrutura Modo verbal/Resíduo pertencem o **Vocativo** (identifica o destinatário na troca) e o **Expletivo** (exprime uma atitude relativamente à troca em si ou à informação que é trocada, por exemplo, *Heavens, you look beautiful tonight!*). Os **Continuativos** (como *yes*) e as **Conjunções estruturais** (*and, but, or, when, while* e *if*, por exemplo) são dois tipos de elementos textuais também ausentes daquela estrutura. Por conseguinte, semanticamente estes elementos não fazem parte da interacção. Indicam apenas a relevância textual da oração como mensagem (caso dos Continuativos e das Conjunções estruturais) ou

---

<sup>13</sup> A GSF identifica três grandes tipos de Adjuntos, catalogados de forma a reflectirem cada uma das três metafunções. São eles os Adjuntos Circunstanciais, que agora referimos, relacionados sobretudo com a metafunção ideacional, e que introduzem informação específica sobre o processo; os Adjuntos Modais, a que aludimos anteriormente, e que exercem um papel determinante na construção do significado interpessoal da oração, apesar de alguns também poderem ter um valor ideacional (i.e., do ponto de vista da gramática da transitividade, as Circunstâncias são, em alguns casos, Adjuntos Circunstanciais e, noutros casos, Adjuntos Modais); e os Adjuntos Conjuntivos, ligados à componente textual, que não chegaremos a desenvolver por não integrarem o sistema de Modo oracional. Trata-se de um tipo de adjunto que serve funções significativas apenas na organização textual do enunciado, estabelecendo relações coesivas entre co-texto e momento discursivo.

denunciam a postura do locutor relativamente ao que está a enunciar (caso dos Expletivos), mas não fazem parte do que está a ser negociado.

#### 1.2.4. Polaridade e Modalidade

Os significados interpessoais de polaridade e modalidade são realizados na língua no elemento Modo verbal, e podem surgir expressos quer como uma característica do Finito, quer na forma de Adjuntos de modo verbal:

	<b>Finito</b>	<b>Adjunto de modo verbal</b>
<b>Polaridade</b>	<i>isn't</i>	<i>not</i> (saliente)
<b>Modalidade</b>	<i>May</i>	<i>perhaps</i>

Podemos encontrar muitas fusões de polaridade negativa com modalidade tanto no elemento Finito (ex., *won't*, *can't*) como nos Adjuntos (ex., *rarely*, *seldom*).

No que diz respeito à **polaridade**, ela surge geralmente associada a determinadas componentes do Modo verbal. Apesar de ser uma característica semântica em geral associada ao Finito – que é intrinsecamente positivo ou negativo –, a polaridade também pode estar presente no enunciado através de Adjuntos de modo verbal como *never* ou *hardly*, casos em que, curiosamente, o Finito tem uma polaridade positiva:

(5) *I shold never asspeare the sekenys that I have.* (Carta 8: 6)

Não obstante esta tendência notória para a polaridade surgir no elemento Modo verbal, ela não está restrita a essa posição. Isto permite perceber que os significados interpessoais nem sempre estão confinados a uma só parte da oração. Podemos encontrar elementos exprimindo polaridade em toda a oração, com efeitos cumulativos ou reforçativos. Ao analisar o exemplo (6) verificamos que o Finito *have* tem uma polaridade positiva e que

no Modo verbal não há nenhum Adjunto de modo verbal que a altere. Todavia, encontramos no Resíduo o Complemento *nothing* que confere à totalidade da oração uma polaridade negativa:

(6) *I have nothing more to say.* (Carta 14: 9)

Podemos testar a polaridade de uma oração declarativa ou imperativa adicionando-lhe uma *Moodtag*. Se a oração for interrogativa, o teste consiste em verificar como seria a oração declarativa correspondente. Por exemplo, nas orações declarativas não marcadas<sup>14</sup>, a *Moodtag* inverte a polaridade do Modo verbal:

(7) *we goe right, don't we?* (Carta 19: 12)

Existem, contudo, casos que podem suscitar algumas dúvidas. É o que acontece quando a polaridade negativa surge associada ou em combinação com noções de habitualidade ou grau. Nestas circunstâncias, a oração permanece negativa, apesar da não ocorrência de *not* ou *n't* e mesmo que a negação se encontre numa escala baixa de “não” definitivo, como nos exemplos seguintes:

(a) *Peter seldom speaks, does he?*

(b) *It is hardly authentic, is it?*

Pode também acontecer que a *negatividade* seja uma característica do próprio Sujeito, como acontece nas frases (c) e (d):

(c) *Nobody belongs here, do they?*

(d) *Nothing was done to help him, was it?*

---

<sup>14</sup> Em termos sistémico-funcionais, as orações declarativas não marcadas são aquelas em que Tema, Sujeito e Actor estão reunidos num único elemento. Esta é a construção considerada mais natural porque é aquela em que não são evidenciadas as restrições ou constrangimentos contextuais a que o falante está exposto.

Um caso mais complexo de polaridade ambígua é a possibilidade de a polaridade negativa ser transferida para uma oração mental projectante<sup>15</sup>, que funciona como modalidade metafórica. No exemplo (e), ainda que a oração iniciada por *this is* pareça ter polaridade positiva, a polaridade negativa é construída dentro da modalidade metafórica realizada por *They don't realise*:

(e) *They don't realise this is the right thing to do, is it?*

Teoricamente, a polaridade parece ser absoluta, no sentido em que determinado significado expresso ou é positivo ou negativo, mas, na verdade, existem vários estádios semânticos intermédios que são expressos pela **modalidade**.

Suzanne Egging (1994: 182) sugere que as movimentações e escolhas do locutor no espaço modal revelam maior grau de convicção e certeza quanto menor for o recurso à modalidade: “the more we say something is certain, the less certain it is. If we are sure of something, we do not use any modality (...)”<sup>16</sup>. Assim sendo, uma oração declarativa como *John is a teacher* revela que o locutor não tem dúvidas relativamente à proposição expressa nesse enunciado. Já se o locutor afirmar algo como *John might be a teacher*, estará a afastar-se relativamente à verdade da proposição, manifestando alguma incerteza relativamente ao facto relatado. Este afastamento, ou não comprometimento, do falante relativamente à verdade da proposição expressa num enunciado é sobretudo visível quando este recorre a terceiros, como em *They say John is a teacher*.

Como mencionámos anteriormente, a modalidade surge frequentemente no elemento Modo verbal associada aos operadores verbais modais. Nestes casos, o tempo do Finito costuma ser neutralizado uma vez que o operador modal está intrinsecamente no tempo presente (na maioria dos casos, esse operador revela a atitude do falante no momento do discurso). Esta neutralização do tempo do Finito explica por que razão formas como *might* e *could*, historicamente formas passadas de *may* e *can*, não são utilizadas, geralmente, em inglês para indicar tempo passado.

---

<sup>15</sup> A noção de projecção é uma noção lógico-semântica associada a processos verbais e mentais. Daremos uma explicação mais detalhada sobre este conceito no subcapítulo 4.1.

<sup>16</sup> Sublinhados no original.

Mas a modalidade pode também confluir com um Adjunto de modo verbal, sendo esta a forma mais espontânea de se exprimir a ideia de frequência. A noção de probabilidade, em particular, pode estar assinalada pela combinação entre um operador modal e um Adjunto de modo verbal (*They must certainly have seen the play*). Este é, pois, um exemplo evidente da natureza cumulativa dos significados interpessoais.

Tendo em conta todos estes factos, Halliday (1994a: 89) identificou quatro tipos de modalidade: a probabilidade, a habitualidade, a obrigação e, por último, a inclinação.

Se aquilo que é trocado for Informação, a modalidade está relacionada com o grau de validade da informação em termos de **probabilidade** (ou seja, quão provável é que a proposição seja verdadeira, exista ou possa acontecer) ou de **habitualidade** (quão frequentemente a proposição é verdadeira, existe ou acontece). A escala da probabilidade inclui os graus “possível” (*possible*), “provável” (*probable*) e “certo” (*certain*), e a da habitualidade as categorias “às vezes” (*sometimes*), “normalmente” (*usually*) e “sempre” (*always*). Quando a modalidade está associada a proposições denomina-se **Modalização**, e os significados através dela realizados podem surgir na oração de três modos possíveis: pela escolha de um operador modal finito no grupo verbal (*He will go to the theatre*), pela utilização de um Adjunto de modo verbal (*He probably goes to the theatre*), ou pela combinação de ambos (*He will probably go to the theatre*).

Se, por outro lado, aquilo que é trocado for Bens & Serviços, a modalidade surge associada ao grau de confiança do locutor no eventual sucesso da troca. Nas ordens, isto diz respeito ao grau de **obrigação** de cumprir ou obedecer à ordem; nas ofertas, a modalidade refere-se ao grau de **inclinação** em aceitar/recusar a oferta. No primeiro caso, a escala de obrigação comporta os níveis “permitido” (*allowed to*), “suposto” (*supposed to*) e “exigido” (*required to*); a da inclinação possui o mesmo número de níveis, nomeadamente, “inclinado” (*willing to*), “desejoso” (*anxious to*) e “determinado/decidido” (*determined to*). A esta segunda dimensão semântica da modalidade chama-se **Modulação**, a qual pode surgir enunciada no operador modal Finito (*You should go to the theatre*) ou numa expansão do

Predicador<sup>17</sup>, feita através da utilização de um verbo na voz passiva (*You're supposed to go to the theatre*) ou de um adjetivo (*I'm anxious to go to the theatre*).

#### 1.2.4.1 Compromisso Modal<sup>18</sup>

Como observámos acima, a modalidade envolve diversos graus ou escalas. O locutor pode assinalar um maior ou menor grau de certeza relativamente à validade de uma proposição, ou pode exercer um maior ou menor grau de pressão sobre o alocutário para que ele cumpra uma ordem. Ao formalizarmos estes dados obtemos três **valores modais** primários – alto, médio e baixo – que se traduzem no grau de comprometimento do locutor relativamente ao que enunciou. Note-se que estes dados representam apenas áreas numa escala e não categorias estanques e absolutas (Halliday, 1994a: 358).

Valores modais	MODALIZAÇÃO	MODULAÇÃO
<b>Alto</b>	<i>none shall enter Heaven by any other way, then sufferance</i> (Carta 19:11) <i>the meditation therof must be vnto me my cheifest comfort</i> (Carta 13: 6)	<i>You must work harder.</i>
<b>Médio</b>	<i>lytell gettyng suld be therin</i> (Carta 1: 20)	<i>that ought to be in a lovyng husband</i> (Carta 10: 18) <i>Candidates are required to/should fill in the forms.</i>
<b>Baixo</b>	<i>for th'establisshment of thother (...)</i> <i>we may rejoyce</i> (Carta 10: 5)	<i>you can awnswere for me wele enowe</i> (Carta 1: 32)

Quadro 4 – Escala dos valores modais na modalização e na modulação

Tomemos como exemplo os seguintes enunciados:

<sup>17</sup> Sobre relações hipotáticas de expansão no grupo verbal veja-se Halliday, 1994a: 278.

<sup>18</sup> Neste subcapítulo e no próximo seguimos de perto a exposição feita por Thompson (1996: 59-63) sobre alguns aspectos da modalidade no estudo da metafunção interpessoal.

(f) *You should call your parents.*

(g) *You must call your parents.*

A atitude do locutor nestes dois enunciados é claramente diferente. Enquanto no primeiro exemplo o locutor faz apenas uma sugestão, admitindo, por isso, que a resposta do alocutário possa ser negativa; no segundo exemplo, a proposta já tem um cariz volitivo, parafraseável por “é necessário que”, “é obrigatório que”. A utilização de *must* revela uma vontade por parte do locutor que, dependendo das condições de produção do enunciado (i.e., do contexto situacional), poderá ou não traduzir-se em obrigação (o verbo modal utilizado na segunda frase, quando proferido numa conversa entre amigos, terá um sentido notoriamente diferente do de quando dito por uma professora a um aluno).

#### 1.2.4.2. Responsabilidade Modal

Em qualquer evento discursivo, o locutor pode optar por exprimir claramente a sua postura relativamente ao que está a dizer, como acontece na oração 26 da carta 17: *I am sure it shall euer be so on my parte*. Mas também poderá fazê-lo objectivando o seu ponto de vista, de tal forma que este parecerá uma característica inerente ao evento em si. No primeiro caso, diz-se que a avaliação do locutor tem uma natureza subjectiva pelo que a modalidade é **subjectiva**; no segundo caso diz-se que a modalidade é **objectiva**.

Tanto a modalidade subjectiva como a objectiva podem surgir destacadas numa outra oração do mesmo complexo oracional. Todavia, é sobretudo a objectivação, e consequente desresponsabilização do locutor, que é mais notória quando a modalidade é expressa numa oração separada:

(8) *it is well done, ye to speake with my lord yourselfe (...)* (Carta 4: 15)

No fundo, a função primordial destas “orações modais” é tornar explícita a fonte da modalidade. Por isso se chama **explícita** a este tipo de modalidade. Quando, por outro lado, a modalidade surge diluída na oração principal é classificada como **implícita**:

(h) *You might speak with my lord yourself.*

Entre estes dois extremos – destacar a subjectividade ou criar objectividade –, há modos medianeiros de exprimir a modalidade, quer através de operadores verbais modais, quer através de Adjuntos de modo verbal, ou até de ambos em conjunto. Como dissemos atrás, os operadores verbais modais exploram o espaço do Finito e estão, por isso, intimamente ligados ao significado interpessoal e subjectivo da oração. Os Adjuntos de modo verbal estão mais perto do significado objectivo, uma vez que utilizam espaços dos Adjuntos que são tipicamente usados para exprimir características do mundo real do evento a ser relatado (Thompson, 1996: 61). Estas diferentes formas de expressão da modalidade e a identificação dos quatro pontos fundamentais na escala da responsabilidade modal surgem sintetizados no quadro 5.

Responsabilidade Modal	MODALIZAÇÃO	MODULAÇÃO
Explícita objectiva	<i>It's <b>likely</b> that he won't be there by now.</i>	<i>It's <b>essential</b> that you vote.</i>
Implícita objectiva	<i>He <b>probably</b> won't be there by now.</i>	<i>Every citizen is <b>supposed</b> to vote.</i>
Explícita subjectiva	<i>I'm <b>sure</b> I will be successful.</i>	<i>We <b>don't advise</b> you to climb the mountain.</i>
Implícita subjectiva	<i>I <b>might</b> have been successful.</i>	<i>You <b>mustn't</b> climb the mountain.</i>

Quadro 5 – Padrões de responsabilidade modal<sup>19</sup>

O estudo da responsabilidade modal permite perceber principalmente a que métodos recorrem os locutores para temperar ou mascarar o seu comprometimento no evento discursivo.

Antes de passarmos para o segundo capítulo deste trabalho, onde pretendemos abordar a questão da mudança linguística, e uma vez que o tema da modalidade aqui tratado é importante para a análise que nos propomos

<sup>19</sup> Adaptado de Thompson, 1996: 62.

fazer, terminamos este capítulo com uma sistematização do que foi até aqui sucintamente explanado a este respeito.

Natureza do que é trocado	Função discursiva		Tipo de modalidade	Valor modal	Realização típica	Exemplos (valor modal alto)	
Informação	Proposição	Afirmação	Modalização	<b>Probabilidade</b>	operador modal finito	<i>She <b>must</b> have gone.</i>	
				baixa: <i>possible</i>			
				média: <i>probable</i>			adjunto modal
		alta: <i>certain</i>		ambos	<i>She <b>certainly must</b> have gone.</i>		
	Interrogação	<b>Habitualidade</b>		operador modal finito	<i>They <b>must</b> come.</i>		
		baixa: <i>sometimes</i>			adjunto modal	<i>They <b>always</b> come.</i>	
		média: <i>usually</i>		ambos	<i>They <b>must always</b> come.</i>		
		alta: <i>always</i>					
Bens & Serviços	Proposta	Ordem	Modulação	<b>Obrigaçã</b>	operador modal finito	<i>You <b>must</b> be home by ten.</i>	
				baixa: <i>allowed to</i>		predicador verbal passivo	<i>You <b>are required to</b> be home by ten.</i>
				média: <i>supposed to</i>			
		alta: <i>required to</i>					
	Oferta	<b>Inclinação</b>		operador modal finito	<i>They <b>must</b> win!</i>		
		baixa: <i>willing</i>			predicador adjectival	<i>They're <b>determined to</b> win!</i>	
		média: <i>anxious</i>					
		alta: <i>determined</i>					

Quadro 6 – Síntese do sistema de modalidade<sup>20</sup>

<sup>20</sup> Adaptado de Halliday, 1994a: 91.

## **2. A INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA DA LÍNGUA**

Not all variability and heterogeneity in language structures involve change; but all change involves variability and heterogeneity.  
(Weinrich, Labov & Herzog, 1968: 188)

Para além da orientação teórica que assumimos no capítulo anterior, este trabalho tem na sua essência a intenção de aplicar mecanismos analíticos sistémico-funcionais à mudança linguística. A mudança de uma língua é consequência da variabilidade e heterogeneidade das suas estruturas e decorre, naturalmente, da sua natureza e do seu funcionamento como agente de interacção em contínua adaptação às necessidades comunicativas dos seus utentes. Uma vez que a língua se actualiza na rede de relações sociais, culturais e ideológicas que nela se manifestam e através dela se estruturam, quando mudam os tempos, as pessoas, as ideologias e a sociedade, mudam também as palavras, as estruturas gramaticais e as regras de funcionamento dessa língua.

Mas, porque a mudança linguística não foi sempre percebida do mesmo modo, e para melhor podermos enquadrar os objectivos desta dissertação no contexto dos estudos diacrónicos, começaremos por esboçar, de forma sucinta, no subcapítulo 2.1., a origem e os subsequentes desenvolvimentos da linguística histórica no panorama filológico em geral, terminando com uma referência aos trabalhos na área da Sociolinguística, que, mais recentemente, tem procurado renovar a face da investigação diacrónica. No subcapítulo 2.2., pretendemos apresentar algumas razões que tornam pertinente a aplicação do modelo gramatical sistémico-funcional aos estudos diacrónicos e daremos conta do contributo de alguns sistemicistas nessa área.

## 2.1. A Linguística Diacrónica no panorama linguístico geral

O processo de mudança das línguas começou por ser o objecto de estudo da Filologia, disciplina que se consolidou no meio académico durante o século XIX. As suas origens remontam ao comparativismo oitocentista, cujo trabalho foi incentivado pelas pesquisas do jurista e filólogo britânico Sir William Jones. Em 1786, este estudioso apresentou uma comunicação, em Calcutá, anunciando a descoberta de um conjunto de afinidades entre o sânscrito (antiga língua indiana dos brâmanes), o grego e o latim e levantando a hipótese de as mesmas semelhanças se encontrarem também nas línguas de origem celta e de origem germânica. Inspirados pelas descobertas deste filólogo, os linguistas histórico-comparativos do século XIX centraram o seu trabalho na comparação da gramática e do léxico de um conjunto de línguas e descobriram, de facto, correspondências regulares e diferenças sistemáticas entre línguas europeias e o sânscrito. Tal descoberta permitiu-lhes concluir que estas línguas eram geneticamente aparentadas e que pertenciam, por isso, a uma família de línguas particular, que designaram de família de línguas indo-europeias. Baseados nesta descoberta, os comparativistas de Oitocentos procuraram depois, por meio de métodos comparativos de reconstrução linguística, reconstituir a língua antepassada comum de todas as línguas daquela família – o proto-indo-europeu.

Os esforços de indo-europeístas (de que são exemplo personalidades como Franz Bopp, Rasmus Rask, Jacob Grimm e Karl Verner) no sentido da descoberta da origem das várias línguas modernas e da relação genealógica entre elas, assim como as investigações em várias áreas das ciências naturais, estavam não só em sintonia com o clima intelectual da época, como foram por ele estimulados. A ideia de que as línguas são organismos vivos que nascem, crescem e morrem aproximou o seu estudo das hipóteses formuladas por Charles Darwin na sua teoria evolucionista. A publicação de *A Origem das Espécies*, pela revolução científica que gerou, projectou o trabalho dos filólogos

comparativistas e garantiu um estatuto doutrinário aos seus trabalhos sobre a mudança e a evolução das línguas. Na verdade, a descrição metódica e comparada da fonética e da morfologia das línguas era de tal forma submetida a normas rigorosas e objectivas que permitiu, nesta altura, estabelecer a linguística como uma ciência.

No último quartel do século XIX, e ainda como reflexo da acção do darwinismo sobre a linguística, um grupo de universitários germânicos, conhecidos pelo nome de Neo-gramáticos (*Junggrammatiker*), reconhece o carácter essencialmente histórico dos estudos linguísticos, mas demarca-se da terminologia categórica dos comparativistas e da sua crença na língua como um organismo vivo, defendendo-a antes como produto colectivo de sujeitos falantes. O seu grande contributo para os estudos linguísticos foi o princípio da regularidade na mudança linguística, mais especificamente no que diz respeito às mudanças fonológicas. Para os Neo-gramáticos, as tendências gerais de mudança fonológica que as línguas indo-europeias evidenciavam em determinados contextos eram, na verdade, leis linguísticas de natureza absoluta que ditavam a regularidade dessa mudança. Todas as mudanças sonoras regulares passaram, então, a ser entendidas como sendo mecânica e fisiologicamente motivadas. Ao lado destas leis que postulavam a essência mecânica de toda a mudança linguística, os Neo-gramáticos reservaram um espaço para a actuação da analogia. Na sua perspectiva, este fenómeno linguístico funcionava como um mecanismo de fuga ao princípio da regularidade, uma vez que as várias formas de um paradigma tendiam a agir analogicamente umas sobre as outras, permitindo, por exemplo, justificar a disposição excepcional de certos padrões flexionais.

No contexto intelectual e cultural vigente, os Neo-gramáticos procuraram aplicar métodos científicos de análise à mudança linguística, e conseguiram, assim, demonstrar que só a linguística histórica poderia ser verdadeiramente científica. Esta convicção constitui, na verdade, o maior tributo da teoria neo-gramática para a descrição da evolução dos princípios orientadores da linguística histórica. *Stricto sensu*, a hipótese da regularidade defendida por esta escola de pensamento é ainda hoje sustentável, apesar de os seus princípios de mudanças fonológicas terem sido reformulados ou, pelo menos, complementados pelas teorias linguísticas subsequentes.

No início do século XX, a exposição das ideias revolucionárias do linguista suíço Ferdinand de Saussure começa a delinear uma ruptura epistemológica com os paradigmas linguísticos do passado. A maior parte dos estudiosos considera mesmo que a edição do livro *Cours de Linguistique Générale* inaugura o tempo da linguística moderna ao lançar os alicerces de um novo modelo de descrição gramatical: o Estruturalismo. Esta obra foi publicada postumamente pelos seus discípulos Charles Bally e Albert Séchehayé e foi baseada nos ensinamentos de três cursos que Saussure havia ministrado no âmbito da cadeira de Linguística.

Saussure começou os seus estudos em Leipzig, cidade alemã onde os Neo-gramáticos continuavam a empenhar-se em renovar, como vimos, os métodos da gramática comparada. A sua carreira académica foi, por isso, muito influenciada por esta disciplina. O mestre genebrino dedicou-se, assim, ao estudo do sânscrito e ao ensino das cadeiras de Linguística Comparada, Linguística Indo-Europeia e Sânscrito e Linguística Geral. Insatisfeito, porém, com as explicações parciais oferecidas então pela linguística diacrónica, Saussure começa a esboçar um dos dogmas fundamentais do Estruturalismo – o princípio de que a língua é um sistema de signos cujo significado e uso devem ser estudados no seio da vida social.

Esta concepção de língua como um sistema semiológico iniciou, pois, um novo período na história da Linguística, obrigando a uma revisão dos preceitos teórico-metodológicos vigentes. No que se refere, por exemplo, à mudança linguística, Saussure propunha que se fizesse uma distinção radical entre sincronia e diacronia, argumentando que a oposição entre estes dois pontos de vista é absoluta e não aceita qualquer compromisso (1916 [1992: 147]). Este raciocínio, que surge na sequência da criação da dicotomia *langue/parole*, baseia-se na convicção de que as línguas devem ser descritas numa perspectiva estática do ponto de vista dos seus falantes efectivos. Os estruturalistas consideram, assim, que os falantes conhecem a língua no seu estado actual e, na generalidade, não têm acesso à sua história, pelo que o objectivo do linguista ao explicar a língua do ponto de vista dos seus utentes

deverá ser o de descrever o seu estado sincrónico, ideia que Saussure sintetiza na comparação da língua com um jogo de xadrez<sup>21</sup>.

Com efeito, ao Estruturalismo interessava apenas a lógica interna do sistema de signos linguísticos e, portanto, a mudança linguística começou a ser estruturalmente concebida como uma acção sincrónica que desequilibrava esse sistema estático e regular. A quebra da homogeneidade do sistema exigia depois a sua reestruturação, o que, na prática, correspondia à mudança linguística. Ora, é neste contexto de fixação da mudança como uma realidade externa à língua que, pela primeira vez na sua história, os estudos diacrónicos são marginalizados em relação aos sincrónicos. A resistência a esta posição era insular e apenas continuava a ter voz naqueles que, no âmbito da Linguística Histórica, continuavam a procurar estabelecer etimologias e correspondências regulares entre as línguas, empregando ainda os conceitos filológicos do século XIX.

No seguimento das ideias apresentadas por este modelo gramatical, encontram-se os trabalhos do Círculo Linguístico de Praga, fundado em 1926 por Vilém Mathesius, que apresentaram, pela primeira vez, uma análise prática e sistematizada dos factos linguísticos, segundo a elaboração teórica saussuriana. O nosso interesse pela Escola de Praga nesta dissertação reside fundamentalmente na sua proposta inovadora de alargar o método analítico estrutural ao estudo diacrónico.

Ao contrário do que Saussure defendia, para os linguistas do Círculo de Praga, tais como Nicolay Trubetzkoy e Roman Jakobson, a história de uma língua é a história do seu próprio sistema (mais especificamente do seu

---

<sup>21</sup> Saussure (1916 [1992: 154-156]) sugere que os mecanismos que regulam uma partida de xadrez se assemelham aos que regulam o sistema linguístico. Depois de descrever alguns dos aspectos que sustentam esta comparação, Saussure assume a sua posição radical na distinção entre sincronia e diacronia:

Numa partida de xadrez, cada uma das posições caracteriza-se por ser independente em relação às que a antecederam; é indiferente que se tenha chegado a ela por uma via ou por outra: uma pessoa que tenha acompanhado toda a partida não tem a menor vantagem sobre o curioso que vem presenciar o estado do jogo num momento crítico; para descrever uma posição é inútil recordar o que se passou dez segundos antes.

Segundo Saussure, se a uma determinada posição das peças no tabuleiro corresponde um estado de língua, e se a fala (*parole*) é entendida numa perspectiva estática, então a sua estrutura actual é independente da que a antecedeu. Por esta razão, este linguista suíço considerava que a interpretação diacrónica da língua não era essencial, pois não trazia vantagens aos falantes efectivos. Apesar de não negar a importância dos estudos diacrónicos, Saussure procurou, assim, inverter a tendência generalizada de supremacia da diacronia sobre a sincronia.

sistema fonológico, uma vez que o contributo mais relevante desta escola se situa a este nível). Por isso, as mudanças do sistema passaram a ser vistas tendo em conta o seu funcionalismo – conceito desenvolvido por André Martinet no âmbito desta corrente linguística –, ou seja, a mudança da língua passa a ser entendida como uma resposta da sua própria estrutura, que procurava, assim, garantir o funcionamento efectivo dessa língua e o cumprimento da sua função social. O Círculo de Praga e as ideias de Martinet têm, de facto, o mérito de terem conseguido superar os limites da lógica interna do sistema saussuriano. Todavia, a análise diacrónica continuou numa posição subordinada. A mudança linguística foi integrada na lógica funcional do sistema, mas passou a ser percebida como medida correctiva das falhas que ocorriam nesse sistema. Assim, uma vez mais se ajustou a mudança e a história linguísticas ao conceito de língua como sistema, e não o contrário, isto é, continuou a não se considerar o sistema linguístico à luz da variação e da mudança que condicionaram a sua evolução.

A Gramática Generativa-Transformacional, desenvolvida pelo linguista Noam Chomsky a partir de 1957, ano da publicação da obra seminal *Syntactic Structures*, veio revolucionar o estudo científico da linguagem. O objectivo explícito desta teoria gramatical era a criação de regras de estrutura sintagmática e de regras transformacionais que estabelecessem princípios básicos de estruturação das frases, e a instituição de universais linguísticos que permitissem caracterizar globalmente todas as línguas. Desde cedo que Chomsky se familiarizara com a preocupação da Linguística Histórica de procurar explicações gerais para os fenómenos da mudança e logo se apercebeu das limitações do modelo estruturalista. Assim, e apesar de os primeiros trabalhos deste novo modelo gramatical terem sido apresentados nos domínios da sintaxe sincrónica (Chomsky, 1957, 1965), rapidamente este modelo teórico começou a ser aplicado à mudança fonológica (King, 1969), fenómeno considerado de uma perspectiva interna que apenas o relacionava com desenvolvimentos no próprio sistema gramatical.

De uma forma geral, os generativistas consideravam as mudanças de uma língua como uma medida de simplificação linguística que permitia tornar gramáticas complexas em sistemas mais claros e económicos. Porém, a associação da ideia de simplificação a mudanças sonoras como a Grande

Mutação Vocálica ou a Lei de Grimm, por exemplo, parece-nos difícil de fundamentar, na medida em que a introdução de inovações na língua conduz, naturalmente, a um período de variação que acaba por funcionar como agente de complexidade no uso da língua como instrumento de comunicação. Outro aspecto que colocou também alguns obstáculos à investigação diacrónica generativa foi a prioridade dada pelos linguistas ao estudo da competência enquanto capacidade psico-biológica inata para produzir e interpretar frases, em detrimento da competência comunicativa, como faculdade para interagir socialmente com a língua. Os generativistas encontraram ainda algumas dificuldades no facto de a variação inerente aos sistemas linguísticos de períodos anteriores não permitir apurar a gramaticalidade de algumas construções à luz da idealização de uma língua homogénea e lógica, que responde a estruturas mentais e a princípios universais. Não obstante estas carências, note-se que este modelo teórico permanece, até hoje, como o paradigma dominante nos estudos linguísticos do sistema.

Podemos, assim, concluir relativamente às gramáticas formais acima referidas que a relação que estabeleceram entre sincronia e diacronia, entre estrutura e uso, tenderam claramente a sobrepor a orientação sincrónica à diacrónica. Talvez por isso os modelos teóricos de neo-gramáticos, estruturalistas e generativistas partilhem, no nosso entender, uma característica comum: todos foram melhor sucedidos na descrição de como a mudança aconteceu do que na exposição das suas causas. De facto, e apesar de não podermos ignorar o seu contributo na área da Linguística Histórica, somos levados a afirmar que nenhum deles parece ter conseguido interpretar o fenómeno da mudança a duas dimensões: uma descritiva e outra explicativa.

A condenação explícita da secundariedade a que estavam submetidos os estudos diacrónicos emergiu no final da década de sessenta do século XX com o aparecimento da Sociolinguística. Em 1968, Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog apresentaram uma série de fundamentações empíricas para a mudança linguística, que se assume, assim, a partir deste trabalho, como resultado de uma interacção estrategicamente construída, num determinado contexto social. Segundo eles, a variação e a mudança de uma língua resultam da inovação individual e da propagação dessa inovação pela comunidade linguística, ou seja, é condicionada quer por factores externos,

quer por factores internos. Nas palavras de Nevalainen e Raumolin-Brunberg (2003: 1), estes três sociolinguistas caracterizaram da seguinte forma o que entendiam por processo de mudança socialmente contextualizada:

The process consists, they suggested, of the **actuation** of a change in a language at a given time, its **transition** from one state or form to another, its **embedding** in the linguistic and social structures where it emerges, and its social **evaluation** by speakers.<sup>22</sup>

O modo de actuação do processo de mudança linguística descrito nesta citação permitiu à linguística diacrónica ganhar, naquela altura, um novo fôlego. O trabalho pioneiro de Labov nas comunidades linguísticas da ilha de Martha's Vineyard e da cidade de Nova Iorque ilustrou todo este processo faseado, e permitiu ao seu autor comprovar que a mudança de uma língua é um fenómeno observável, e não somente um processo lento, que decorre ao longo de muitas décadas, apenas passível de ser verificado antecipada ou posteriormente. Ao estudar a difusão da mudança linguística nestas duas comunidades discursivas, Labov apercebeu-se da existência de relações regulares na variação da língua e justificou-as por meio de um conjunto de variáveis sociolinguísticas, como a idade, o sexo, a mobilidade geográfica, o contexto socio-económico, etc.. Entre outras coisas, este estudo permitiu a este sociolinguista americano demonstrar que a direcção da mudança de um dialecto relativamente ao dialecto *standard* de determinada zona dependia da sua orientação social.

Os métodos analíticos de Labov foram posteriormente adoptados por outros estudiosos como Peter Trudgill (1972, 1974), na sua investigação do dialecto de Norwich, James e Lesley Milroy (1978, 1985), na observação linguística de três comunidades da classe trabalhadora de Belfast, e Jenny Cheshire (1978, 1982), na análise das formas verbais usadas por um grupo de adolescentes da cidade de Reading (Inglaterra). A apresentação destes estudos à comunidade linguística trouxe à disciplina de Linguística Histórica duas novas realidades: por um lado, confirmou que a mudança linguística é um fenómeno observável e, afinal, o que antes apenas se podia conjecturar pode

---

<sup>22</sup> Negritos presentes no original.

processar-se perante os nossos olhos; por outro lado, explicou como é que determinadas atitudes sociais produzem e propagam as mudanças de uma língua.

No âmbito da Sociolinguística, a língua começou finalmente a ser entendida como um sistema heterogéneo, caracterizado pela pluralidade social e cultural dos seus utentes. Este facto permitiu que a mudança linguística fosse colocada no centro da análise estrutural das línguas, afastando-se, deste modo, o (pre)conceito que a levava a ser observada como um processo que ameaçava a funcionalidade do sistema. Assim, e apesar de a Sociolinguística ter dado os primeiros passos em terreno sincrónico, prontamente reconheceu a onnipresença da variação e a possibilidade de ela provocar mudanças na língua.

O grande interesse pelos estudos diacrónicos resultou, a nível da micro-sociolinguística, no aparecimento da Linguística Sócio-histórica (Romaine, 1982) ou Sociolinguística Histórica (Milroy, 1992). Esta disciplina relativamente recente tem procurado desenvolver o modelo analítico sociolinguístico na descrição da dimensão histórica do fenómeno linguístico, enquanto interacção entre língua, falantes e sociedade. Neste sentido, e uma vez que estão directamente relacionados com o *corpus* que empiricamente sustenta esta dissertação, destacaremos, neste capítulo, alguns dos trabalhos apresentados recentemente nesta área pela chamada Escola de Helsínquia.

A necessidade de problematizar novos aspectos da mudança linguística levou a que, no início da década de noventa, a Unidade de Pesquisa para a Variação e a Mudança no Inglês, do Departamento de Inglês da Universidade de Helsínquia, se comesçasse a dedicar, entre outras matérias, à aplicação de conceitos sociolinguísticos à história da língua inglesa. Desde cedo, e na mesma esteira programática de Suzanne Romaine (1982)<sup>23</sup>, que o linguista Matti Rissanen, por muitos considerado o pai da Escola de Helsínquia, advogava que os actuais trabalhos em Sociolinguística tinham de ser suportados por uma perspectiva diacrónica, a qual, na sua opinião, legitimava os estudos linguísticos que, de um modo geral, reconheciam o papel da

---

<sup>23</sup> Nesta obra, Romaine estudou a variação linguística e estilística dos marcadores oracionais relativos no *Middle Scots*, entre 1530 e 1550. Romaine apresenta, assim, a primeira tentativa sistemática de análise de dados históricos usando o modelo sociolinguístico.

linguagem como meio de comunicação. Segundo Rissanen, a única forma de se perceber como é que a língua está estruturada para o uso é pela percepção da sua natureza mutável e pelo estudo do seu desenvolvimento ao longo dos anos, ideia que surge metaforicamente expressa na seguinte analogia:

If the crop fails in the autumn, shouldn't we ask what kind of seed was sown in the spring, how wet the field was, what the weather was like in summer, etc.? Or is our explanation simply that the crop failed because there were no seeds in the heads? (Rissanen, s.d.)

Esta analogia, de cariz tipicamente finlandês, permite-nos perceber que só podemos compreender e explicar a língua que falamos actualmente se tivermos consciência do que lhe aconteceu no passado. Assim sendo, o conceito de variação que está na base dos estudos sociolinguísticos só poderá ser deveras explorado se os seus estudiosos considerarem a acção da diacronia na língua, até porque a mudança linguística, tal como Labov a defendia, não ocorre apenas no passado; é também um fenómeno do tempo presente.

Um dos mais importantes contributos da Escola de Helsínquia para a Linguística Histórica é o facto de a sua investigação ser quase toda apoiada em *corpora* computadorizados. Assim, devemos-lhe objectos de investigação como o *Helsinki Corpus of English Texts*, o *Helsinki Corpus of Older Scots* e o *Corpus of Early English Correspondence* (CEEC), este último da responsabilidade da equipa do projecto de “Sociolinguística e História da Língua”, integrado naquela Unidade de Pesquisa. Nesta equipa, cujos trabalhos foram iniciados em meados dos anos noventa, procura-se perceber como é que os falantes fazem uso de padrões interactivos, tendo em conta uma série de metodologias e generalizações sociolinguísticas, e conceitos de sócio-pragmática histórica, com o objectivo final de reconstruir o modo como as mudanças linguísticas se difundem socialmente.

Em resultado de pesquisas como as acima referidas, a História da Língua assume-se hoje como uma disciplina eclética que, para além da Sociolinguística, tem também beneficiado dos contributos da Linguística Textual, da Psicolinguística, da Semiótica, da Pragmática, da Etnografia da

Comunicação, entre outros. Por isso mesmo, não queríamos terminar este capítulo sem antes referirmos que o facto de a Sociolinguística ter sido a primeira disciplina a entender a mudança linguística como um fenómeno social não invalida que, na nossa opinião, ela ainda não tenha conseguido desenvolver um modelo teórico próprio, autónomo, que lhe permita dar conta da sistematização estrutural e funcional do fenómeno linguístico. Por isso, apresentaremos em seguida algumas incursões que a Gramática Sistémico-Funcional já fez na área da História da Língua, de modo a percebermos em que medida é que este modelo gramatical se pode apresentar como uma alternativa de análise que, não deixando de integrar a informação sociolinguística na gramática da língua, procura perceber como é que o locutor, constringido pelo contexto cultural e situacional, pode influenciar a mudança linguística.

## **2.2. A Gramática Sistémico-Funcional aplicada à História da Língua Inglesa**

No subcapítulo anterior referimos algumas das pesquisas mais recentes feitas por sociolinguistas no âmbito da História da Língua Inglesa. Agora, e depois de expostos, no primeiro capítulo, os pressupostos teóricos fundamentais da GSF, pretendemos apresentar algumas razões que tornam pertinente a aplicação deste modelo gramatical aos estudos diacrónicos e daremos conta do contributo de alguns sistemicistas nessa área.

A adopção de uma perspectiva analítica paradigmática, por um lado, e a tónica colocada nos conceitos de significado e uso, por outro, distinguem a GSF das abordagens sintagmáticas que dominaram várias áreas dos estudos linguísticos ao longo de todo o século XX. Com efeito, os modelos linguísticos formais tendem a observar a linguagem como uma realidade estática, a partir de uma visão modular (Thompson, 1996: 222) que vai da Fonologia à Pragmática, e que lhes permite o estudo matemático do sistema gramatical das línguas, desde a forma ao significado proposicional, sem ter em conta os efectivos utentes da língua e sem consideração pela escolha de produções textuais autênticas, geradas em condições reais, ou seja, em contextos cultural e situacionalmente determinados que estruturam e dão significado aos textos. Nesses modelos formais, o sistema linguístico é descrito essencialmente numa perspectiva sincrónica e, portanto, as questões relacionadas com a história, a variação e a mudança das línguas foram praticamente negligenciadas, pelo que são hoje objecto de estudo de disciplinas periféricas e algo autónomas como a História da Língua e a Linguística Sócio-histórica.

A GSF, por outro lado, adoptou um olhar mais dinâmico, que procura descrever a língua em funcionamento como instrumento de acção. Os sistemas linguísticos são entendidos como configurações orgânicas de três metafunções da linguagem e o discurso é observado enquanto prática social que cumpre requisitos de uso, em função das necessidades de comunicação, ao mesmo

tempo que é moldado por factores sócio-culturais. Contudo, e apesar das evidentes diferenças conceptuais entre as abordagens formais e este modelo teórico, também a maioria dos estudiosos da GSF tende a dar mais ênfase aos estudos sincrónicos, contrariando, de alguma forma, o que se poderia esperar de uma gramática com um enquadramento teórico sistémico e funcional. Algumas das utilizações mais recentes da GSF no âmbito dos estudos sincrónicos incluem, por exemplo, a sua aplicação a sistemas semióticos de várias formas de arte, como a literatura, a música, a escultura e a pintura. Os mecanismos analíticos sistémico-funcionais têm também sido aplicados no processamento das línguas naturais, no estudo da aquisição do inglês como segunda língua e, de uma forma geral, no ensino de línguas nos *curricula* académicos. A teoria de registo, que está a ser cada vez mais desenvolvida, tem também sido usada como ferramenta de análise, por exemplo, pela Análise Crítica do Discurso, para investigar a construção linguística do conhecimento e das relações de poder.

Quanto à mudança linguística, não temos dúvidas de que a GSF reconhece como um fenómeno social. Aliás, um dos conceitos fundamentais da GSF determina, como vimos no capítulo anterior, que é no processo semiótico de uso da língua que o falante modela continuamente o sistema linguístico. Neste sentido, o próprio Halliday reconhece, na obra genetriz deste modelo gramatical, que a língua evoluiu para satisfazer necessidades humanas; assim, a forma como está organizada é funcional relativamente a essas necessidades e, portanto, não é arbitrária (1994a: xiii). Percebe-se nesta asserção uma referência ao facto de a mudança linguística estar intrinsecamente ligada às necessidades comunicativas dos falantes (produtores de textos) e aos requisitos dos ouvintes (consumidores de textos). Assim, uma língua muda porque está em permanente adaptação às necessidades expressivas da comunidade linguística que a utiliza. Noutro momento da mesma obra, Halliday, ao enumerar vinte e uma possíveis aplicações práticas dos estudos linguísticos, refere que uma delas é perceber como é que as línguas evoluíram ao longo do tempo (*idem*: xxix). O mentor da GSF deixa, assim, transparecer que tem uma clara percepção da importância da pesquisa histórico-linguística na descrição e caracterização das línguas e, por vezes, profere breves comentários histórico-linguísticos que lhe permitem elucidar o leitor sobre

algumas características do sistema léxico-gramatical do inglês contemporâneo. Vejamos alguns desses comentários:

Beneficiary and Range are the 'oblique' or 'indirect' participants, which in earlier stages of the language typically required an oblique case and/or a preposition. (...) In Modern English the distinction between direct and indirect participants has largely disappeared. All participants can take on the Subject function; there are no cases anymore; and the presence or absence of a preposition is determined on other grounds (...). (*idem*: 144)

The coming of this pattern [the ergative/transitive pattern] to predominance in the system of modern English is one of a number of related developments that have been taking place in the language over the past five hundred years or more, together amounting to a far-reaching and complex process of semantic change. These changes have tended, as a whole, to emphasize the cause-&-effect aspect of processes by comparison with the 'deed-&-extension' one. There is no such thing, of course, as 'completed' change in language; waves of change are passing through the system all the time. But this aspect of English – its transitivity system – is particularly unstable in the contemporary language, having been put under great pressure by the need for the language continually to adapt itself to a rapidly changing environment, and by the increasing functional demands that have been made on it ever since Chaucer's time. (*idem*: 163)

For most of the known history of English the number of passive tenses has, as far as we can tell, lagged behind the number of the active ones. But since the system opened up in the way it has done the passives have caught up, and now every active tense has its passive counterpart, formed in this manner as an extension of the logical structure. (*idem*: 199-200)

In Elizabethan English *surely* meant what *certainly* does today, but in the intervening period it gradually moved further away from 'it is so', to the extent that it now means something like 'I gather it isn't so, though I find it hard to believe'. Its place was taken by *certainly* – which is now moving in a similar direction (...). (*idem*: 380)

Estas observações permitem-nos pensar em algumas questões que, ao ser desenvolvidas numa abordagem sistémico-funcional, poderiam explicar que requisitos funcionais terão estado na origem, ou pelo menos contribuído, para algumas mudanças estruturais e discursivas da língua inglesa, designadamente: i) a perda da distinção entre participantes directos e indirectos em inglês; ii) a actual instabilidade do sistema de transitividade do inglês, sobretudo no que diz respeito aos padrões de transitividade e ergatividade; iii) o constante aumento de orações passivas em inglês; e iv) a evolução semântica de certos vocábulos.

Para além de reconhecer a importância dos estudos diacrónicos na investigação sistémico-funcional, Halliday tem concretizado a intersecção destas matérias em alguns trabalhos (1987, 1988, 1994c) onde estuda a progressão temática, a origem da metáfora gramatical e, de um modo geral, o desenvolvimento estrutural do discurso científico na língua inglesa, por exemplo, nos escritos de Chaucer (*A Treatise on the Astrolabe*), Newton (*Treatise on Optiks*) e Darwin (*The Origin of Species*).

Mas há outros systemicistas que também têm feito algumas incursões sistémico-funcionais na história da língua inglesa. Referimo-nos, em particular, a Michael Cummings, David Banks e Martin Davies.

Cummings destaca-se por ser o autor do maior número de estudos publicados nesta área e aquele que mais cedo se terá interessado por integrar conceitos da GSF nos estudos diacrónicos, razões pelas quais nos debruçaremos com mais pormenor sobre o seu trabalho. O primeiro artigo a que tivemos acesso data de 1975 e, nele, Cummings ilustra a aplicação ao grupo verbal do *Old English* de um modelo gramatical chamado *Scale-and-Category* – que actualmente corresponde à GSF –, cujos princípios funcionais tinham sido apresentados por Halliday, num artigo intitulado “*Categories of the Theory of Grammar*” (1961). Neste trabalho, Cummings começa por descrever a construção e o sistema organizativo do grupo verbal em *Old English*; apresenta depois uma análise sistémica<sup>24</sup> dessa construção, tendo em conta os

---

<sup>24</sup> Cummings (1975: 38) define da seguinte forma o que se entende por análise sistémica em 1975:

*A systemic analysis is an outline of potential choices, ordered successively in hierarchies, when dependent, through the repeated dichotomy system-term, and represented diagrammatically in a 'system network'.*

sistemas de polaridade e de Modo oracional, e vai estabelecendo, sempre que possível, paralelismos com o inglês actual. Em 1979, escreve um artigo em que, desta vez, se propõe analisar o grupo nominal do *Old English*, descrevendo-o em termos da sua estrutura de superfície e da rede de sistemas dos significados experiencial e lógico. Para ele, a descrição desta estrutura da léxico-gramática do inglês antigo constituía uma etapa essencial para o desenvolvimento de uma gramática sistémica para o *Old English* (1980: 228). Com esta sua posição, Cummings anuncia explicitamente o seu grande objectivo: conceber uma gramática sistémico-funcional que pudesse ser aplicada ao estudo da primeira fase evolutiva da história da língua inglesa. Lança, assim, a primeira semente histórico-linguística num modelo gramatical de cariz semiótico e social. No ano seguinte, um novo artigo, publicado na sequência do anterior, estende o estudo do grupo nominal do *Old English* à metafunção textual (Cummings, 1981), preparando, assim, o caminho para a apresentação de “*A Systemic-Functional Model for Old English*” em 1982. Neste trabalho, Cummings é mais uma vez inovador ao concretizar o alargamento da linguística sistémica à linguística histórica, propondo desta feita a análise do grupo nominal, tendo em conta o reflexo do contexto social na léxico-gramática.

Apesar de o autor ter entretanto produzido outros trabalhos sobre a mesma temática (Cummings, 1985, 1986, 1996; Cummings & Baxter, 1983), terminamos esta breve abordagem da sua produção com uma referência mais recente (Cummings, 1995), na qual ele retoma as mesmas temáticas, mas com uma particularidade relevante e adequada a esta parte da nossa exposição: começa com uma crítica ao facto de a maior parte da pesquisa mais recente sobre a estrutura Tema/Rema se referir apenas aos dialectos contemporâneos e nunca aos dialectos históricos, em consequência directa da prioridade que a linguística moderna tem dado aos estudos sincrónicos e, muito especialmente, à linguagem falada (Cummings, 1995: 275). Tal questão é relevante não só por si mesma, mas também porque regista precisamente o mote que defendemos nesta fase do nosso trabalho.

Diferentemente de Cummings, David Banks interessa-se essencialmente pelo estudo das origens da escrita científica, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento da metáfora gramatical. Nas obras a que

tivemos acesso (Banks, 1996, 1997a, 1997b, 1999, 2001), percebemos que este linguista debate e problematiza com frequência opiniões expressas por Halliday nos trabalhos que referimos alguns parágrafos acima.

Por fim, o sistemicista Martin Davies também deu um precioso contributo na aplicação da GSF aos estudos diacrónicos, num texto (Davies, 1996) em que convida os linguistas sincrónicos a incluir a diacronia nas suas pesquisas, não sem antes indicar um caminho possível para o fazerem: o estudo da estrutura temática dos textos. O seu grande objectivo com este trabalho não é anunciar novas descobertas na investigação linguística histórica, mas comprovar a relevância da observação diacrónica nos estudos sincrónicos contemporâneos.

Estes são, tanto quanto pudemos apurar, os únicos contributos sistémico-funcionais na área da História da Língua Inglesa, o que nos permite concluir que, de facto, a GSF parece não colaborar de forma constante, eficaz e quantitativa para o crescente número de estudos diacrónicos, que continuamente promovem um conhecimento mais aprofundado da forma actual dos vários sistemas linguísticos.

Exceptuando os sistemicistas e as obras acima citados, e tendo por base uma pesquisa que efectuámos em cinco livros de introdução à Linguística Sistémico-Funcional (Bloor & Bloor, 1995; Collerson, 1994; Eggins, 1994; Martin *et al.*, 1997; Thompson, 1996), são escassos e superficiais os exemplos em que os seus autores refiram a possibilidade de a GSF ser aplicada à História da Língua Inglesa ou em que tenham algum tipo de consideração histórico-linguística.

À margem desta pesquisa, mas com o mesmo propósito inquiridor que a norteou, consultámos também um livro que, à partida, parecia pronto a ultrapassar a insuficiência diacrónica do currículo dos estudos linguísticos contemporâneos. Falamos de Lockwood *et al.* (2000), cuja segunda parte é dedicada à apresentação de abordagens funcionais em Linguística e em História da Língua Inglesa. Contudo, nos nove capítulos que compõem esta parte da obra, a mudança linguística é encarada ou apenas como fenómeno social, ou apenas como fenómeno estrutural. Tanto no livro como nas disciplinas que o motivam não parece haver uma intersecção de perspectivas,

lacuna que Halliday terá notado trinta anos antes ao advogar as vantagens de uma junção entre as perspectivas formal e funcional:

Here, therefore, we shall consider language in terms of its use. Structural preoccupations have been dominant in linguistics for some time; but the usefulness of a synthesis of structural and functional approaches has long been apparent from the work of the Prague linguists (...). The particular form taken by the grammatical system of language is closely related to the social and personal needs that language is required to serve. But in order to bring this out it is necessary to look at both the system of language and its functions at the same time; otherwise we will lack any theoretical basis for generalizations about how language is used. (1970: 141-142)

Apesar de denominadas “análises funcionais”, falta nos capítulos da segunda parte de Lockwood *et al.* (2000) uma interpretação sócio-semiótica dos dados linguísticos, unidades semânticas em uso que enformam representações do mundo, relações sociais e aspectos contextuais culturais e situacionais. Parece-nos faltar, portanto, uma conceptualização dos recursos linguísticos, em termos da sua funcionalidade discursiva, no que respeita à mudança linguística.

Todavia, se a parte do livro que mais expectativa criava relativamente aos estudos histórico-linguísticos não foi inteiramente inovadora, o capítulo escrito por Halliday (2000: 221-237) foi revolucionário nesse aspecto. O autor demonstra que uma interpretação interdisciplinar do sistema gramatical do inglês permite perceber como é que o potencial de significado da língua foi sendo semioticamente construído e moldado ao longo dos séculos. Apenas como exemplo, Halliday serve-se da evolução de palavras como *headache*, *stomachache* e *backache* para demonstrar que a mudança linguística pode ser funcionalmente motivada. Segundo ele, estes termos terão sido assimilados pela comunidade linguística por motivos relacionados com a organização temática da oração. Os falantes da língua inglesa foram gradualmente substituindo construções como *my head aches* por outras como *I have a headache*. Neste processo de mudança linguística, o Portador (o participante de um processo relacional) quis colocar-se como ponto de partida da

mensagem, acentuando, desta forma, que, sendo ele o sofredor, é ele que deve assumir a posição de Tema. Por outro lado, esse Portador concentrou no participante Atributo a localização física – *head, stomach, back* – e a especificação daquilo que possui – *an ache* – como um afixo à localização (*idem*, 2000: 223-225).

Concluimos, então, que a análise das mudanças que ocorreram numa língua nos seus diferentes estádios evolutivos podem e devem, no nosso entender, ser integradas com maior assiduidade na investigação sistémico-funcional. A necessidade de dar continuidade ao até agora reduzido mas valorizado número de estudos sistémico-funcionais na área da história da língua enquadra-se, assim, nos objectivos do trabalho que ora apresentamos. A escolha da GSF em detrimento das teorias gramaticais tradicionais pode ser justificada pelo facto de a GSF se nos ter apresentado como um modelo analítico mais produtivo, que nos permite relacionar o domínio léxico-gramatical – integrado num espaço multifuncional – com o domínio contextual. Possibilita-nos, desta forma, a integração dos dados linguísticos observados num quadro semântico-discursivo mais amplo. Partindo de uma análise da metafunção interpessoal, propomo-nos, nos próximos capítulos, intersectar o estudo da interacção verbal com algumas considerações histórico-linguísticas em vinte cartas familiares do período *Early Modern*. Começamos no próximo capítulo com a apresentação do *corpus*.

### **3. APRESENTAÇÃO DO CORPUS**

### 3.1. Introdução

“(...) every stage of our **cultural**<sup>25</sup> evolution, as each major social and technological transformation (...) each of these transformations in the human condition has been acted out in language, with important consequences for the system of language itself.”  
(Halliday, 1994b: 449)

Tendo até agora procurado delinear as bases teóricas que sustentam os nossos objectivos nesta dissertação, propomo-nos, neste capítulo, apresentar o *corpus* no qual se apoia a parte prática do trabalho.

O *corpus* seleccionado para análise é composto por vinte cartas familiares escritas entre os séculos XV e XVII, apuradas a partir do *Corpus of Early English Correspondence Sampler* (CEECS). Reunindo vinte e três colecções de cartas pessoais<sup>26</sup> escritas entre 1418 e 1680, o CEECS corresponde, como o próprio nome indica, a uma amostra de um *corpus* mais extenso denominado *Corpus of Early English Correspondence* (CEEC) – que mencionámos no segundo capítulo – e cuja compilação se iniciou em 1993. O CEEC foi coligido para o estudo de variáveis sociais na história da língua inglesa e, como tal, teve como orientação fundamental a obtenção de uma representação social tão vasta quanto possível que validasse com maior rigor a aplicabilidade de métodos sociolinguísticos ao estudo diacrónico, designadamente no âmbito da Sociolinguística Histórica. Na base desta recolha estiveram, assim, critérios fundamentalmente extra-linguísticos.

Uma vez que o CEEC ainda não pôde ser publicado, a equipa do projecto de “Sociolinguística e História da Língua” do Departamento de Inglês

---

<sup>25</sup> Em negrito no original.

<sup>26</sup> Arja Nurmi (1999: 57) entende por cartas pessoais as cartas escritas por um indivíduo identificável a outro indivíduo identificável. Nevalainen e Raumolin-Brunberg (1996: 54), depois de reforçarem esta noção, acrescentam que as cartas compiladas são pessoais, mas não necessariamente privadas: “We do not claim that all letters in our corpus are private. On the contrary, there are several letters which could be characterized as official, but, in general, they have been written personally by an identifiable individual.”

da Universidade de Helsínquia<sup>27</sup> conseguiu disponibilizar para uso geral da comunidade linguística as partes do CEEC sobre as quais já não recaíam direitos de autor, e/ou aquelas cuja edição coube à própria equipa do projecto. Surge assim o CEECS, que reflecte em tudo os princípios de compilação do CEEC, ainda que com critérios mais arbitrários.

Constituído por um total de 1147 cartas e 450 085 palavras, o CEECS foi dividido em duas partes por razões de ordem técnica: o CEECS1 abrange os séculos XV e XVI (com excepção da colecção Hutton que vai até ao século XVII); o CEECS2 consiste em material do século XVII (apenas três cartas da colecção intitulada Original 3 são do final do século XVI)<sup>28</sup>.

As colecções de cartas incluídas no CEECS pertencem a famílias que representam a camada mais literata da população inglesa, entre o início do século XV e o final do século XVII. O facto de o nível de literacia da população durante a Idade Média ser baixo, a preservação do material ser negligente e os editores do século XIX se terem interessado, sobretudo, pela publicação de cartas de personalidades marcantes ou que descrevessem episódios históricos relevantes, fez com que muitas vezes os compiladores não tivessem acesso à linguagem nem das classes mais baixas nem do sexo feminino.

A iliteracia foi, de facto, um dos factores externos que mais limitou os compiladores na recolha de material. Naquela altura, o nível completo de literacia incluía as capacidades de leitura e escrita. Como a educação era socialmente estratificada e variava muito consoante o sexo, boa parte da população que detinha níveis razoáveis de literacia sabia ler, mas não sabia escrever, o que se verificava sobretudo no caso das mulheres. Por isso, a maior parte do material do CEECS procede de locutores masculinos das classes média e média alta e também da realeza.

---

<sup>27</sup> Esta equipa inclui presentemente os seguintes investigadores: Terttu Nevalainen, Helena Raumolin-Brunberg, Arja Nurmi, Minna Palander-Collin e Minna Nevala. Inclui também dois assistentes de pesquisa, Mikko Laitinen e Anni Vuorinen.

<sup>28</sup> A lista de todas as colecções abrangidas pelo CEECS pode ser consultada no Apêndice 3-A.

### 3.2. Constituição do *corpus*

O percurso de selecção entre o total de cartas pessoais do CEECS e as cartas familiares trocadas entre membros nucleares de uma família – que constitui a base de análise deste estudo – compreendeu quatro fases de triagem.

A primeira consistiu em determinar, dentro do período linguístico que se pretendia abranger – o *Early Modern English* –, as datas de início e fim da recolha do material, uma vez que o CEECS inclui cartas a partir de 1418. Deste modo, apesar da já antiga problemática teórica existente em torno de uma delimitação cronológica das fases evolutivas da história da língua inglesa, e embora ainda não haja consenso absoluto entre os investigadores quanto ao início do período em análise<sup>29</sup>, optámos por seguir a proposta de Roger Lass, editor do volume III da obra *The Cambridge History of the English Language*. Lass coloca as barreiras temporais desta fase evolutiva do inglês nos anos 1476 (ano de introdução da imprensa em Inglaterra) e 1776 (data da Declaração da Independência dos Estados Unidos da América). A opção por estas datas simbólicas permite, na opinião de Lass (1999: 1), abranger o esmorecimento da Idade Média, o surgimento do movimento renascentista, da Reforma e do Iluminismo e o despontar do período Romântico, episódios sociais e culturais que transformaram intensamente o enquadramento ideológico da Europa em apenas três séculos de história.

---

<sup>29</sup> São várias as teorias que procuram legitimar a periodização da história da língua inglesa, a maior parte delas sustentadas por factores extralinguísticos. No caso do *Early Modern English*, alguns autores consideram que as profundas mudanças fonéticas que se iniciaram no século XV, logo após a morte de Chaucer – conhecidas sob o conceito global de Grande Mutação Vocálica –, devem abalizar a fase de transi o do *Middle* para o *Early Modern English*. Outros consideram que o inglês escrito na Chancelaria Real (*Chancery English*), e registado a partir de 1415, foi determinante na delinea o de uma língua *standard* escrita, pelo que deveria constituir um marco linguístico e cultural. Há ainda aqueles que optam por uma data um pouco mais tardia, considerando que só em 1500   que se fizeram sentir os efeitos da introdu o da imprensa em Inglaterra e, como tal,   aqui que deveria ser colocada a barreira de um novo período. Da mesma forma, a data de transi o do *Early Modern English* para o *Modern English* também não   consensual. Os anos 1660, 1725, 1776 e 1800 são apresentados como fronteiras alternativas.

Uma vez que o CEECS só tem cartas compiladas até 1680, não foi possível abarcar todo o período do *Early Modern English* no *corpus* a constituir para este trabalho. Por isso, foram recolhidas, nesta primeira fase, somente as cartas escritas entre 1476 e 1680. Após esta primeira selecção, foram escolhidas de entre as cartas pessoais do CEECS apenas as cartas familiares, tendo-se chegado a um total de quatrocentas e sessenta e sete cartas. Na terceira fase de triagem, as cartas familiares foram restringidas àquelas permutadas entre marido e mulher, pais e filhos, irmãos, sogros e genros/noras. Para tal, seguiu-se uma definição de família nuclear – segundo a qual esta deve ser entendida não como unidade de habitação, mas como agregado familiar –, por oposição à noção de *kinship*, prática já em declínio entre 1500 e 1750:

(...) o **kinship system**<sup>30</sup> (...) [é o] sistema de relações estabelecido na casa senhorial, envolvendo relações de responsabilidade e de dependência entre aqueles que viviam debaixo do mesmo tecto ou sob a alçada do mesmo senhor, fossem ou não relacionados por laços de sangue (...). (Faria, 1996: 119)

Na última fase de selecção, e a partir das trezentas e quarenta cartas a que havíamos chegado entretanto, foram apuradas vinte cartas, com base num critério de extensão, definível em função do número de palavras por que cada uma é constituída. De acordo com este critério, as cartas escolhidas têm entre cem e quatrocentas palavras, totalizando quatro mil, cento e trinta e quatro (4134) palavras, um número que pareceu adequado à dimensão e aos objectivos a que este trabalho se propõe.

Coligido o *corpus* final da dissertação, agrupámos as vinte cartas que o constituem em dois períodos temporais de cerca de cem anos: 1476-1576 e 1577-1680. Cada período reúne, assim, dez cartas, distribuídas do seguinte modo:

---

<sup>30</sup> Em negrito no original.

Colecções \ Anos	1476-1576	1577-1680
STONOR	2	—
PLUMPTON	3	—
HUTTON	—	1
CORNWALL	—	2
HARLEY	—	2
BASIRE	—	1
TIXALL	—	2
REALEZA <sup>31</sup>	5	2
<b>Total de cartas</b>	<b>10</b>	<b>10</b>
<b>Total de palavras</b>	<b>2 233</b>	<b>1 901</b>

Quadro 7 – Resumo da distribuição das cartas do *corpus* por períodos

Depois de termos demonstrado como foi estabelecido e organizado o nosso *corpus*, passemos agora à exposição das razões que nos levaram a optar pelo género carta familiar.

<sup>31</sup> Sob esta designação genérica estão incluídas as colecções Original 1, Original 2, Original 3 e Charles.

### 3.3. Motivações para a escolha do género carta familiar

A escolha do género textual carta familiar foi essencialmente motivada pela convicção de que os padrões discursivos deste tipo de textos partilham algumas das características da linguagem falada. Esta convicção foi sustentada por algumas pesquisas sociolinguísticas baseadas em *corpora*<sup>32</sup>, como é o caso do multi-genológico *Helsinki Corpus of English Texts*, que revelaram existir maior proximidade entre a correspondência pessoal – quando comparada com outros escritos – e a comunicação oral. Esta hipótese é confirmada, por exemplo, por Nevalainen e Raumolin-Brunberg (2003: 29):

(...) the suitability of personal correspondence for sociolinguistic analysis becomes obvious if one believes, as we do, in Biber's characterization of personal correspondence as one of the most oral written genres not only holds for Present-day English but also for past varieties. From the social point of view, personal correspondence stands out as first-class primary data.

O facto de Biber considerar a correspondência pessoal como “um dos géneros escritos mais orais” chama-nos a atenção para um dos problemas que tende a restringir o campo de acção dos estudos diacrónicos: a inexistência de dados em registo oral. A utilização unicamente de textos escritos cria, para além de outras dificuldades, lacunas temporais entre a introdução de novas formas linguísticas na língua e a sua ocorrência em textos escritos. Muitos sociolinguistas entendem, por isso, que a melhor forma de contornar este problema é estudando textos escritos que se aproximem o mais possível da linguagem falada. Deste modo, as cartas, e mais concretamente as cartas familiares, afiguram-se como mais propensas a reflectir e a promover inovações linguísticas do que outros géneros escritos, como é o caso dos

---

<sup>32</sup> Para mais pormenores sobre estes estudos, poderão consultar-se Arnaud (1998), Biber (1995: 280-300) e González-Álvarez & Pérez-Guerra (1999).

documentos oficiais, dos tratados científicos, dos ensaios, etc. Na sequência deste raciocínio, encontramos uma das razões que permite legitimar esta realidade: o facto de, no período *Early Modern*, as regras de escrita serem praticamente inexistentes, levava a que os falantes tendessem a escrever como falavam, sobretudo se se tratasse de géneros escritos mais informais.

Na mesma esteira de pensamento, procurámos que, em termos de contexto situacional e ao nível da variável relações do registo, o *corpus* fosse o mais uniforme possível. Por isso, e como já foi mencionado, optámos por incluir apenas cartas trocadas entre membros de famílias nucleares das classes média e média alta, que usarão, em princípio, uma linguagem mais coloquial, mais próxima da oralidade. Nas restantes cartas familiares do CEECS, nem sempre o nível social dos interlocutores era o mesmo. Esta circunstância levava a que muitos tentassem adequar a sua linguagem à do seu alocutário, procurando assim abreviar as diferenças sócio-culturais e linguísticas pela convergência do discurso.

Note-se, por fim, que nem todas as cartas familiares são necessariamente privadas (como de resto já ficou assinalado na nota 26), e mesmo estas não são sempre coloquiais. Nas cartas da realeza, por exemplo, nem sempre o grau de parentesco próximo parece conseguir abreviar a formalidade criada pela distância física e hierárquica entre os falantes.

### 3.4. Enquadramento histórico e social do *corpus*

Ao longo desta dissertação, a escrita de cartas é entendida como uma prática social. As cartas não só reflectem o cenário histórico, social e cultural em que foram produzidas, mas também são produtos ideológicos do contexto em que foram geradas. E se tivermos em consideração o que Gunther Kress (1988: 11) diz a este respeito, podemos acrescentar que a história discursiva de cada indivíduo sustenta os traços dos discursos associados aos espaços sociais que esse indivíduo ocupou.

Por isso mesmo, a contextualização cultural e situacional de cada carta, ou pelo menos de cada família, seria ideal, mas implicaria uma vasta exposição que não cabe no âmbito deste trabalho. No entanto, e porque o estudo de uma língua e da sua evolução não deve dissociar-se dos condicionalismos extralinguísticos que a enquadram, esboçaremos alguns dos eventos políticos, culturais e religiosos que mais reflexos tiveram na vida familiar da época e mais proeminentes se revelaram para a análise do *corpus*. A escolha destas três realidades em específico justifica-se por ser nelas que se encontram os factos que de forma mais categórica motivaram ou contribuíram para o desenvolvimento da língua inglesa entre finais do século XV e finais do século XVII.

Em termos políticos, a Inglaterra do final do século XV caracteriza-se pela subsistência de uma monarquia católica medieval e pela presença de uma estrutura parlamentar débil, quando comparada com o poder (teoricamente) absoluto do rei. Com o final da Guerra das Rosas, em 1485, estabelece-se a dinastia Tudor, e assiste-se à transição de uma monarquia de tipo feudal para um sistema de absolutismo moderado. Este sistema traduz-se directamente no aumento do poder do Estado e, como consequência directa da Reforma Anglicana (de que falaremos adiante), na diminuição da influência política do clero, tendência que se acentuará no reinado de Henrique VIII com a dissolução dos mosteiros. Em 1534, o Acto de Supremacia reconhece

Henrique VIII como Chefe Supremo da Igreja de Inglaterra e o cisma henriquino converte o país ao Protestantismo. Ainda na esfera das relações com a Igreja, e após a morte de Eduardo VI, Maria Tudor, filha católica de Henrique VIII e de Catarina de Aragão, sobe ao trono e lança o país num período de grande conturbação religiosa. O seu reinado ficou marcado pela intolerância e pelo extremismo que resultaram em sanguinárias perseguições a não católicos e dissidentes, na demanda da restauração do Catolicismo no país. Só depois de 1558, com Isabel I no poder, foi conseguido um compromisso religioso que restabeleceu o Protestantismo em Inglaterra. O país viveu, então, uma época de relativa estabilidade, que permitiu o florescimento das actividades culturais e o fomento do expansionismo colonial.

A passagem da dinastia Tudor para a dinastia Stuart ficou marcada pelo acentuar do absolutismo régio. Os dois primeiros monarcas desta dinastia, Jaime I e Carlos I, tentaram de tal forma impor a ideia do direito divino dos reis que os problemas religiosos começaram a ser confundidos com problemas políticos e constitucionais. A rivalidade criada entre as duas instituições governativas fundamentais do país – a Coroa e o Parlamento – envolveu a Inglaterra numa Guerra Civil (1642-1649) que culminou com o regicídio de Carlos I em Whitehall. Como consequência, a dinastia Stuart passou por um período de interregno, marcado pelo governo republicano de Oliver Cromwell (o *Commonwealth*), só voltando a ser restaurada em 1660. Nesta altura, e a nível político, o rei Carlos II conseguiu uma reconciliação de poderes, ainda que instável, entre Coroa e Parlamento. Na esfera religiosa, apesar de o monarca ser a favor da tolerância, o Parlamento passou uma série de estatutos no sentido de combater o não conformismo à Igreja Anglicana.

De um modo geral, podemos, então, concluir que a Inglaterra *Early Modern* atravessou períodos de grande instabilidade política e religiosa, com excepção dos reinados de Isabel I e de Jaime I. O isolamento, as viagens, a guerra, as migrações e a estratificação social que daí resultaram para a maior parte da população foram factores de perturbação da vida privada (por exemplo, pela criação de distâncias geográficas, sociais e de parentesco, acentuadas ainda pela escassez de meios de mobilidade e comunicação) que motivaram, desde logo, o recurso à epistolografia.

A nível cultural, o período de transição para o *Early Modern English* foi dos mais importantes para a história da afirmação da língua inglesa. Ficou marcado pelo aparecimento do *Chancery English*, ainda no início do século XV, e pela introdução da imprensa em Inglaterra, factores que deram um valioso contributo para a atenuação da variedade dialectal do *Middle English* e se revelaram determinantes no processo de regularização gráfica e de difusão de uma língua padrão comum.

O *Chancery English*, escrito na Chancelaria Real por uma classe de escribas profissionais treinados nas convenções gráficas de *scriptoria* seculares, era uma variedade formal escrita do inglês londrino e começou a ser registada por volta de 1415. Dick Leith (1997: 229) define-o da seguinte forma:

Chancery English was a variety of formal written English for which scribes made a selection of usages, which were then regularised. The particular selection they made seems to have reflected, and partly crystallised, the dominant usage.

Os documentos oficiais e as leis que saíam da Chancelaria eram depois divulgados por todo o país, permitindo, assim, a propagação por várias zonas territoriais de características linguísticas específicas do dialecto oriundo da região de *East Midlands*.

Este dialecto, e mais concretamente a variedade falada na metrópole londrina, emergiria durante o século XVI como a língua escrita de reconhecimento literário, mercê também do prestígio da capital britânica, considerada o centro político, económico, administrativo e cultural do país. Estas circunstâncias parecem ter determinado também a opção do tipógrafo William Caxton pelo inglês londrino como norma escrita para a impressão de livros, ainda final do século XV. Foi ele o responsável pela introdução da imprensa em Inglaterra (mais concretamente em Westminster) em 1476, acontecimento considerado pela maior parte dos investigadores em História da Língua como sendo o de maior relevo para a instituição de uma norma gráfica e de uma língua uniformizada no país<sup>33</sup>. Em termos funcionais, a introdução da

---

<sup>33</sup> Não queríamos deixar de citar a opinião de Halliday (1994b: 460) relativamente à questão da mudança linguística nas línguas padrão: "standard languages, since they are written down and institutionalized, tend to change less in this respect [i.e., at the formal level, in phonology and grammatical structure] than those

imprensa mudou a relação entre o escritor e o leitor, na medida em que a escrita de um texto passou a ter lugar em contextos cultural e situacionalmente diferentes, nos quais este é endereçado a um público desconhecido com quem o escritor não partilhou, à partida, experiências. Até ao último quartel do século XV, o livro era um produto caro, raro e de difícil produção. Os textos eram copiados manualmente em instituições eclesiásticas, um processo demorado que encarecia e transformava os livros em objectos de luxo a que apenas uma elite restrita tinha acesso. Todavia, com o aumento e a mecanização da sua produção, os livros tornam-se economicamente mais acessíveis, criando-se, assim, um mercado de leitores anteriormente inexistente. A promoção de hábitos de leitura entre as classes mais baixas possibilitou, por sua vez, o alargamento da educação a um maior número de pessoas. Podemos afirmar, por isso, que a imprensa exerceu também uma incomparável acção de promoção educacional.

De facto, no que diz respeito à educação, embora não se possa falar neste período num aumento generalizado da literacia, o número de pessoas que sabia ler aumentou bastante. Esta tendência não se verificou, porém, a nível da escrita, o que fazia com que, por exemplo, muitas cartas fossem ditadas e escritas por pessoas diferentes. Este cenário foi, no entanto, sendo alterado. Não só tratados e outras obras semelhantes, muitos livros religiosos, de poesia e de drama passaram a ser traduzidos para vernáculo, como a produção em inglês de almanaques, panfletos e baladas (dirigidos a um público menos instruído) aumentou bastante, constituindo-se estes textos como importantes agentes promotores para a aprendizagem da escrita. Por outro lado, também o número de *grammar schools* aumentou significativamente entre a época isabelina e 1673. Na segunda metade do século XVI, a sociedade já pode ser vista como semi-literata, mas a acessibilidade ao ensino e as oportunidades educativas continuaram a ser um privilégio das classes alta e média alta, pelo que a iliteracia passa a estar associada sobretudo aos mais pobres. É ainda de referir que o ensino do latim (e nalguns locais também do grego e do hebraico) dominou os *curricula* destas escolas pelo menos até

---

that are non-standard, or non-standardized. But in their meaning potential they change more, because they are constantly moving into new contexts and new functional domains.”

1660, altura em que a língua de ensino e dos manuais escolares passa, finalmente, a ser o inglês.

Apesar do que acima dissemos, devemos acrescentar que a tendência para a normalização gráfica se verificou, sobretudo, nos documentos oficiais e nos textos impressos. Na correspondência pessoal e na restante literatura manuscrita, a inconsistência gráfica continuava a ser frequente. Para além disso, a estrutura gramatical da língua escrita informal continuava a reflectir a linguagem em uso.

Não menos importante para a história da língua e da cultura inglesas foi o Humanismo Quatrocentista. Este movimento intelectual de feição profundamente filológica caracterizou-se pelo culto do mundo antigo, traduzido na contemplação das grandes obras literárias gregas e latinas e na ânsia de preservar e imitar o espírito clássico. A doutrina humanista antropocêntrica colocou o Homem no âmago de um cosmos geocêntrico e finito, onde, por um lado, ele é admirado como indivíduo pensante e criador e, por outro, como ser social, paradigma da virtude e dos valores ideológicos da sociedade. O movimento humanista ficou também conhecido pela veemente vontade de reforma social e religiosa, concretizada em particular nas reacções contra a Escolástica.

Pouco depois surge o Renascimento, uma espécie de fase adulta do Humanismo. Aproveita deste o intenso desejo de fazer renascer a antiguidade greco-latina para propor o estudo rigoroso da literatura e das línguas clássicas. O latim, como língua da cultura por excelência, tinha dominado todas as áreas do saber durante a Idade Média. Veículo de prestígio da Igreja e moldura linguística de uma literatura admirada por toda a Europa, constituía-se, assim como o grego, como o modelo a imitar pelas imaturas línguas vernáculas. Foi curiosamente neste contexto renascentista que a embrionária identidade nacional, consequência do estabelecimento da Grã-Bretanha como grande potência imperial, despertou nos ingleses o desejo de conhecerem e estudarem a sua própria língua. Neste contexto, surgiram, então, os reformadores da língua inglesa, homens como John Hart, Richard Mulcaster, Sir Thomas More e George Puttenham, que reconheciam as carências da sua língua e propunham reformular o seu sistema ortográfico e enriquecer o seu léxico. O seu principal objectivo era abrir caminho ao vernáculo em áreas que,

durante séculos, tinham sido dominadas pelo latim (como é o caso da poesia, da oratória e da filosofia). Vejamos, a título de exemplo, as palavras de Richard Mulcaster advogando o uso e o valor da língua inglesa em todos os campos do saber:

I do not think that anie language, be it whatsoever, is better able to utter all arguments, either with more pith, or greater planesse, then our English tung is, if the English utterer be as skilfull in the matter, which he is to utter: as the foren utterer is.

I love Rome, but London better, I favor Italie, but England more, I honor the Latin but I worship the English.

(Baugh & Cable, 1993: 199-200)

Nos argumentos destes homens latejavam as vozes de todos aqueles que desejavam partilhar os frutos do Renascimento. Se apenas os eruditos pudessem desfrutar deste movimento cultural, a sua repercussão seria muito limitada. Para que todos pudessem, então, usufruir não só do conhecimento de um passado áureo, como também da nova e emergente realidade trazida pelos desenvolvimentos nos campos da ciência, da medicina e das artes, era necessário revestir o legado clássico de uma nova roupagem e, portanto, traduzir as grandes obras da literatura clássica e os novos tratados científicos para inglês. E foi desta forma que, como projecção de uma identidade nacional, a língua inglesa foi ganhando reconhecimento literário entre os eruditos britânicos, para se assumir depois como concorrente do latim e do francês nos campos da literatura, da ciência, do direito, da administração e da educação.

Ao operar no seio de uma sociedade teocêntrica descontente, o Humanismo Quatrocentista preparou também o caminho para a Reforma Protestante, iniciada na década de trinta do século XVI. A Reforma pôs fim a uma série de querelas políticas, religiosas, e mesmo pessoais, afectou gravemente a crença e a prática religiosas e contribuiu também ela para o reconhecimento literário do inglês. A premente necessidade de aproximar os fiéis das cerimónias litúrgicas justifica o aparecimento de pelo menos sete traduções da Bíblia para inglês entre 1525 e 1609. De resto, a vasta produção

de escritos teológicos só poderia divulgar com vigor o ideário reformista se estes estivessem escritos em inglês.

A religião e os movimentos culturais deste período da história da língua inglesa reflectiram-se naturalmente nas relações familiares. A noção de família nuclear que neste trabalho é apresentada é uma noção de procedência protestante. O sociólogo Max Weber, por exemplo, atribui-a ao desenvolvimento do individualismo e à racionalização fomentados pela ética protestante. Para além disso, os pensadores da vertente puritana do protestantismo afirmavam uma indiscutível superioridade do homem sobre a mulher, ideia que, sendo concordante com o sistema de patriarcado vigente na época, se transformou num dos motes da cultura inglesa até ao século XIX.

A proximidade e a intimidade entre os membros da família variavam de acordo com aquilo a que se pode chamar a estrutura de poder interno. Apesar de os cônjuges terem um relacionamento mais próximo do que o existente entre pais e filhos, os maridos é que tinham habitualmente a última palavra em matérias como a moral, as finanças ou as relações sociais da família. A consciência patriarcal estava de tal forma estabelecida que os vários membros lutavam por obter a aprovação do chefe da família em todo e qualquer assunto, o que incluía, por exemplo, a decisão sobre o casamento dos filhos. Esta ideia de poder paternal no seio familiar tem também origem em alguns preceitos bíblicos, segundo os quais os homens estavam comprometidos, em primeiro lugar, com a sua família, e deveriam exercer domínio como autoridade sobre a mulher e os filhos. As mulheres eram, por isso, definidas em relação à figura masculina do pai ou do marido. Como esposas, por exemplo, esperava-se que honrassem e obedecessem aos maridos, que procriassem e que educassem os filhos. Refira-se, todavia, que, no período *Early Modern*, este papel subordinado da mulher estava sobretudo confinado à esfera pública. No ambiente privado e familiar, muitas mulheres das classes média e média alta eram as responsáveis pelo governo da casa e assumiam a gestão do património financeiro da família.

O Humanismo e o Renascimento, por seu lado, também tiveram efeitos sobre a vida familiar. A nova ideologia social celebrava o afecto familiar e apregoava um optimismo generalizado sobre o carácter e o potencial da Humanidade. Foi neste sentido que a inferioridade da mulher foi desafiada e o

seu acesso ao ensino estimulado. Da mesma forma, a expressão, ainda que recatada, de sentimentos por parte dos cônjuges era vista como uma medida de fortalecimento dos laços do matrimónio.

Terminamos, assim, o enquadramento histórico e social do *corpus* na expectativa de que tenha ficado claro como é que a língua foi sendo estruturada para o uso no seguimento das transformações ideológicas da sociedade. Sustentado por esta contextualização, o próximo capítulo dará conta da análise das cartas familiares enquanto evento interaccional.

### APÊNDICE 3-A

Colecções de cartas incluídas no *Corpus of Early English Correspondence Sampler*

#### CEECS1 (1418-1638) 246 055 palavras

<b>Colecção</b>	<b>Anos</b>	<b>Total de palavras</b>
Original 1	1418-1529	23 176
Stonor	1424-1483	38 006
Marchall	1440-1476	4 834
Shillingford	1447-1448	13 527
Plumpton	1461-1550	36 530
Rerum	1483-1509	5 915
Original 2	1520-1586	16 879
Hutton	1566-1638	25 319
Leycester	1585-1586	67 786
Royal 1	1585-1596	14 083

#### CEECS2 (1580-1680) 204 030 palavras

<b>Colecção</b>	<b>Anos</b>	<b>Total de palavras</b>
Original 3	1580-1665	9 948
Henslowe	1600-1610	551
Royal 2	1612-1614	227
Cornwallis	1613-1644	61 603
Cosin	1617-1669	37 853
Harley	1625-1666	24 915
WeSa	1632-1642	4 320
Charles	1634-1678	2 954
Wharton	1642	8 068
Hamilton	1648-1650	1 091
Jones	1651-1660	33 877
Basire	1651-1666	7 068
Tixall	1656-1680	11 545

Dados recolhidos a partir de Nurmi, 1998.

## **4. ANÁLISE DO *CORPUS***

Depois de apresentado o *corpus* sobre o qual assenta a parte prática deste trabalho, faremos neste capítulo a exposição da metodologia analítica utilizada, a apresentação dos resultados da análise do sistema de Modo oracional e o cruzamento desses dados com aspectos histórico-linguísticos característicos do *Early Modern English* encontrados no *corpus*.

#### 4.1. Procedimentos de análise

Feita a selecção das cartas familiares que constituem o *corpus* em estudo, procurámos um método que permitisse descodificar os fraseados em que o texto está construído e, posteriormente, estabelecer uma ligação entre a teoria apresentada no capítulo 1 e uma descrição a nível histórico-linguístico. Tendo por base a análise do sistema de Modo oracional, optámos pela exposição dos dados léxico-gramaticais de forma semelhante à utilizada por Eggins (1994: 334-336). Este tipo de apresentação pressupõe um desenvolvimento faseado do processo de análise, que será explicado em seguida.

Na etapa inicial, e na sequência dos pressupostos teóricos subjacentes a esta dissertação, tomámos a oração como ponto de partida para a análise. Assim, começámos por delimitar as fronteiras oracionais dos textos, seguindo para tal a definição de **oração** de Thompson (1996: 16): “For our purposes, a **clause**<sup>34</sup> is (potentially) any stretch of language centred around a verbal group.” Decorrente desta definição, concluímos que a cada grupo verbal (ou grupo verbal complexo)<sup>35</sup>, deveria corresponder, em princípio, uma oração, a qual, consoante o Modo verbal, poderia ser finita ou não finita.

---

<sup>34</sup> Em negrito no original.

<sup>35</sup> Halliday (1994a: 196) define grupo verbal da seguinte forma: “The verbal group is the constituent that functions as Finite plus Predicator (or as Predicator alone if there is no Finite element) in the mood structure (clause as exchange); and as Process in the transitivity structure (clause as representation).” Deste modo, um grupo verbal complexo compreende dois ou mais grupos verbais que, em conjunto, correspondem a um único Processo (e.g., Mary is going to read the book).

Uma vez que as orações estão graficamente organizadas em torno de frases, considerámos que seguir o critério de sinalização gráfica dos textos poderia apresentar-se como uma solução simples para começar a segmentação textual<sup>36</sup>. No entanto, as cartas em análise demonstraram que este não deveria ser um critério a seguir porque o uso de pontuação naquela época obedecia a preceitos diferentes dos actuais. De facto, as bases do actual sistema de pontuação do inglês começaram a ser formadas durante o Renascimento e, a este nível, o contributo de William Caxton foi certamente um dos mais relevantes. Como foi recordado na secção 3.4., Caxton procurou introduzir algumas regras que suplantassem as idiossincrasias e arbitrariedades do uso individualizado da língua, nomeadamente no que dizia respeito à pontuação. Note-se, porém, que entre os séculos XV e XVII a pontuação era usada como recurso retórico para mostrar aos leitores onde fazer as pausas e durante quanto tempo, e para dar ênfase e balanço rítmico ao discurso. Embora os editores e também os compiladores das cartas tenham intervindo neste aspecto, o facto é que não se pode estabelecer uma correspondência entre as orientações gráficas do *Early Modern English* e as normas de utilização da pontuação no inglês de hoje. Esta constatação é confirmada e problematizada, por exemplo, por Salmon (1988: 47), da seguinte forma:

Since the appearance of Percy Simpson's *Shakesperean Punctuation* in 1911 the consequent discussion has been devoted to two major problems: whether the punctuation of printed texts is the author's or the compositor's, and whether that punctuation was rhetorical, intended as a guide to emotional meaning by indicating stress, length of pause, and possibly intonation, or whether it was grammatical, intended to indicate the structural meaning of a sentence by marking the syntactic units within it.

Foi, por isso, necessário entrar na esfera da componente lógica da metafunção ideacional para definirmos as fronteiras das orações e dos complexos oracionais. Por complexo oracional entendemos os casos em que duas ou mais orações estão articuladas entre si por relações de parataxe ou de

---

<sup>36</sup> Para uma descrição sobre a relação entre a pontuação e a GSF, veja-se Halliday (1985: 34-39).

hipotaxe (noções quase equivalentes às de coordenação e subordinação, respectivamente, da gramática tradicional). A **parataxe** refere a relação lógica existente entre as unidades oracionais que, num mesmo complexo, se situam ao mesmo nível. Ou seja, entre elas não existe uma dependência estrutural, possibilitando que qualquer uma das orações possa ser suprimida sem afectar estruturalmente a outra, no sentido em que ambas têm o mesmo estatuto em termos dependenciais. São exemplos de relações paratáticas as relações existentes entre as orações registadas em (1) e (2). Para efeitos de explicitação da análise dos exemplos neste capítulo, as relações de parataxe são marcadas pelo símbolo “||” e as de hipotaxe por “|”. Apesar de termos consciência que na GSF os símbolos em questão são usados para outras realidades, optámos aqui por usá-los desta forma, porque nos pareceu uma forma clara de assinalar e visualizar as relações paratáticas e hipotáticas.

(1) *God blesse you bothe, and yours, || and geve yow much comfort of them.* (Carta 11: 4-5)

(2) *The employment there, is to chase the poore hare, or crafty fox; || heere, to pursue one another.* (Carta 16: 2-3)

A **hipotaxe**, por sua vez, define as relações lógicas entre as orações de um complexo oracional em termos de dependência. Reporta-se, portanto, às relações dependenciais entre uma oração principal ou dominante e uma outra oração, dita dependente, como as que se manifestam entre as orações apresentadas em cada um dos exemplos seguintes:

(3) *I have reseved thys day a Letter from my soons ambassadors, now at London, | which Leter I send on to you heryinne closed (...).* (Carta 6: 11-12)

(4) *He says | he was sike by the way (...).* (Carta 15: 5-6)

(5) *If every private person would be an honest hunter, | we should not complaine of so many Nimrods.* (Carta 16: 10-11)

A cada oração numa relação lógica de interdependência foi sequencialmente atribuído um número no lado esquerdo das páginas do Apêndice II da dissertação.

Ainda nesta fase do processo de análise, e para além da clarificação dos conceitos de parataxe e hipotaxe, tornou-se necessário redefinir, de acordo

com os preceitos da GSF, conceitos oracionais como os de oração apositiva (*included clause*) e de oração encaixada (*embedded clause*).

A **oração apositiva** consiste, em termos semânticos, num comentário ou numa notação circunstancial acerca do conteúdo proposicional. A oração apositiva está “aposta” a outra oração, sem no entanto fazer parte dela (Martin, Matthiessen e Painter, 1997: 177). Apesar de terem um estatuto parentético na construção do discurso, estas são orações de primeiro nível, identificadas no *corpus* com o símbolo “<< >>”. A carta 13 dá-nos um exemplo de uma oração apositiva:

(6) *O=e= childeren w=th my self ar in health <<God be thancked>>, w=th= the rest of yo=e= friends.* (Carta 13: 8-9)

A noção de **oração encaixada** refere-se à inclusão de uma unidade de um nível inferior dentro de outra unidade de nível superior na escala de níveis do sistema. As orações encaixadas, aqui apresentadas entre parêntesis rectos duplos ([ [ ]]), são, portanto, orações que funcionam, na maioria das vezes, ao nível dos grupos nominal e adverbial, como modificadoras ou qualificadoras do núcleo desses grupos, como acontece no exemplo (7). No caso do grupo nominal, uma oração encaixada pode ela própria ocorrer como núcleo, casos em que funciona como um participante na oração, como a proposição (8) exemplifica:

(7) *The forest [[whence I came]], hath not beasts more savage (...).* (Carta 16: 4)

(8) *[[what I know]] you cannot read without trouble.* (Carta 19: 2)

As orações relativas restritivas, por exemplo, são sempre orações encaixadas, como mostramos no exemplo seguinte:

(9) *(...) I am sower I shold never asspeare the sekenys [[that I haue]].* (Carta 8: 6)

Outro conceito importante que tivemos em conta na segmentação oracional foi o conceito de **projecção**. Esta é uma noção lógico-semântica que está associada a determinados tipos de processo, designadamente, processos

verbais e mentais, e diz respeito à relação entre as orações em que esses processos ocorrem – orações projectantes – e o conteúdo que elas projectam – orações projectadas. Se uma oração citar outra (o que corresponde ao discurso directo da gramática tradicional), estabelece-se entre elas uma relação paratáctica de projecção, aqui demonstrada no exemplo (a); se, por outro lado, uma oração relatar outra (i.e., se se utilizar o discurso indirecto), a relação de projecção estabelecida é de hipotaxe, como podemos verificar pelo exemplo (10):

(a) He said: || 'I can receive no money as yet.'  
He thought: || 'I can receive no money as yet.'

(10) He seyeth | (that) he can receyve no money as yet. (Carta 2: 7-8)  
He thinks | (that) he can receive no money as yet.<sup>37</sup>

As orações projectadas, chamadas **citações** ou **relatos**, consoante reportam discurso directo ou indirecto, respectivamente, reproduzem o fraseado do falante apresentado na oração projectante, e não o do falante do complexo oracional (Martin *et al.*, 1997: 172). É precisamente por isso que Halliday as define como **metafenómenos**, isto é, como a representação de uma representação linguística (1994a: 249-250 e 252). Os metafenómenos projectados por uma oração verbal são chamados **locuções** (11); os projectados por uma oração mental são denominados **ideias** (12):

(11) *wherfor I hartely pray you | to be gud master unto hir* (Carta 3: 9-10)

(12) *that I believe | Sir Arthur Capell is uncapable either to serve your La=p= or his nephew* (Carta 14: 5)<sup>38</sup>

No que diz respeito às orações com processos mentais ou verbais, deve-se ter em conta que, para além de poderem estar numa relação de dependência lógica (i.e., numa relação de parataxe ou de hipotaxe), estas orações também podem projectar orações encaixadas, ou seja, pode estabelecer-se uma relação de constituência (vs. (in)dependência) entre as

---

<sup>37</sup> Neste caso em particular, a expressão *I think* foi identificada como uma oração com uma estrutura interpessoal própria apenas para exemplificar a projecção. No entanto, na nossa análise, as orações projectantes do tipo *I think, I hope, I am sure, I believe*, etc. foram identificadas como formas de transmitir a modalidade e, por esse motivo, estão identificadas como Adjuntos modais e não como orações projectantes separadas.

<sup>38</sup> *Vd.* nota anterior.

duas orações. Nesta situação, diz-se que a oração projecta Actos ou Factos. Os Actos e os Factos são, ao nível da gramática da transitividade, o segundo participante de um processo mental, ou seja, o Fenómeno – aquilo que é pensado, sentido ou percebido por um experienciador consciente (Eggins, 1994: 243). Nestes casos em particular, os Actos e os Factos representam Fenómenos encaixados.

Os **Actos** ocorrem com processos mentais perceptivos (e.g., *to see, to hear, to perceive*) ou com processos relacionais (ex. *to be, to seem, to belong*), e são realizados por orações não finitas que funcionam como se fossem apenas nomes:

(b) *John didn't see [[Mary doing her homework]].*

Os **Factos** são orações encaixadas, normalmente finitas e iniciadas pela conjunção *that*, que surgem na sequência de processos mentais do tipo afectivo (e.g., *to like, to regret, to annoy*) ou com processos relacionais, e também eles agem como se fossem nomes. Uma boa forma de os identificar é colocando um *Fact-noun* antes da conjunção *that* (que pode estar explícita ou implícita). Para além de poderem funcionar como pós-modificadores de um nome, como no exemplo (c), os Factos podem também ocorrer sozinhos, em orações com um *antecipatory it*, como a carta 4 nos demonstra:

(c) *John regrets [[the fact] that he didn't see Mary doing her homework]].*

(13) (...) *it is well done, [[ye to speake with my lord yourselfe (...)]]* (Carta 4: 15)

Neste último exemplo, o Facto é tratado como uma entidade a quem uma qualidade – *well done* – foi atribuída. Em termos interpessoais, expressar uma proposição como um Facto é entendido como uma forma de realização de modalidade explícita objectiva. Durante a análise do *corpus*, verificámos que a diferença entre a projecção de locuções e ideias e a projecção encaixada como um Facto é, por vezes, bastante ténue, como demonstram os exemplos (14) e (15):

(14) *I beleeeue | this has loost his creedet for goeing any more journys.* (Carta 15: 7)<sup>39</sup>

(15) *I feare* [[*there will be some resorte unto yow (...)*]] (Carta 11: 11)

O exemplo (14) representa a projecção de uma ideia em que a oração projectada está numa relação de hipotaxe com a oração projectante, não podendo ser precedida pela expressão *the fact*. Por outro lado, o exemplo (15) é regido por um processo afectivo que, como foi acima referido, não pode projectar uma oração dependente, mas pode projectar um Facto.

Logo que estes conceitos estavam sistematizados, e uma vez determinadas as fronteiras oracionais, a etapa seguinte na análise do *corpus* consistiu em identificar e etiquetar os elementos interpessoais nas orações, de acordo com o exposto no subcapítulo 1.2. Para isso, outras opções foram feitas em torno da interpretação de alguns dados. Optámos, por exemplo, por seguir a opinião de Halliday (1994a: 102) no que diz respeito ao apuramento das orações encaixadas e das orações que funcionam como modalidades para a contagem do número de orações que funcionam como proposições e propostas nas cartas<sup>40</sup>:

We have ignored 'embedded' clauses (...) and also clauses functioning as modalities (*I think, I expect, I mean, (...)*), since these do not function as propositions or proposal – they play no part in the structure of the interaction.

No que concerne a apresentação da análise interpessoal, destacámos a negrito a estrutura do Modo verbal das orações de primeiro nível (*ranking clauses*), de modo a facilitar a visualização das escolhas de Sujeito, de tempo primário, de polaridade e de modalidade feitas pelos falantes para conduzir a negociação de significados. Outra das nossas opções analíticas foi a inscrição do símbolo “\*” como notação que remete para a interpretação que atribuímos a determinadas construções elípticas, como exemplificamos em seguida:

(16) *And the Kings Majestie that nowe is proclaymed King\* this present last day of the same moneth.* (Carta 10: 3)

\*And that now the Kings Majestie is proclaymed King...

---

<sup>39</sup> Vd. nota 37.

<sup>40</sup> Esta afirmação de Halliday é feita na sequência da análise de um texto em registo oral, o que não invalida, porém, a sua pertinência e o facto de neste trabalho se ter optado por uma abordagem semelhante.

Outro símbolo utilizado na análise que necessita de explicitação é o símbolo “#”. A sua utilização indica que faltam elementos essenciais a determinada oração para que esta seja inteligível. Por isso, e apesar de a estrutura destas orações não ter sido analisada, considerámos que devíamos mantê-las como orações contáveis na análise interpeçoal, pelas ligações lógicas que mantêm com as orações precedentes ou subsequentes.

A presente exposição teve o objectivo de fundamentar algumas das opções tomadas e dos critérios seguidos no processo de análise do *corpus* apresentado no Apêndice II da dissertação. No subcapítulo que se segue, apresentaremos os resultados do nosso estudo obtidos a partir de uma análise sistémico-funcional e histórico-linguística integrada.

## 4.2. Interpretação dos dados e apresentação de resultados

Entender a escrita de cartas como uma prática social envolve, entre outros aspectos, o estudo da estrutura dialógica dos textos. Na sequência dos pressupostos teórico-metodológicos apresentados no capítulo 1, propomo-nos agora analisar de que modo é articulada e codificada linguisticamente a interacção verbal nas cartas que constituem o nosso *corpus* através do estudo do seu Modo verbal. Para além disso, procuraremos ainda interpolar e interpretar a mecânica da gramática interpessoal com algumas considerações histórico-linguísticas.

Desta forma, ao mesmo tempo que se vão reconhecendo os participantes envolvidos, o papel discursivo que desempenham na troca, a natureza daquilo que constitui o objecto dessa troca e as movimentações feitas no espaço modal pelos locutores, vão-se também analisando estes dados à luz de reflexões da área da história da língua, de modo a tentarmos perceber como é que sujeitos linguísticos individuais podem ser construtores e veículos da mudança linguística.

Começamos, pois, pela identificação dos papéis discursivos dos intervenientes na troca e pelo estudo da natureza daquilo que é trocado. Uma vez que estas duas categorias interpessoais estão gramaticalmente expressas na selecção dos constituintes funcionais que se manifestam a nível léxico-gramatical no Modo oracional, considerámos pertinente identificar e contabilizar o tipo de orações que codificam o modo indicativo e o modo imperativo. Assim, apresentamos no gráfico 1 o resultado das escolhas dos locutores em termos de orações declarativas, interrogativas e imperativas, num total de trezentas e vinte e sete orações finitas de primeiro nível. Os valores apresentados neste gráfico permitem-nos desde logo perceber que a interacção é construída, sobretudo, por meio da escolha de orações declarativas, usadas ou não de forma congruente com a função discursiva que desempenham, como adiante veremos.

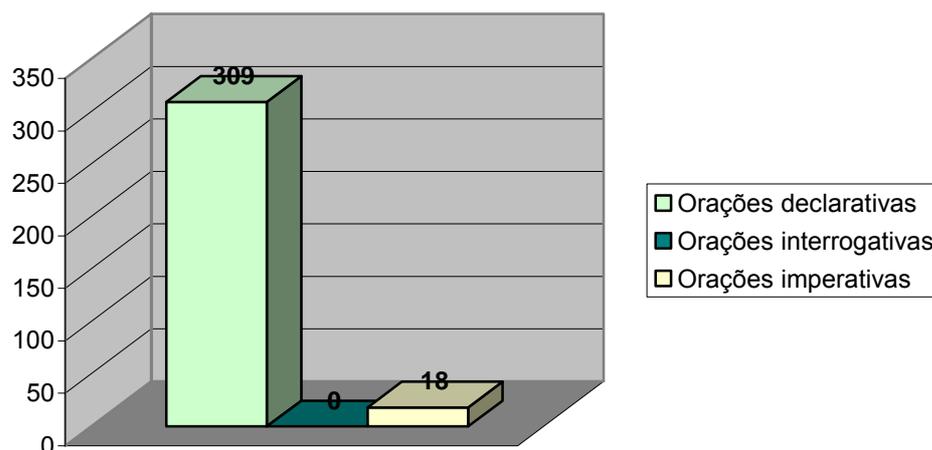


Gráfico 1 – Contabilização das escolhas dos falantes em termos de orações declarativas, interrogativas e imperativas

Em termos percentuais, as orações declarativas constituem 94% das orações analisadas. Numa leitura em que se tenha em conta apenas a realização congruente deste tipo de oração, considera-se que o locutor se posiciona no papel daquele que dá alguma coisa, atribuindo, ao mesmo tempo, ao seu alocutário uma função de receptor. Nas orações imperativas, por sua vez, o locutor assume o papel de quem pede alguma coisa ao alocutário, o que equivale, na maioria das vezes, a uma resposta física. Nas interrogações, o locutor também pede alguma coisa ao alocutário, mas, neste caso, pretende sobretudo que lhe seja providenciada informação de que não dispõe. Note-se que, tanto num caso como noutro, quem assume o papel de pedir alguma coisa adopta uma posição de poder relativamente ao alocutário.

Apesar de simplista, esta interpretação da distribuição de orações que apresentámos no gráfico 1 é reveladora não só em relação ao papel discursivo dos intervenientes na interacção, mas também quanto ao tipo de relação estabelecida entre eles. A ausência de orações interrogativas e a existência de apenas 6% de orações imperativas em todo o *corpus* revela, assim, que quem escreve procura diluir as assimetrias de poder e autoridade. Este aspecto parece-nos natural tendo em conta que o *corpus* é constituído por cartas trocadas entre os membros nucleares de uma família, que, conscientes, porém, do peso do poder paternal decorrente do contexto cultural em que viviam,

partilham laços de sangue, experiências de vida e ideologias. Por outro lado, é também importante referirmos que o locutor poderia sentir-se constrangido pelo facto de, muitas vezes, as cartas não serem necessariamente privadas por três razões em particular. A primeira delas prende-se com o nível de iliteracia de algumas famílias, obrigando a que, em algumas situações, as cartas tivessem que ser ditadas a outra pessoa que as escrevia. Por outro lado, aqueles que sabiam escrever tinham a noção de que, por vezes, a carta iria ser lida em voz alta, junto de outros membros da família ou de amigos próximos. De facto, entre os séculos XV e XVII, a leitura de cartas era, mais do que uma actividade solitária, uma actividade social. Finalmente, até inícios do século XVI, os meios de transporte e entrega de correio pessoal eram da responsabilidade do indivíduo que escrevia a carta. A entrega da correspondência era assim feita por um criado, por um comerciante ou por um viajante a caminho da direcção pretendida. Das várias cartas do *corpus* que podem atestar esta situação, escolhemos excertos de duas delas:

(17) *My deere Mother, I am extreame sorrie that this occation is happened, which makes me sende this messenger to kisse your hands and to tell you that I believe Sir Arthur Capell is uncapable either to serve your La=p= or his nephew (...)* (Carta 14: 1-5)

(18) *My deare Ned – I haue two letters to thanke you for, on by the carrier and on by the gardner; the gardner came not to Bromton tell wensday last; (...) I beleeeue this has loost his creedet for goeing any more journys.* (Carta 15: 1-7)

As cartas podiam, assim, funcionar também como uma espécie de introdução às notícias que o mensageiro entregaria oralmente<sup>41</sup>. Os exemplos (19) e (20) confirmam esta possibilidade:

(19) *Wherfore, Sir, I besech you of your best counsell therin by this bearer.* (Carta 7: 9)

(20) *Thomas White is to give you an account of other concerns.* (Carta 18: 16)

A natureza pouco privada de algumas cartas e a necessidade de existir um intermediário entre locutor e alocutário poderiam levar o locutor a não expor

---

<sup>41</sup> Esta possibilidade remete-nos para uma das teorias sobre as origens da escrita epistolar. Pensa-se que a primeira carta da história epistolar terá sido inscrita numa placa de barro em escrita cuneiforme, quando o seu emissor quis dizer algo mais do que aquilo que o mensageiro se poderia lembrar. A ser verdade, esta hipótese poderá evidenciar o facto de as cartas terem surgido não só como documentos escritos que substituíam mensagens orais, mas também como uma forma de apoio físico à comunicação falada.

perante outros a verdadeira natureza da sua relação hierárquica e/ou afectiva, atenuando-se, desta forma, quaisquer diferenças de poder existentes.

Outra explicação possível para o uso quase constante de orações declarativas tem a ver com o tipo de género discursivo em causa. As cartas familiares caracterizam-se, de uma forma geral, pelo seu carácter informativo, o que torna, assim, a escolha deste tipo de orações coerente com o tipo de texto escrito. Por outro lado, o facto de, no género cartas, a interacção não ser feita cara-a-cara e, nestas circunstâncias, a resposta verbal do alocutário nunca ser presencial, nem os seus efeitos imediatos, poderá explicar, em parte, a inexistência de orações interrogativas.

Temos consciência de que a forma como para já estamos a interpretar estas escolhas é demasiado linear. Veremos adiante como algumas destas orações declarativas não estão apenas a informar, mas sim a instruir ou a interrogar, o que faz parte da estratégia discursiva de quem escreve e opta por camuflar as diferenças de poder por meio, por exemplo, do uso de metáforas gramaticais.

Na sequência desta observação, e considerando o domínio das orações declarativas, assim como a própria natureza discursiva das cartas, somos levados a afirmar que aquilo que é trocado entre interlocutores é, essencialmente, Informação. No entanto, para ser considerada totalmente verdadeira, esta asserção tinha que ser submetida a uma verificação mais metódica e rigorosa, ou seja, a uma análise atenta das realizações gramaticais congruentes e não congruentes na troca de Informações e de Bens & Serviços. Assim, só após observarmos todas as orações finitas de primeiro nível do *corpus* pudemos perceber que as orações declarativas das cartas tanto assumem a função semântica de Proposições como a de Propostas, enquanto as orações imperativas, como não poderia deixar de ser, se realizam todas como Propostas. O gráfico 2 permite comparar a frequência com que cada uma destas funções semânticas ocorre nas cartas analisadas.

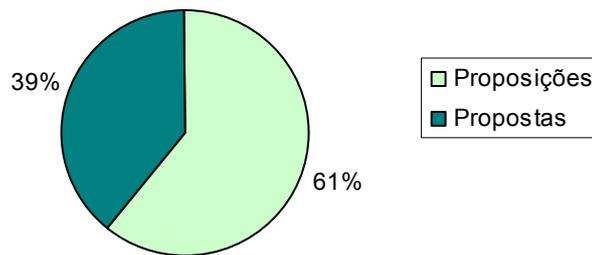


Gráfico 2 – Valores percentuais do número de Proposições e Propostas do *corpus*

Os valores apresentados neste gráfico demonstram, mais uma vez, que as cartas têm, fundamentalmente, um cariz informativo. Na verdade, no período *Early Modern*, as cartas serviam em primeiro lugar para dar conta dos afazeres de um ou mais membros da família (ex. carta 2), para veicular informações sobre o estado de saúde de quem escreve ou de algum familiar (ex. cartas 8, 19 e 20), para dar conta da situação política ou social do país (ex. cartas 10 e 16), para justificar atitudes ou comportamentos (ex. cartas 17 e 18) e para pedir notícias aos familiares a quem se dirigem. O número de Propostas, apesar de mais reduzido, deixa perceber que muitas cartas servem também para pedir e dar conselhos (ex. cartas 7 e 11, respectivamente), para fazer pedidos vários, (como, por exemplo, jóias, na carta 12), mas também para dar ordens (carta 13: 17-18). Neste último caso, as orações assumem a forma de imperativas, cuja estrutura funcional não está aberta a negociação. Aparentemente, a vontade de influenciar o comportamento dos outros por parte de quem escreve parece ser menos frequente do que a intenção de dar ou pedir informações.

No seguimento desta análise, notámos também uma clara tendência para que as Propostas ocorram logo no início ou no final das cartas. Para esta organização funcional, muito contribuíram os manuais escritos nos séculos XV e XVI que ensinavam a arte de escrever com elegância e de estruturar e compor cartas retoricamente persuasivas, segundo as regras da *ars dictaminis*. Estas regras, muito em voga na época medieval, concentravam-se essencialmente na forma dos textos, propondo a sua divisão em cinco partes

distintas: a saudação, a garantia de benevolência, a narrativa, a petição e a conclusão (Barton & Hall, 2000: 6). As cartas em análise parecem obedecer, de uma maneira geral, a esta segmentação. Ora, é sobretudo na saudação, na garantia de benevolência, na petição e na conclusão que encontramos o maior número de Propostas.

Deparámo-nos, no entanto, com uma clara distinção entre as fórmulas de saudação/garantia de benevolência das cartas escritas no período 1476-1576 e as escritas no período seguinte (1577-1680), fórmulas essas que foram transcritas no Apêndice 4-A. Da leitura do quadro apresentado nesse Apêndice, percebemos que, nas nove primeiras cartas, os locutores apresentam os seus cumprimentos ao alocutário sob a forma de Propostas<sup>42</sup>, por meio das quais pedem para ser lembrados carinhosamente e recomendam a sua pessoa ao cuidado daquele(s) a quem se dirigem (e.g. *Right worshipfull Sir, after dew recomendations had, I homly recomend me unto you and to my lady and mother-in-law* (carta 7)). Este tipo de saudação assume-se como uma tentativa de assegurar a benquerença de quem lê e procura criar um ambiente de delicadeza.

Nas cartas 11 a 20, esta formalidade inicial desaparece, dando lugar apenas ao uso de formas nominais vocativas, também presentes nas cartas do primeiro período ainda que de um modo mais elaborado – como, por exemplo, *Right worshipfull Sir* (carta 7). Estes Adjuntos vocativos referem relações de parentesco (usados, na maioria das vezes, juntamente com adjectivos intensificadores do grau de intimidade e/ou afecto entre os familiares, como no exemplo *My deere Mother* (carta 14)) e/ou o estatuto social do alocutário (e.g. *Sir* (carta 12), *Madame* (carta 17), *Very Rev. Sir and loving Father* (carta 18)). Nestas cartas, ao Adjunto vocativo segue-se imediatamente o corpo do texto. A evolução das formas de saudação inicial parece ser, pois, no sentido da simplificação da interacção social. O número de Propostas em posição inicial nas cartas 11 a 20 sofre, por isso, um decréscimo quando comparado com as respectivas ocorrências nas primeiras nove cartas.

---

<sup>42</sup> A carta 10, apesar de apresentar o mesmo tipo de saudação das cartas antecessoras, nominaliza o processo verbal (*Madame with most lovyng and hertie commendacions*), não nos permitindo por isso considerar esta parte da saudação como uma Proposta.

Na petição e na conclusão, que correspondem, por assim dizer, à despedida, já não encontramos diferenças relevantes entre os dois períodos referidos. Quem escreve pede para ser recordado pelos seus familiares (o que, no caso das dez primeiras cartas, corresponde à reiteração de um pedido inicial) e termina com a indicação da data e do local onde a carta é escrita<sup>43</sup>.

Podemos, então, concluir, relativamente a esta questão, que a variação encontrada entre as fórmulas de saudação das primeiras dez cartas e as das restantes poderá estar relacionada com a influência dos ideais renascentistas que, ao contrário daquilo que os manuais da altura advogavam, defendiam uma escrita coloquial que permitisse a manifestação de sentimentos. Outros factores que terão actuado em simultâneo foram o aumento da literacia e da privacidade, fruto de progressos nos meios de transporte e comunicação. Digamos que, sem deixar de servir os mesmos propósitos comunicativos defendidos pela *ars dictaminis*, a estrutura linguística das cartas, por ser social e culturalmente dependente, foi sendo alterada, tornando as cartas escritas entre 1577 e 1680 mais informais e dialógicas, numa sociedade em que as relações de parentesco eram funcionalmente muito importantes.

Identificados que estão os papéis discursivos e a natureza daquilo que é trocado na interacção, vejamos agora de que forma foi construído o Modo verbal, já que é este o elemento interpessoal mais importante na definição da oração como evento interactivo. Começemos pelo elemento Sujeito e pelas ocorrências de pronomes pessoais nessa posição no mesmo conjunto de orações que temos vindo a considerar (orações finitas de primeiro nível). O nosso interesse pelo sistema pronominal prende-se com o facto de o actual sistema ter sido fixado em grande parte durante o período *Early Modern*.

Tendo como ponto de partida os valores apresentados no gráfico 3, podemos afirmar que o actor social que surge mais vezes na posição de Sujeito é o autor da carta, sob a forma pronominal. Deste modo, é ele que desempenha o papel discursivo de dar ou pedir alguma coisa, o que significa,

---

<sup>43</sup> Não queríamos deixar de assinalar que as saudações iniciais e os cumprimentos finais, assim como outros aspectos formais das cartas, chamam muitas vezes a atenção para relações de poder desiguais, colocando locutor e alocutário dentro de uma relação social institucionalizada, não obstante nas cartas familiares em análise esta afirmação só ser válida para algumas relações, nomeadamente aquelas entre pais e filhos (e.g. carta 7).

na prática, que quem escreve assume a responsabilidade do sucesso da oração enquanto troca.

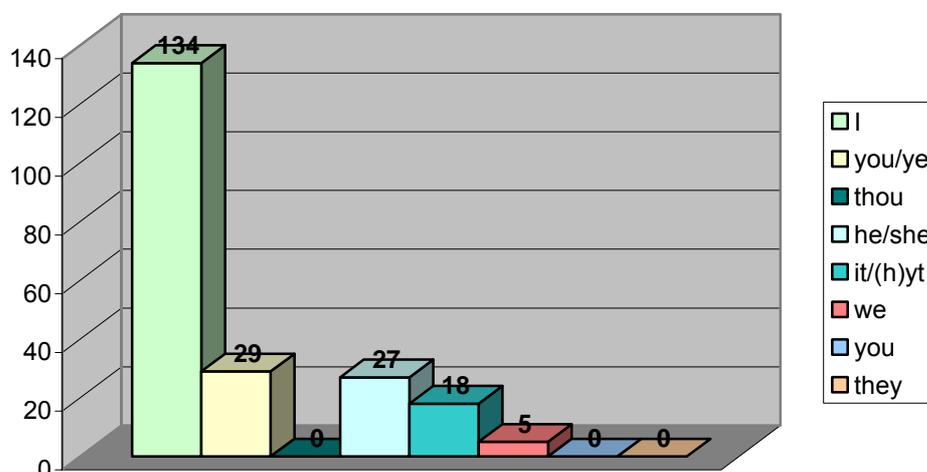


Gráfico 3 – Número de ocorrências de pronomes pessoais em posição de Sujeito nas orações finitas de primeiro nível.

O facto de haver um elevado número de pronomes pessoais de primeira pessoa em posição de Sujeito tem também a ver com factores culturais específicos do período em estudo. De facto, o Renascimento despertou um interesse revolucionário pelo indivíduo e pela sua autoconsciência, de tal forma que quem escrevia começou a preocupar-se com o modo como as cartas o/a apresentavam. Aproveitando-se disso, os locutores procuraram que a sua escrita reflectisse e, se necessário, empolesse a sua identidade e as suas qualidades como seres humanos e como actores sociais. Assim se percebe que o papel de quem escreve, assim como o de quem lê, é socialmente estruturado, servindo as cartas, nesta altura, como meio de reflexão e de renegociação de identidades.

Apesar de o *corpus* em análise não permitir que se possa avaliar o tipo de resposta ou reacção dos alocutários das cartas, uma vez que não se tem acesso às cartas de resposta, estes textos não deixam de poder ser entendidos à luz da sua natureza intrinsecamente dialógica. A escrita de cartas, e, de certo modo, de todos os textos, é, na verdade, inseparável da construção de um

destinatário – o leitor (e o conjunto de ouvintes) – que é instituído no e pelo texto. Nas cartas em análise, o alocutário é explicitamente construído no próprio texto, por exemplo, pelo uso de Adjuntos vocativos, que, embora não façam parte do Modo verbal, criam de imediato um intercâmbio discursivo e um espaço transaccional, num diálogo diferido pela distância física. Assim, para além de estar presente no texto por meio do uso do pronome pessoal de segunda pessoa, o alocutário é, como vimos há pouco, o primeiro participante a ser invocado nas cartas, logo na saudação inicial. O locutor atribui-lhe, assim, um papel discursivo privilegiado, já que o coloca a seu lado no centro da interacção. Como também já foi referido, estes Adjuntos permitem fazer a identificação relacional dos interlocutores em termos de parentesco e estatuto social.

As meras vinte e nove ocorrências do pronome *you/ye* na função de Sujeito oracional sugerem de imediato que o mesmo exercerá preferencialmente a função de Complemento, ou seja, tende a aparecer no local que designa aquele a quem se dá ou se pede alguma coisa, tanto no papel de receptor de Informação, como no de executante de um pedido ou de uma ordem, como acontece no exemplo que se segue:

(21) *I pray you grete wel my broder Thomas Ston[for from me desiring y]ou to seye to heme that I marvyll gretly what [... moveth] heme to saye schoyche langege by me (...).* (Carta 1: 24-28)

A variação entre a antiga forma nominativa do pronome pessoal de segunda pessoa – *ye*<sup>44</sup> – e a forma oblíqua – *you* – em posição de Sujeito encontra-se, nas cartas em análise, até inícios do século XVI. Aliás, a tendência evolutiva que instituiu *you* como forma nominativa única só termina no final desse século, apesar de em alguns contextos mais formais, arcaicos ou em que se use uma linguagem mais literária a forma *ye* ter permanecido por mais tempo (o que poderá justificar o registo de uma última ocorrência na carta 12, datada de 1623, escrita pelo príncipe Carlos a seu pai Jaime I). Esta mudança, ainda reflexo, entre outras coisas, do nivelamento flexional que caracterizou o período do *Middle English*, explica-se pelo uso frequente de ambas as formas pronominais em contextos não acentuados, fazendo com que

---

<sup>44</sup> Nas vinte cartas analisadas, *ye* ocorre dez vezes em posição de Sujeito, sete das quais em orações encaixadas.

*ye* e *you* fossem pronunciados da mesma forma ([jə]). A convergência fonética das formas nominativa e acusativa do pronome de segunda pessoa culminou com a substituição de *ye* por *you* em todos os casos.

Directamente relacionado com este processo de mudança está o desaparecimento de *thou* do sistema pronominal do inglês. Inicialmente, a distinção entre *thou* e *ye* era unicamente uma distinção de número: *thou* era a forma singular e *ye* a plural do pronome pessoal de segunda pessoa. No entanto, no século XIII, e por influência do sistema francês, outra distinção começou a ser feita, que associava a forma singular ao trato com familiares, crianças e pessoas de classe social inferior; *ye/you* começou então a ser usado como sinal de deferência em relação a alguém hierarquicamente superior (Baugh e Cable, 1993: 237), ou seja, estas formas apresentavam-se como indicadores do afecto ou da distância social existente entre interlocutores. O significado social atribuído a estes pronomes manteve-se na língua inglesa até ao período isabelino, sobretudo na linguagem escrita formal e literária. O uso de *thou* era, deste modo, um uso socialmente marcado. Com o tempo, *ye/you* passou a ser associado a uma forma de interacção mais neutra. A inexistência no nosso *corpus* da forma pronominal *thou* comprova uma tendência natural para o seu desaparecimento como código indicativo de relações de poder. Como consequência, o pronome *you* vai acabar por se difundir pelos contextos linguísticos anteriormente associados a *thou*. O facto de estarmos perante cartas familiares também poderá justificar a rejeição de um código deste tipo, na medida em que as relações sociais tendem a ser mais fluidas. Para além disso, o uso generalizado de *ye/you* era típico nos costumes da classe alta, a que pertence grande parte dos locutores destas cartas.

Quanto aos pronomes de terceira pessoa, as ocorrências de *he/she* na posição de Sujeito sugerem que, em muitas situações, é veiculada Informação sobre terceiros. Com efeito, a referência a terceiras pessoas<sup>45</sup> na posição de Sujeito surge cento e dezasseis vezes ao longo de todo o *corpus*, ou seja, quase tantas vezes como o pronome pessoal de primeira pessoa. Em termos interpessoais, isto quer dizer que as orações são negociadas essencialmente não apenas em torno de quem escreve, mas também à volta de pessoas em

---

<sup>45</sup> Uma vez que não há ocorrências de *they*, referimo-nos especificamente a nomes no singular e no plural e a formas pronominais de terceira pessoa no singular.

relação às quais se predica alguma coisa e que sustentam, deste modo, a validade da proposição.

Em 8% dos casos a posição de Sujeito é ocupada pelo pronome pessoal neutro de terceira pessoa do singular. Todavia, são apenas seis as vezes em que *it* ocorre como substituto de um grupo nominal, com uma função deíctica anafórica. Nos restantes casos, este pronome surge com fraco valor semântico em orações como as apresentadas nos exemplos seguintes:

(22) *Brother, yt is so* [[*that your farward, Christofer Law, is departed of this word and hath left behind him a wyfe and vii smale children*]] (Carta 3: 8)

(23) *I think it is well done,* [[*ye to speake with my lord yourselfe*]] (Carta 4: 15)

(24) *Sir so yt tys* [[*that I have bene very seke and eke atons*]] (Carta 8: 2)

(25) *My deare Ned, it is my joy* [[*that you are well*]] (Carta 15: )

Nestas proposições, o papel funcional de Sujeito é desempenhado por uma oração encaixada com o pronome *it* antecipado (*antecipatory it*). Nestes casos, a função deste pronome é apenas a de marcar o lugar de Sujeito que, por razões de cariz textual, foi deixado vazio. Como vimos no subcapítulo anterior, Halliday (1994a: 264-266) chama Factos a este tipo de projecções encaixadas onde não está envolvido um Dizente ou um Experienciador, argumentando que são ideias sem um pensador. Como os exemplos citados assinalam, o ambiente típico para um Facto é um processo relacional. Na gramática da transitividade, as orações encaixadas desempenham o papel de Portadoras e o *it* não é considerado como um participante. Como veremos adiante, em termos interpessoais, expressar uma proposição como um Facto deve ser entendido como uma forma de modalidade explícita objectiva.

Uma vez que não há no *corpus* registos de *thou, you*-segunda pessoa do plural ou *they*, o pronome *we* ocupa a penúltima posição na contagem, o que nos parece natural, tendo em conta que, ao contrário da leitura, a escrita de cartas era um acto mais individual. Assim, as circunstâncias em que este pronome aparece fazem com que consideremos sempre a sua utilização não como indiciadora da existência de um falante plural efectivo, mas sim de um locutor inclusivo. Vejamos um exemplo retirado da carta 10:

(26) *And lik as for the departure of th'on wee may lament, so for th'establisshment of thother to all our comforts we may rejoyce.* (Carta 10: 4-5)

Nesta carta, o locutor relata a morte de Henrique VIII e a sucessão ao trono de seu filho Eduardo VI, assim como as conseqüentes alterações deste acontecimento no contexto político do país. A coalescência do locutor com um alocutário sob a mesma forma agentiva por meio do uso do pronome *we* coloca-o, neste caso, como membro de um colectivo – a nação – com quem partilha os mesmos sentimentos. Nos exemplos (27) e (28), o uso inclusivo do pronome *we*, para além de compreender um colectivo de pessoas – a sociedade –, inclui ainda locutor e alocutário, isto é, aquele que escreve e aquele que lê:

(27) *The forest whence I came, hath not beasts more savage as we meete every day.* (Carta 16: 4-5)

(28) *If every private person would be an honest hunter, we should not complaine of so many Nimrods.* (Carta 16: 10-11)

Só na carta 20 é que o pronome *we* se refere a um conjunto de membros da família e não a uma entidade mais genérica como nos exemplos acima identificados:

(29) *Upon the 24th of last munth, she fell sick, and after 9 days began to recover, as we hopet;* (Carta 20: 6-8)

Ainda em relação à categoria Sujeito, e no âmbito dos pronomes relativos (também eles produto de um notável desenvolvimento durante o século XVI), encontrámos um total de nove ocorrências naquela posição. Em *Middle English*, o pronome relativo usado em praticamente todos os contextos era o relativo indeclinável de origem escandinava *þæt* (*that*). Só no início do século XV é que *which*, originalmente uma variante dialectal do norte de Inglaterra, começa a alternar com *that* para se referir, na maior parte das vezes, a um antecedente do género neutro. Segundo Baugh & Cable (1993: 240), ficamos a dever ao século XVI<sup>46</sup> a introdução de *who* como pronome

---

<sup>46</sup> Outros autores apresentam datas diferentes. Nesse sentido, veja-se Nevalainen & Raumolin-Brunberg, 2003: 102.

relativo<sup>47</sup>. No *corpus* analisado, não há registo dos pronomes *that* e *who* como Sujeitos e há apenas um registo de um relativo indefinido – *whosoever* (carta 17: 24) – e de um relativo interrogativo – *what* (carta 16: 8). A inexistência de *who* nas orações finitas de primeiro nível do *corpus* poderá dever-se ao facto de, nesta época, esta forma pronominal estar associada à Divindade e ser somente usada nas fórmulas de despedida, como se pode verificar pelos excertos seguintes:

(30) *as (^Jesu^) knoweth, who ever preserve you.* (Carta 3: 16)

(31) *as (^Jesu^) knowes, who preserve you in health.* (Carta 7: 17)

As restantes sete ocorrências são da forma relativa *which/(the) w(h)yche*<sup>48</sup> que, ao contrário do que acontece actualmente, se referia quer a entidades humanas, quer a entidades não humanas.

Ainda em relação à categoria funcional Sujeito, verificámos nas cartas a existência de Sujeitos interpolados, que, tal como as construções com *it* antecipado, provocam uma descontinuidade no Modo verbal. Observemos os exemplos (32) e (33):

(32) *Brother, my lord is at Wynfeld, and my lady both, (...).* (Carta 4: 5)

(33) *O=e= childeren w=th my self ar in health God be thancked, w=th= the rest of yo=e= friends.* (Carta 13: 8)

Este tipo de organização textual revela que, em termos de registo, a variável modo influenciou a estrutura genérica dos textos, na medida em que a linguagem foi usada com uma funcionalidade retórica que permitiu aproximar cartas escritas do registo oral (como, por exemplo, o de uma conversa). Tomando a oração (33) como exemplo, verificamos que a descontinuidade do Sujeito é marcada não só pela interpolação do elemento Resíduo, mas também de uma oração apositiva. Este fraseado cria uma cadência linguística na oração que imita o processo de reflexão de um discurso não planeado, como o discurso falado. Note-se ainda que, nestes exemplos, o uso de pontuação para

---

<sup>47</sup> Oriundo do pronome interrogativo *hwā* do *Old English*.

<sup>48</sup> A variante *the whyche* é típica da linguagem não literária.

separar grupos gramaticalmente dependentes também contribui para a existência de um tom informal próximo do registo oral.

Finalmente, não podemos deixar de acrescentar que a omissão de Sujeito, mais frequente nos períodos *Old* e *Middle English*, deixou de ser tão usual à medida que a língua evoluía do sintetismo para o analitismo. Nas cartas analisadas, encontrámos raras vezes Sujeitos omissos:

(34) *as shalbe for your worship and profit both* (Carta 3: 15)

(35) *and, for the promise your Majestie and my sister are ingaged in, can be of no waite in this particular* (Carta 17: 20)

Quanto ao elemento Finito do Modo verbal, começámos por distinguir os Finitos de tempo e os Finitos modais de forma a perceber como é que estes operadores verbais permitem negociar a validade das proposições, configurando-as em termos de tempo, polaridade e modalidade.

No gráfico 4, apresentamos os resultados da recolha dos Finitos que circunscrevem o enunciado temporalmente, indicando o tempo primário – passado, presente ou futuro – no momento do discurso.

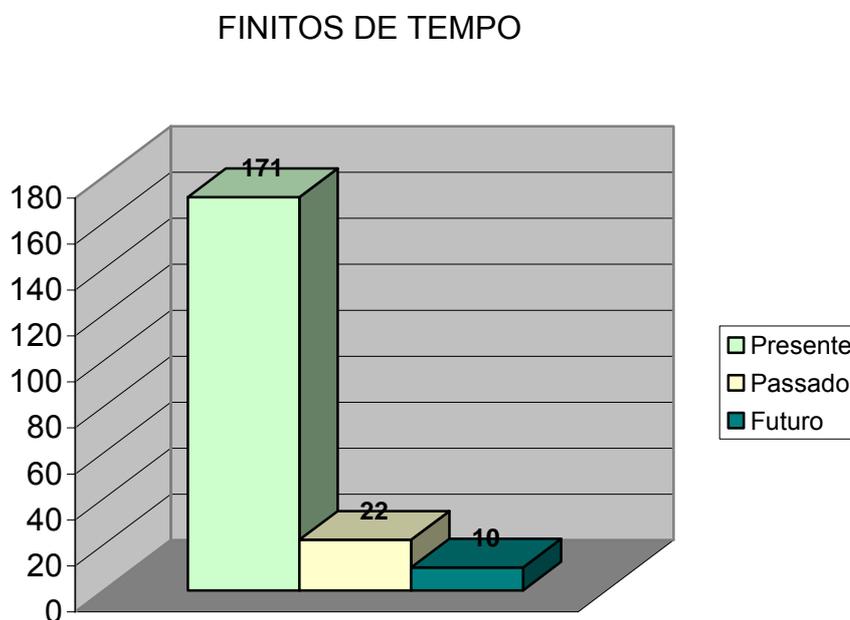


Gráfico 4 – Total de Finitos de tempo que exprimem tempo presente, passado ou futuro

Os dados apresentados neste gráfico permitem perceber que os operadores verbais finitos constroem principalmente tempo presente como tempo característico da interacção verbal nas cartas analisadas. O alocutário é levado a considerar a proposição como válida no presente, isto é, situa o domínio argumentativo do discurso no tempo actual, no aqui e agora do locutor, mas também dele próprio, já que a escolha manifesta do tempo presente permite juntar num mesmo tempo discursivo pessoas fisicamente afastadas. A opção pelo tempo presente nas proposições abaixo transcritas, por exemplo, revela o seu uso mais comum como enunciador de uma circunstância actual, narrada como algo que existe ou acontece em simultâneo no momento da escrita e no momento da leitura:

(36) *I am in ryght good heal* (Carta 6: 5)

(37) *There are so few justices in that part of the countrie* (Carta 11: 10)

(38) *M=r= Parr, M=rs= Parr, & M=r= Greenhill remember ther best seruise.* (Carta 13: 15)

(39) *Our dearly dear Gatt wears still her crowen of thornes* (Carta 19: 3-5)

No nosso *corpus*, o tempo presente serve ainda para indicar acções ou estados permanentes que se apresentam como verdades irrefutáveis – uso que revela uma clara influência dos dogmas protestantes da época – e para conferir vivacidade e expressividade a factos ocorridos no passado. A construção destes significados pode ser observada nos exemplos (40) e (41), respectivamente:

(40) *you understand better the kings high way, and know crosses are blessings, and markes that we go right* (Carta 20: 2-4)

(41) *he seyeth that he can receyve no money as yet* (Carta 2: 7-8)

O presente, para além de ser considerado no período *Early Modern* como uma forma delicada de linguagem, denuncia alguma intimidade entre as pessoas, o que é particularmente verdade no caso de cartas trocadas entre membros nucleares de famílias das classes média e média alta. Nesta medida, um pedido dirigido no tempo presente, em vez de no modo imperativo ou no futuro, pode ser indicativo de uma proximidade relacional, e até mesmo de uma

proximidade física, ainda que actuando apenas a nível psicológico. Com efeito, 12% das manifestações de tempo presente no *corpus* são na realidade projecções de desejos, promessas ou pedidos, como podemos perceber pelos exemplos abaixo apresentados, que, pelas suas propriedades semânticas, remetem para desejos ou acções futuras relativas aos intervenientes na interacção:

(42) *I wish you good success w=th= yo=e= business* (Carta 13: 10)

(43) *I am here ready, 1. to obey your commands; 2. to endeavour to become serviceable (to my power) unto you; 3. to approve myselfe ( ('factis et verbis') ) every day more and more.* (Carta 18: 17-19)

(44) *In the meane tyme I require you to put all soch things in order* (Carta 10: 15-16)

O uso do presente para realizar tempo futuro pode ainda ser entendido como uma estratégia discursiva que visa emprestar certeza a algo que, por ainda não ter acontecido, tem apenas um carácter probabilístico, como acontece nos exemplos (20), registado atrás, e (45), agora citado:

(45) *notwithstondyng, he yntendyth to speke with me* (Carta 2: 9)

O tempo presente surge, assim, muitas vezes ao serviço da modalidade, na medida em que o que o locutor pretende com a sua escolha é a manipulação do tempo psicológico e dos valores aspectuais e modais associados aos tempos primários. De facto, proposições contidas em enunciados declarativos que descrevem estados-de-coisas localizados no futuro como pertencendo ao presente são mais persuasivas quanto ao seu valor de verdade do que estados-de-coisas descritos no tempo futuro que, pelo facto de apenas se realizarem num momento posterior àquele em que se fala ou escreve, inscrevem como provável o grau de validade da proposição. Esta constatação poderá explicar o facto de, em *Early Modern English*, verbos de volição como *wish*, *want* e *desire* terem começado a assumir uma espécie de papel subsidiário como marcadores de tempo futuro.

As dez ocorrências de futuro que considerámos para efeitos de apresentação no gráfico 4 foram aquelas em que este tempo primário surge

analiticamente formado com recurso aos verbos auxiliares *shall* e *will*<sup>49</sup>, como exemplificamos em seguida:

(46) *His Hyghnes Coronacion shal be at Shrovetyme.* (Carta 10: 10)

(47) *I will sende you (...) the proofes of what I say vnder his owne hande* (Carta 17: 15)

Desde o período do *Old English* que *shall* e *will* são usados em construções perifrásticas para exprimir tempo futuro. No entanto, só no *Early Modern English* é que estes verbos desenvolvem características de verdadeiros auxiliares. Em épocas anteriores da história da língua inglesa, *shall* e *will*, tendo sido posto de parte o seu conteúdo semântico como verbos lexicais, conservaram principalmente os seus significados modais de obrigação ou volição. Segundo Rissanen (1999: 211), *will* terá desenvolvido o seu significado de futuridade mais tarde do que *shall*, passando a ser mais usual no discurso coloquial e na linguagem oral. Nas cartas, verifica-se uma tendência contrária: dos dez operadores verbais Finitos de tempo futuro encontrados, apenas três assumem a forma verbal *will* (cartas 2, 16 e 17). Para este resultado pode também ter contribuído o facto de *shall* ser, por excelência, o auxiliar do modo escrito e *will* do modo oral, tendência que hoje já não se verifica.

Para além destes modos de expressar o futuro, não foram encontradas construções do tipo *be+ -ing* que marcassem o aspecto durativo ou progressivo de uma acção do presente para o futuro.

Quanto à expressão de referências temporais no passado, estas surgem com mais frequência no Predicador, que adiciona, assim, ao tempo presente do Finito um tempo secundário localizável no passado. Os exemplos abaixo transcritos são prova disso mesmo:

(48) *Brother, I have received your letter* (Carta 4: 3)

(49) *Sir, I have bene dyverse tymes before the judges for my matters* (Carta 7: 4)

(50) *(...) Olever hath wrytten to you the scertayntie therof* (Carta 7: 10)

---

<sup>49</sup> Alguns autores (como Casanova, 1996: 179) consideram que o “tempo” futuro não existe em inglês porque é perifrásticamente expresso através do recurso a auxiliares como *will* e *shall* e porque o seu significado é, em parte, modal. No entanto, no período em análise, estas construções eram, na verdade, a única forma não marcada de exprimir tempo futuro.

Nestes três exemplos, o tempo primário expresso pelo Finito estabelece a argumentatividade da oração em termos de presente (*have, hath*) em relação ao momento da enunciação, mas o tempo secundário indicado pelo Predicador especifica um tempo passado (*received, bene, wrytten*) relativamente àquele presente. O efeito conseguido é o de descrever uma acção passada tal como ela é entendida por um locutor situado no presente e que a observa dessa perspectiva.

Só em 11% dos casos é que acções passadas são perspectivadas no momento da enunciação no tempo passado e narradas como acções concluídas e afastadas do presente. Por esta razão, a expressão de tempo passado é, muitas vezes, acompanhada por Adjuntos circunstanciais que circunscrevem a acção num período temporalmente definido como passado, como demonstram as proposições contidas nos exemplos seguintes:

(51) (...) *+te bargys wer departyd before your letter cam [unto] me.* (Carta 1: 11)

(52) *on Monday last wase, on of them deectyd to you.* (Carta 1: 13)

(53) *for in certayne I caused all the labour to be made possible at this tyme, both to my lord and to my lady* (Carta 4: 10)

(54) *Upon the 24th of last munth, she fell sick, and after 9 days began to recover* (Carta 20: 6-7)

Ao contrário do que constatámos relativamente à categoria Sujeito, o Finito está várias vezes ausente das construções oracionais, como podemos perceber pelos enunciados abaixo transcritos:

(55) *for I thynke hyt ryght longe syth I speke with yow.* (Carta 2: 20-21)

(56) *And the Holy Treenyte have you my most derest broder in tuycion and governance.* (Carta 6: 16)

(57) (...) *you will at least conclude him not very fitt to put obligations vpon* (Carta 17: 17 e 19)

(58) *all she can obey yr last comaund* (Carta 19: 14)

Se contextualizarmos estes exemplos nos textos em que ocorrem, percebemos que a elipse do elemento Finito, inversamente ao que acontece por vezes com a categoria Sujeito, não tem nesses textos uma referência

anafórica que a sustente. A escolha de tempo primário está omissa, pelo que o domínio argumentativo da oração não está estabelecido. Seja por falha de escrita do locutor, ou porque intencionalmente este opta por excluir o tempo primário do significado proposicional, pretendendo com isso que seja o alocutário a fazer inferências quanto à validade da proposição expressa, a construção de Modo verbal de qualquer um dos exemplos acima identificados, no contexto situacional específico em que estão inseridos, não poderia ser entendida como uma construção coerente no inglês actual. Isto não quer dizer que não sejam hoje possíveis construções com omissão de Finito. Significa apenas que essa escolha tem de ser justificada pelo contexto situacional em que ocorre (e.g., o texto *European economy threatened* é perfeitamente entendido no âmbito do discurso jornalístico, por exemplo). Outro tipo de elipse encontrado no *corpus* é aquele em que é feita a supressão total do Modo verbal, como acontece nas orações 17 e 18 da carta 11:

(59) *More safetie not to coome, but more present credit to come, and be sworne openlie* (Carta 11: 17-18)

Nesta carta, só o facto de as orações transcritas fazerem parte do *post scriptum* da carta poderá explicar a sua forma lacónica. No inglês actual, a omissão de Modo verbal pode ser encontrada apenas no género telegrama ou na escrita de textos pequenos (*little texts*), como títulos de notícias ou instruções, cuja concisão é, como vimos acima, determinada pelo contexto situacional.

Outro aspecto importante a considerar relativamente ao elemento Finito é a emergência e a utilização de *do* como auxiliar no *Middle* e no *Early Modern English*. Nos primeiros estádios do seu desenvolvimento, até inícios do século XV, as construções perifrásticas com *do* eram frequentes sobretudo em orações declarativas, mas foi só em 1560 que este processo evolutivo atingiu o seu auge. São várias as teorias que procuram explicar a utilização cada vez mais frequente deste verbo lexical como auxiliar verbal. Entre elas, destacamos as que consideram esta mudança como um desenvolvimento do uso causativo do verbo lexical (i.e., em que uma proposição como *He did write a letter* era

entendida como *He caused a letter to be written*), e as que atribuem a sua evolução ao enfraquecimento dos significados primários do verbo lexical<sup>50</sup>.

No nosso *corpus*, são vários os exemplos que encontramos de *do* como auxiliar verbal em orações declarativas:

(60) *the wyche [your grace] I do thyncke long for to do* (Carta 8:10)

(61) *both for y=t= your Grace did accepte so gentyly my simple and rude letters*  
(Carta 9: 2)

(62) *which [letters] do geue me much comfort and encouragement to go forward*  
(Carta 9: 4)

Actualmente, quando usado em contextos semelhantes, a utilização de *do* tem uma função primordialmente enfática que permite transmitir a atitude do locutor relativamente à situação discursiva. Apesar de também a podermos reconhecer nas orações acima transcritas, esta não era a utilização mais usual deste auxiliar verbal no período *Early Modern*. Partindo das teorias que atrás mencionámos sobre a origem e a utilização de *do* como auxiliar, considerámos, neste caso, que *do* terá começado por ser usado para indicar o tempo primário de verbos que não faziam distinção morfológica entre tempo passado e tempo presente (e.g., *put*, *set* ou *retourne* na carta 13: 1) e de verbos emprestados do latim (e.g., *illuminate*, *imitate*) que estavam a ser incorporados na língua em tal número que não conseguiam ser assimilados com a mesma rapidez pelo sistema verbal. Esta construção não terá vingado na língua inglesa nas orações declarativas pelo facto de a metrópole londrina (onde, como vimos anteriormente, se começava a formar uma língua *standard*) não a ter promovido.

O uso deste auxiliar verbal em orações negativas e interrogativas é posterior à sua utilização em orações declarativas. Nas interrogativas de instanciação, *do* como auxiliar começa a ser empregue logo no século XV; mas, só por volta do século XVII é que esta função começa a ocorrer com frequência nas orações negativas. Nas cartas objecto deste estudo, não existem interrogativas de instanciação, mas são várias as orações encontradas com Finitos de polaridade negativa:

---

<sup>50</sup> Mais pormenores sobre estas teorias são apresentados por Rissanen, 1999: 239-249.

(63) *The forest whence I came, hath not beasts more savage* (Carta 16: 4)

(64) *if I had not those proofes against him of duple dealing and dishonesty* (Carta 17: 12)

Por estes exemplos se percebe que a construção de negativas continuava a ser feita sem o apoio do auxiliar verbal *do*. As únicas excepções encontradas nas cartas são as orações citadas em seguida:

(65) *I was not well pleased that I did not keepe my woord in sending to you this weake* (Carta 15: 14)

(66) *I do not alledge those deductions directly* (Carta 18: 8)

Se os exemplos (63) e (64) revelam que o uso de *do* nas orações negativas ainda não era prática corrente entre os interlocutores do nosso *corpus*, as proposições enunciadas em (65) e (66) podem comprovar que havia uma mudança em curso que alguns já tinham assimilado. De facto, esta variação na construção de negativas indicia que estamos perante uma fase de transição linguística, consequência óbvia do declínio da utilização da partícula negativa principal *ne*, usada juntamente com a partícula negativa enfática *not*, que, em *Old English* e em *Middle English*, servia de reforço pós-verbal da polaridade negativa de *ne* (*I ne want not it*). Em *Early Modern English*, a tendência foi para que as negativas passassem a ser expressas unicamente pelos Adjuntos de polaridade, que podiam ocorrer isolados junto da forma verbal (*I want not it*) ou de forma múltipla ao longo da oração através do recurso a pronomes indefinidos não assertivos, como *ever*, *any*, *either*, etc. (*I not want it any more*). Só no século XVII é que esta estrutura oracional passa a ser realizada com recurso ao auxiliar verbal *do* (*I do not want it*).

A construção de negativas leva-nos a considerar outro aspecto importante no estudo do Modo verbal: a polaridade, característica semântica que não pode deixar de ser tida em conta na avaliação da forma como são construídos os significados interpessoais.

Nas cartas analisadas, a polaridade, e mais concretamente a polaridade negativa, nunca surge sob a forma contraída *n't*, tão comum no inglês actual, sobretudo no discurso mais informal, mas prematura ainda para um período de instabilidade linguística na construção de negativas. Na

verdade, a origem do processo de cliticização do Adjunto modal *not* na linguagem escrita ainda não é clara, mas pensa-se que só a partir dos anos sessenta do século XVII é que terão surgido os primeiros registos escritos, por exemplo, de *can't* (Lass, 1999: 179-180). Deste modo, no *corpus*, a polaridade surge sempre expressa através de Adjuntos modais de polaridade salientes:

(67) *I shal not be so long agene* (Carta 8: 13)

(68) *the gardner came not to Bromton tell wensday last* (Carta 15: 4)

Estes exemplos permitem-nos ainda afirmar que, apesar de o Adjunto modal de polaridade, como propriedade semântica intrínseca ao Finito, poder ser colocado em posição pré ou pós-verbal, no período *Early Modern*, a escolha dos autores das cartas foi sempre pela segunda opção. A posição de *not* só ficará mais definida quando *do* assume a posição de auxiliar verbal, fazendo com que *not* estabilize entre este e o verbo lexical.

Ainda em relação aos Finitos de tempo, devemos mencionar uma outra mudança em curso nesta época, relacionada com as formas de origem escandinava *be* e *are*. Estas formas finitas eram variantes dialectais do presente do indicativo plural de *to be*, sendo que *be* era a forma dos dialectos do sul e *are* a dos dialectos do Norte de Inglaterra. A propagação da variante dialectal do norte pelo sul do país foi rápida e pensa-se que a forma *are* terá substituído *be* no decurso do século XVI. Por essa razão, os exemplos da variante do sul apenas ocorrem nas cartas escritas até 1520 e, mesmo até essa data, já surgem de modo alternado com a forma que acabou por vingar na língua. A substituição das formas de plural, ainda que gradual, acabou por gerar instabilidade e variação também nas formas do singular, como podemos verificar nos exemplos (69) a (71):

(69) *Madame with most lovyng and hertie commendacions, thies be to signifie unto you (...)* (Carta 1: 1)

(70) *Notwithstanding, sithe ye be comyng on your way* (Carta 4: 14)

(71) *How be yt I am rathar wors than better.* (Carta 8: 4)

Passemos agora ao estudo dos operadores verbais Finitos que expressam a modalidade da oração. As escolhas linguísticas dos locutores no

espaço modal permitir-nos-ão perceber a atitude do locutor, quer relativamente ao conteúdo proposicional e ao valor de verdade do enunciado, quer em relação ao alocutário; em suma, permitirão observar como é que o locutor estabelece, manipula e negocia Informação e Bens & Serviços.

No gráfico 5, indicamos a frequência com que cada tipo de modalidade é expressa, no *corpus*, através de operadores verbais Finitos num universo total de sessenta e oito orações finitas de primeiro nível, modalmente construídas.

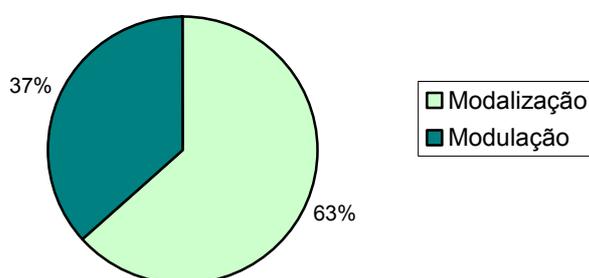


Gráfico 5 – Percentagem de orações modalizadas e moduladas através de Finitos modais

O valor percentual mais elevado de Modalizações permite-nos corroborar uma ideia anteriormente defendida quanto à forma de temperar as assimetrias de poder. De facto, quem escreve procura parecer o menos autoritário possível e esforça-se por compensar a desigualdade de poder que a Modulação produz. O uso que os falantes fazem dos auxiliares modais deixa perceber que as relações sociais construídas no e pelo texto assentam, essencialmente, em princípios de delicadeza, mais do que em graus de formalidade. Se nos recordarmos que a Modalização é o tipo de modalidade associado às Proposições, e se compararmos este gráfico com o gráfico 2, poderemos corroborar a afirmação de que as cartas têm, sobretudo, um carácter informativo. O Modo oracional mais frequente nas cartas é o indicativo, realizado maioritariamente por orações declarativas. Estas orações são, como foi referido no início desta análise, o veículo privilegiado para trocar Informação, constituindo 94% do total de orações analisadas. Porém, sob a forma declarativa também se podem realizar pedidos de Bens & Serviços, e foi

esse um dos motivos que levou os autores das cartas a recorrerem à modalidade. Assim, conseguem fazer pedidos de maneira a que a sua proposta fique aberta à negociação, o que não aconteceria se estes pedidos ou ordens estivessem realizados de modo congruente como imperativas. Pelo que aqui foi dito, percebe-se que a relação do sistema de modalidade com o de Modo oracional serve também de chave para a compreensão da relação interpessoal entre os interlocutores.

Em seguida, e para que o estudo da expressão da modalidade no *corpus* pudesse ser mais abrangente, cruzámos as escolhas dos locutores em termos de tipo de modalidade com os três valores modais primários – alto, médio e baixo.

### FINITOS MODAIS

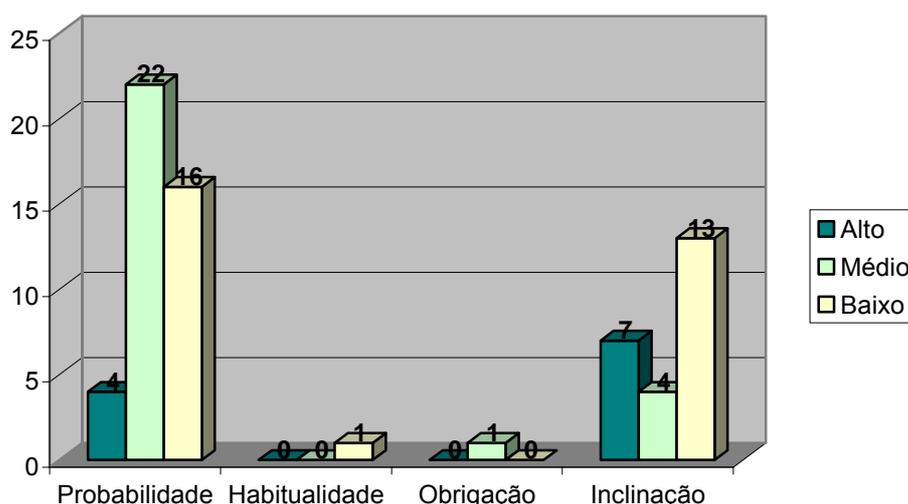


Gráfico 6 – Total de Finitos modais distribuídos segundo o tipo de modalidade e a escala de valores modais alto, médio e baixo

Os valores apresentados neste gráfico permitem-nos afirmar que o grau de comprometimento do locutor em relação ao que está a dizer se situa fundamentalmente nos valores médio e baixo das escalas da probabilidade e da inclinação, confirmando, assim, a realização semântica que a opção pelo Modo oracional já tinha revelado. As cartas descrevem e, nalguns casos, tencionam alterar, estados-de-coisas e vivências pessoais e sociais dos membros das várias famílias. Ora, este tipo de interacção não tem

necessariamente de ser feita com elevados graus de inclinação ou de probabilidade. Com efeito, tendo em conta a configuração situacional das cartas ao nível das variáveis relações e modo do registo, podemos afirmar que as escolhas modais feitas através do elemento Finito nos parecem congruentes com os propósitos interaccionais que a linguagem destes textos pretende servir.

Por outro lado, mesmo quando o locutor procura influenciar o comportamento dos outros, levando-os a fazer alguma coisa, a dimensão semântica da Modulação realiza-se sempre na escala da inclinação (a única ocorrência na escala da obrigação refere-se a um dever a cumprir pelo próprio locutor). Ou seja, o locutor exerce a sua autoridade implicitamente, pelo que o alocutário não sente que deverá cumprir uma ordem como uma obrigação que lhe é imposta, mas apenas satisfazer um pedido que lhe é dirigido. É precisamente aqui que, a nosso ver, reside a diferença de valor ideológico entre obrigação e inclinação assumida nas cartas. Refira-se que os valores modais altos que encontramos na escala da inclinação dizem respeito, sobretudo, a manifestações de agrado, por parte de quem escreve, em aceitar os Bens & Serviços que lhe possam ser destinados (i.e., em aceitar a oferta), como exemplificamos em seguida:

(72) *which [yo=r= La=p's= commands] shall be obeied by, Madam, Yo=r= affectionate and obedient sonne, F. Cornwalleis. (Carta 14: 12)*

(73) *I shall be very glad to receave him from you. (Carta 16: 14)*

No contexto dos Finitos modais, é ainda importante mencionar que o auge do desenvolvimento do sistema de modais da língua inglesa coincidiu cronologicamente com o período do *Early Modern English*. Prova disso é o facto de, nas cartas analisadas, não termos encontrado qualquer forma de *can/could, may/might, must, shall/should* ou *will/would* que nos remetesse para o seu conteúdo semântico como verbos lexicais. Esta circunstância, não fosse o nosso *corpus* tão limitado, permitir-nos-ia levantar a hipótese de, pelo menos a nível escrito, estas formas verbais já terem assimilado plenamente o seu valor como auxiliares.

Ainda assim, pudemos constatar pela análise das cartas que nem todos estes auxiliares adoptaram de imediato o significado modal que hoje têm. *May*, por exemplo, é o único auxiliar usado nas cartas que podemos relacionar com valores de permissão (ex. carta 2: 17-18), ou proibição em contextos negativos, assumindo-se o falante como fonte de autoridade; *can* só adquire essa significação por volta do século XIX. Até lá, partilha com *may* os valores modais de probabilidade e inclinação no sentido da capacidade ou aptidão para fazer alguma coisa, como podemos constatar pelos exemplos abaixo apresentados:

(74) *for +tat I wote welle you can awnswere for me wele enowe.* (Carta 1: 31-32)

(75) *I deferre it till I can sende you the papers I mention* (Carta 17: 28-29)

(76) *I desire you may haue that true health in your soule of a sounde minde, that so in theas days of wafereing and douteing you may hoold the truth.* (Carta 15: 11-13)

(77) *but that you may see the naked truth and sincere account* (Carta 10: 18)

Neste período de transição, *will* como Finito modal (e também como Finito de tempo, como anteriormente dissemos) estava associado à linguagem coloquial e ao modo oral; *shall*, por seu lado, era preferido na linguagem mais literária e no modo de expressão escrito. Contudo, se como indicador de futuro *shall* era mais frequente, como meio de expressar modalidade *will* é mais utilizado, sobretudo na segunda e terceira pessoas do singular. *Shall* ocorre apenas oito vezes, todas elas com valores modais primários altos, mais uma vez porque é menos difícil projectar vontades ou desejos sobre o outro do que obrigações ou necessidades.

Em suma, podemos concluir em relação ao elemento Finito que, no *corpus*, as escolhas deste operador verbal constroem essencialmente tempo presente para generalidades quotidianas e tempo passado para proposições sobre experiências compartilhadas. Os significados modais e avaliativos estão presentes maioritariamente nas ofertas ou pedidos de Bens & Serviços realizados ou não de forma congruente com sua função discursiva.

Ainda relativamente à expressão da modalidade nas cartas, pretendemos mostrar agora como esta surge expressa através do recurso a Adjuntos modais. No cômputo dos vinte textos analisados, os Adjuntos modais

mais frequentes são os Adjuntos de modo verbal, porquanto registámos apenas duas ocorrências de Adjuntos de comentário: *truly* (carta 10: 1) e *especially* (carta 13: 2). Os Adjuntos de modo verbal transmitem significados ligados primeiramente ao posicionamento do locutor perante o que está a dizer e relacionam-se de perto com o elemento Finito.

### ADJUNTOS DE MODO VERBAL

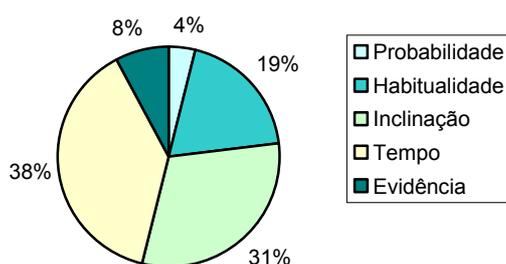


Gráfico 7 – Valores percentuais dos significados realizados no corpus por Adjuntos de modo verbal

Este gráfico apresenta os cinco significados que encontramos realizados nas cartas, tendo em conta uma lista de itens que podem funcionar como Adjuntos de modo verbal apresentada por Halliday (1994a: 82-83). Excluimos propositadamente os Adjuntos que realizam significados de polaridade, uma vez que *not* é o único que ocorre nas cartas é dele já falámos a propósito da construção da polaridade.

A tendência para inscrever no tempo as expectativas do locutor no que respeita à data ou à duração de determinada actividade domina os significados dos Adjuntos de modo verbal, seguida de perto pela utilização de formas que garantam o empenho do locutor na satisfação de pedidos que lhe foram dirigidos e na oferta de Bens & Serviços, como é o caso de *humbly*, *hartely* e *certainly*<sup>51</sup>.

<sup>51</sup> A propósito precisamente de *certainly*, mas também de *surely* (*showrly*, na carta 8 sugerindo evidência), não queríamos deixar de voltar a citar o comentário de Halliday (1994a: 380) sobre a evolução semântica destes Adjuntos:

In Elizabethan English surely meant what certainly does today, but in the intervening period it gradually moved further away from 'it is so', to the extent that it now means something like 'I gather it isn't so, though I find it hard to believe'. Its place was taken by certainly – which is now moving in a similar direction (...).

Esta breve observação permite-nos antever como actuam os requisitos funcionais na mudança linguística, na medida em que o vocabulário que dominamos reflecte e influencia em larga escala a esfera da nossa experiência e a sua estruturação.

Um tipo muito particular de Adjuntos modais que ainda não considerámos são os realizados por orações projectantes do tipo *I think*, como as que passamos a transcrever:

(78) *I thinke it is well done, ye to speake with my lord yourselfe, as prevely as ye can;*  
(Carta 4: 15)

(79) *I thinke Your Majesty shall not doe amiss to take Carlile's advyce.* (Carta 12: 11)

Nestes exemplos, a avaliação do locutor relativamente à probabilidade da sua observação ser válida não é codificada como um elemento modal que opera no seio da oração, mas como uma oração projectante à parte, que forma com aquela um complexo de relações hipotácticas. Esta leitura interpessoal da relação semântica de projecção permite que ela possa ser metaforicamente interpretada como um sinal modal. Para além de *I think*, uma das estratégias discursivas mais utilizadas no *corpus* em análise, encontrámos ainda as seguintes orações modalizadas:

(80) *I am sowr I shold never asspeare the sekenys that I haue.* (Carta 8: 6)

(81) *I beleeve this has loost his creedet for gooing any more journys.* (Carta 15: 7)

(82) *I hope the next weake your father will send* (Carta 15: 15)

(83) *I am confident you would be troubled* (Carta 17:6-7)

Como podemos verificar por estes exemplos, os locutores das cartas expressam a modalidade metaforicamente não só através de processos mentais de cognição (*I think* em (78) e (79), *I beleeve* (81)), mas também de processos relacionais (*I am sowr* (80), *I am confident* (83)), tal como actualmente acontece. O fraseado dos exemplos citados é metafórico, na medida em que há uma tensão entre o domínio gramatical da “oração modal” e o domínio semântico da oração relatada.

Destacamos aqui o complexo oracional citado em (80), por ser um exemplo de como a modalidade pode ser cumulativamente construída através de uma “oração modal”, de um Finito modal e de um Adjunto modal (neste caso, de habitualidade). Em todos estes exemplos, e tendo em conta o exposto no capítulo 1, a responsabilidade modal dos locutores é auto-projectada e, portando, deve ser entendida como explícita subjectiva. Por essa razão,

optámos por classificar interpessoalmente estas orações projectantes como Adjuntos modais, na análise interpessoal apresentada no Apêndice II da dissertação. Admitimos, assim, que estas “orações modais”, apesar de terem uma estrutura de Modo oracional própria, funcionam como um modo de transferir retoricamente a modalidade, gerando, desta forma, significados modais sob a forma de Adjuntos, que modelam, implícita ou explicitamente, o discurso.

Como vimos quando abordámos a questão da responsabilidade modal, o locutor pode também exprimir a sua opinião objectivamente, de maneira a que ela pareça uma qualidade do evento em si, como nos exemplos seguintes:

(84) *Brother, yt is so that your farward, Christofer Law, is departed of this word and hath left behind him a wyfe and vii smale children (...)* (Carta 3: 8)

(85) *it is well done, ye to speake with my lord yourselfe (...)* (Carta 4: 15)

(86) *the truth is, this businesse of my Lord Balcarres is of that nature* (Carta 17: 8)

Se, por um lado, nestes casos, o falante não se compromete directamente com o que está a dizer e o seu coeficiente de responsabilidade perante as suas asserções é menor, por outro lado, o valor modal construído é mais alto porque o conteúdo das orações é tratado como inquestionável.

No que concerne os significados modais de inclinação e obrigação, a análise proposta no Apêndice II da dissertação dá conta de que não existem muitos processos mentais afectivos que projectem de forma explícita subjectiva a postura do locutor. O exemplo seguinte foi um dos poucos encontrados:

(87) *I feare there will be some resorte unto yow* (Carta 11: 11)

Apesar disto, não queríamos deixar de chamar a atenção para o facto de processos verbais como *beseach* (ex. carta 1: 35; carta 3: 5; carta 15: 9) ou *pray* (carta 2: 13; carta 8: 16; carta 9: 6) também poderem ser interpretados como mentais quando os pedidos que encerram são dirigidos à Divindade (Jesus, God). Nestas circunstâncias, os pedidos podiam ser avaliados afectivamente como projecções de desejos de benquerença em relação ao outro, pelo que, de alguma forma, se poderia considerar a oração em que ocorrem como modal. Esta interpretação é válida, sobretudo, para as nove

primeiras cartas, onde o apelo à bênção divina é mais recorrente. Nas restantes cartas, os desejos de benevolência são formulados directamente pelo locutor através de operadores como *wish*, sem intermediação divina. Porém, a opção que tomámos na análise apresentada não foi por esta forma de classificação. Uma vez que estas formas aparecem muitas vezes ao longo do *corpus*, nem sempre é clara a distinção entre realização de processo mental e realização de processo verbal. Considerámos, então, como um critério mais regular, a avaliação destas orações apenas como projectantes.

Considerando outro tipo de processos mentais afectivos, verificamos que os processos do tipo *like* e *please*, relacionados com a transmissão de significados de inclinação, são mais frequentes em construções com *it* antecipado, como as que transcrevemos em seguida:

(88) *yef hyt myght plese yow to take the labur to ryde ovyr* (Carta 2: 17)

(89) *And if it please you (...) that they will have my mynd in the letting of the sayd house* (Carta 3: 12)

(90) *whether [at Hegham or at Chesterfeld] it please you* (Carta 4: 7)

(91) *and that yt may layke you w=t= all convennynte [^GAP^] to sende for me* (Carta 5: 6)

(92) *(...) apon notice had of the same it may lyke you to comand whether of the said letters ye seme besst at your plessur shall be delyverd* (Carta 6: 15)

(93) *(...) it pleased your Grace so gentyly to vowchesaufe to directe unto me your louing and tendre letters* (Carta 9: 3)

Esta apresentação algo alongada de exemplos deveu-se ao facto de estas serem, na verdade, as únicas ocorrências deste tipo de construção em todas as cartas. Isto significa, portanto, que esta estrutura oracional surge apenas atestada nas cartas escritas até à primeira metade do século XVI (excluindo a carta 10).

Em todos estes exemplos, verificamos que o locutor condiciona a realização de uma acção futura ao desejo ou à vontade do alocutário. Ao transferir o poder de decisão sobre determinado pedido para o alocutário, o locutor cria um espaço transaccional aparentemente aberto à negociação e baseado em princípios de delicadeza que pretendem, sobretudo, atenuar possíveis relações de poder desiguais. Para além disso, o fraseado com *it* antecipado não permite identificar a origem da proposta, consentindo ao locutor

total distanciamento. Não obstante o engenho subjacente a esta construção metafórica, o pedido está lá e não deixa ao alocutário muitas alternativas para responder negativamente.

A estrutura oracional destas propostas tem origem numa construção típica dos processos mentais afectivos em *Middle English*. Em construções do tipo *it likes me* ou *it pleases me*, a tendência era para que o participante consciente desses processos – o Experienciador – não assumisse a posição de Sujeito da oração. Se compararmos este género de orações com a proposição *I was not well pleased* (carta 15: 14), percebemos que existe alguma semelhança entre a sua estrutura lógica. No entanto, houve uma alteração funcional profunda em termos experienciais e temáticos. Segundo Halliday (2000: 223-225), no período de transição entre o *Late Middle English* e o *Early Modern English*, a gramática do inglês começou a apresentar uma tendência que favorecia as construções em que o Experienciador se quis colocar como ponto de partida da mensagem, acentuando, desta forma, que é ele que sente e, por isso, deve ocupar uma posição temática na oração. Esta motivação funcional poderá justificar não só a tendência verificada no final do *Early Modern English* para a redução drástica do uso impessoal de certos verbos, mas também a fixação do inglês como língua verbo-medial, consequência, entre outras aspectos, do nivelamento flexional da língua.

Voltando aos exemplos acima citados, e em termos de classificação da responsabilidade modal do locutor, consideramos que as orações aí presentes realizam modalidade explícita objectiva. Recordando o que afirmámos no subcapítulo 4.1., as construções com *it* antecipado são Factos encaixados que assumem o papel de Fenómeno (ou seja, daquilo que é pensado, sentido ou percebido pelo Experienciador) num processo mental afectivo. Ora, ao nível dos significados interpessoais, uma oração expressa como um Facto deve ser entendida como a realização de modalidade explícita objectiva.

Podemos, então, concluir em relação à modalidade metafórica que as proposições tendem a ser realizadas de forma explícita subjectiva. Às propostas está mais associada a modalidade explícita objectiva. Estas escolhas revelam que os interlocutores possuem uma apurada consciência relacional e reconhecem os sinais implícitos de poder e autoridade,

denominadores ideológicos agravados por um contacto pouco frequente a que a distância física conduz.

Não queríamos terminar esta análise sem nos referirmos, mesmo que de modo muito superficial, aos aspectos léxico-gramaticais da componente lógica que mais contribuíram para a caracterização do género discursivo cartas familiares como sendo mais propenso do que outros géneros escritos a reflectir e a promover inovações linguísticas, conforme ficou assente no capítulo 3.

As cartas foram construídas de modo bastante coeso, em torno de complexos oracionais elaborados, naturalmente, com base em relações paratáticas e hipotáticas. Por outro lado, o recurso recorrente a estruturas elípticas e a orações apositivas e encaixadas, que, pelo seu fraseado, tendem a espelhar o fluir do pensamento, parecem querer aproximar o discurso escrito da espontaneidade do discurso oral. As orações encaixadas e apositivas em particular, integradas no discurso epistolar familiar, sugerem de alguma forma a coreografia linguística ensaiada na linguagem falada. Esta afirmação apoia-se nas escolhas estruturais do locutor em exemplos como os que se seguem:

(94) *I have reseved thys day a Letter from my soons ambassadors, now at London, | which Leter I send on to you heryinne closed, || and have adressed on to them myn ansuer severally in twoe sondery lettres, | copy wher of I all so sende on to you, | that apon notice [[had of the same]] it may lyke you [[to command | whether of the said letters [[ye seme besst at your plessur]] shall be delyverd]]. (Carta 6: 11-15)*

(95) *I believe Sir Arthur Capell is incapable either to serve your La=p= or his nephew by reason of an unfortunate accident [[which hath happened to him lately, | which was the killing of Sir John Jenithrope in a duel, | which although it wear fairly and with a great deal of pressing, | so that he is not in danger for his life, | yet by it, till after his trial, he is incapable to follow any sute in law]], || and he himself is much disordered by it; (Carta 14: 5-6)*

A realização destas opções, sobretudo pela forma como estão construídas as suas relações de interdependência, faz com que a linguagem usada nas cartas seja qualificada como gramaticalmente complexa (*grammatically intricate*). Ora, segundo Halliday (1994a: 350), o que é típico do registo escrito é o uso de uma linguagem lexicalmente densa. Assim, a complexidade gramatical das cartas confere ao discurso dinamismo,

espontaneidade e fluidez, que, como foi referido em momentos anteriores, são características próprias do registo oral. Esta constatação vem corroborar a hipótese, adiantada no capítulo 3, de que as cartas familiares se constituem como um dos objectos de análise mais adequados para o estudo da linguagem em uso em períodos mais longínquos da história da língua inglesa e na ausência de registos orais.

## APÊNDICE 4-A

Transcrição das fórmulas de saudação das vinte cartas do *corpus*

Número e data da carta	Transcrição da fórmula de saudação
Carta 1 (1476)	<i>Ryht enterly and beste beloved husband I recomand me unto you in my most hartyst wyse (...)</i>
Carta 2 (1478)	<i>Ryght enterly and my moste specyall beloved husband, I recomaunde me to yow yn the moste hart y wyse (...)</i>
Carta 3 (1499)	<i>Right worshipfull brother, I recomend me unto you, and to my lady, and also to my daughter and yours, with all my other yong cousins (...)</i>
Carta 4 (1501)	<i>Right worshipfull brother, I recomend me unto you.</i>
Carta 5 (1515)	<i>My most kynde and lovyng brother, I humbly reco~mand me vnto yowr Grace (...)</i>
Carta 6 (1516)	<i>Derest broder as hartly as I can I recomend me onto you (...)</i>
Carta 7 (1519?)	<i>Right worshipfull Sir, after dew recomendations had, I homly recomend me unto you and to my lady and mother-in-law (...)</i>
Carta 8 (1520's)	<i>My most derest and best belowyd brother I humbly recommend vn to yowr grace.</i>
Carta 9 (1546)	<i>Most honorable and entirely beloued mother, I have me most humbli recommended to your Grace (...)</i>
Carta 10 (1547)	<i>Madame with most lovyng and hertie commendacions, thies be to signifie unto you (...)</i>
Carta 11 (1598)	<i>Salutem in Christo!</i>
Carta 12 (1623)	<i>Sir</i>
Carta 13 (1624)	<i>Sweet Hart</i>
Carta 14 (1636)	<i>My deere Mother</i>
Carta 15 (1639)	<i>My deare Ned</i>
Carta 16 (1651)	<i>Deare Brother</i>
Carta 17 (1657?)	<i>Madame</i>
Carta 18 (1665)	<i>Very Rev. Sir and loving Father</i>
Carta 19 (1680?)	<i>Ever hond. more then ever loved</i>
Carta 20 (1670's)	<i>Hond. dear Brother</i>

## **CONCLUSÃO**

Orientados pelos pressupostos teórico-metodológicos da Gramática Sistémico-Funcional, propusemo-nos analisar, nesta dissertação, aspectos da mudança linguística em cartas familiares do *Early Modern English* numa perspectiva sócio-semiótica. Estávamos essencialmente interessados em saber como é que a língua falada em Inglaterra entre os séculos XV e XVII estava estruturada para o uso e como é que esse uso, juntamente com os significados interpessoais expressos, moldou o seu sistema linguístico. O grande desafio que se nos colocou foi saber se a aplicação de um modelo analítico deste género conseguiria produzir informação útil do ponto de vista histórico-linguístico. Considerámos, por isso, os trabalhos apresentados por alguns systemicistas que enveredaram pela mesma via diacrónica e procurámos encontrar na Gramática Sistémico-Funcional motivações que justificassem a sua aplicação ao estudo da mudança das línguas, em detrimento de outras possíveis análises teóricas. Rapidamente concluímos que o entendimento multifuncional da léxico-gramática das línguas e o interesse pelo estudo sistemático das suas características discursivo-contextuais distinguiram este modelo teórico socialmente orientado de outras abordagens de cariz social. De facto, a Linguística Sistémico-Funcional permitiu-nos observar a linguagem não apenas como um fenómeno social, mas também – e aqui reside, a nosso ver, a sua eficácia descritiva – como um fenómeno semiótico, atendendo mais ao sentido do que ao rigor da forma.

Assim, ao contrário do que até agora se tem verificado na aplicação de conceitos e metodologias de teorias formais à linguística histórica, adoptámos neste estudo uma perspectiva dinâmica que nos possibilitou uma análise, em movimento real, do funcionamento do sistema gramatical do inglês em cartas familiares do período *Early Modern*. Começámos, então, por tentar ultrapassar o limiar do significado proposicional e descrever a rede de sistemas funcionais das cartas – como unidades semânticas que efectivam processos comunicativos –, enquanto recurso de interacção verbal. Portanto, debruçámo-nos nos fraseados que codificavam escolhas significativamente produtivas e que realizavam trocas linguísticas situacionalmente

contextualizadas. Na prática, isto significa que nos cingimos apenas à análise do Modo verbal, por ser este o elemento fundamental na definição da oração como troca ou interacção, e, neste domínio, considerámos as orações finitas de primeiro nível, já que nos interessava, sobretudo, as escolhas de Sujeito, de tempo primário, de polaridade e de modalidade feitas pelos falantes para conduzir a negociação de significados.

Esta análise permitiu-nos confirmar que, de facto, a língua não é usada apenas para transmitir informação, mas serve, principalmente, para construir e manter relações sociais. A definição destas relações demonstrou que a componente interpessoal da Gramática de Halliday, pela importância que confere aos papéis discursivos e às relações sociais, e pelo destaque que dá às condições contextuais situacionais e culturais dos textos, nos permite acrescentar às considerações linguísticas diacrónicas motivações sistémicas e funcionais da variação e eventual mudança linguística, que repousará, desta forma, na interacção entre o individual e o social. Alguns desses requisitos funcionais foram apresentados, por exemplo, na análise das fórmulas de saudação das cartas e na referência ao aparecimento de uma nova categoria sintáctica – a dos verbos modais – na língua inglesa, numa fase intermédia do período *Early Modern*. Deste modo, pensamos que a utilização deste modelo gramatical, e, mais especificamente, da metafunção interpessoal no estudo diacrónico da língua inglesa trará novas perspectivas de análise sobre as motivações sociais e funcionais da mudança linguística. Outra ilação importante a ser mencionada é o facto de este estudo nos ter permitido perceber que, pelo menos ao nível dos significados interpessoais, os mecanismos analíticos sistémico-funcionais são facilmente aplicados a fases anteriores da história da língua inglesa e funcionam com a mesma eficácia descritiva.

Muito deixámos, no entanto, por dizer. Apelidar de “conclusão” esta parte final da nossa dissertação parece-nos algo imprudente, considerando que este trabalho foi apoiado num fragmento analítico de um modelo gramatical e baseado num corpus limitado e igualmente fragmentado. Daí que consideremos fundamental encarar o resultado deste estudo como uma hipótese de trabalho para uma investigação futura mais desenvolvida, que considere o total de cartas familiares do CEECS em simultaneidade funcional,

ou seja, adoptando uma visão integrada das metafunções interpessoal, ideacional e textual. Há uma série de questões interessantes que podem ser levantadas, em que uma explicação sistémico-funcional, para além de inovadora, poderá trazer novas perspectivas críticas sobre a mudança linguística e as suas motivações funcionais. Sugerimos as seguintes hipóteses de investigação: i) estudar os primeiros passos da actuação da metáfora gramatical em fraseados que, com muita frequência, fazem uso do gerúndio para transmitir significados hoje expressos por construções nominalizadas; ii) analisar o tipo de desequilíbrios no sistema linguístico que poderão ter sido provocados pela possibilidade de escolha oferecida por esse sistema e condicionada pelas situações discursivas; iii) perceber se, em estádios anteriores do desenvolvimento do inglês, os processos da gramática da transitividade eram expressos e construídos da mesma forma que são hoje e considerar se teriam o mesmo número e/ou tipo de participantes; iv) directamente relacionado com o ponto anterior, verificar se a mudança tipológica do inglês de língua verbo-final (SOV) para língua verbo-medial (SVO) pode estar, de alguma forma, relacionada com as restrições que os processos impõem aos participantes envolvidos. Estas e outras possibilidades de variação no sistema léxico-gramatical do inglês reflectem, numa leitura sistémica, mudanças nas condições sócio-institucionais.

Terminamos este trabalho com a firme convicção de que a integração dos estudos diacrónicos na Linguística Sistémico-Funcional trará benefícios para ambas as abordagens, pois permitirá o estudo das variações e das mudanças linguísticas, sociais e ideológicas que ajudaram a moldar o potencial de significado actual de uma determinada língua.

## **APÊNDICE I**

## CODIFICAÇÃO DE PARÂMETROS DO CEECS

O CEECS possui uma codificação textual, que surge enunciada no início deste trabalho (v. Codificação Textual do CEECS), e uma codificação de parâmetros. Este último tipo de codificação é utilizada no início de cada carta e permite identificar o texto (<Q), o autor (<A) e a página da edição original (<P).

Como este corpus é baseado em colecções de cartas, as três primeiras letras inscritas indicam a que colecção pertence a carta. Segue-se a data (ou, em alguns casos, a década estimada) e o código do autor da carta. Tomando como exemplo a carta 18, a inscrição <Q BAS 1665 PBASIRE> significa que a carta em questão pertence à colecção da família Basire, que foi escrita em 1665 e que o remetente é Peter Basire. Esta informação também se percebe pelo rótulo que surge logo depois, ou seja, <A PETER BASIRE> quer dizer que o autor da carta é Peter Basire.

Depois desta codificação, surge o cabeçalho editorial (e.g., [^PETER BASIRE TO ISAAC BASIRE SENIOR^]) que indica normalmente o remetente e o destinatário da carta, mas algumas vezes também se faz referência ao título honorífico e ao local, como acontece nas cartas 10 e 15, respectivamente.

## **APÊNDICE II**

## CARTA 1

<Q STO 1476 ELSTONOR>

<A ELIZABETH STONOR>

<P II,17>

[ ] [175. ELIZABETH STONOR TO WILLIAM STONOR\ ] }

[7 November, 1476\]

Jhesu. M. iij=c= lxxvj.

1. Ryht enterly and beste beloved husband (Av) **I (S) recomand (F/P)** me (C) unto you (Ac) in my most hartyst wyse [[that I beste can or may]] (Ac),
2. sartyfying (P) you (C)
3. that **I (S) have (F)** receyvyd (P) your letter of John Stute and iij coppull of conyes and bald reybbys with the chyke (C),
4. the whyche (C) **I (S) thanke (F/P)** you (C) for (Ac) als hartly [[as I can]] (Ac).
5. Also (Acj) **I (S) conseve (F/P)** by your wrytyng (Ac) [[that you have had very meych a do with holdyng of cortes and odir besynes]] (C),
6. the [wyche[, << 7 e 8 >> that (Acj) **I (S) myght (Fmz)** [see (P) you (C) [ here (Ac).
7. <<as (Acj) **I (S) pray (F/P)** God son (C)
8. to send (P) you (C) a nend thereof (C) >>,
9. And (Acj) Syr (Av), as (Acj) to cheyng (P) the hodgeyshed of salte [[that you wrote [to] me for]] (C),
10. **truly (Acm)** Syr (Av) **I (S) wold (Fmz)** a sente (P) yt (C) to you (Ac) with alle my harte (Ac),
11. but (Acj) **+te bargys (S) wer (F)** departyd (P) before [[your letter cam [unto] me]] (Ac).
12. Also (Acj), Syr (Av), **I (S) have (F)** resevyd (P) sen [[you departyd]] (Ac) ij letterys (C) frome my [sun Bet]sun (Ac)
13. as (Acj) on Monday last (Ac) **wase (F), on of them (S)** deectyd (P) to you (Ac).
14. ... The whyche letterys (C) **I (S) have (F)** red (P)

15. and (Acj) wele (Ac) undirstond (P) them (C)
16. [[... I (S) {} conseve (F/P) by hese wrytyng (Ac) [[that he ys very lothe  
[[that Elmys woll ... departe frome heme]] (Ca)]] (C):
17. never the less (Acj) **he (S) thynkithe (F/P)**
18. #that xiiij markes and a d[{}i ...{}] pryse for to bye lx saks:#
19. after that pryce (Ac) **it (S) wold (Fmz)** draw (P) myche m[{}oney{}] (C)
20. and (Acj) **lytell gettyng (S) suld (Fmz)** be (P) therin (Ac).
21. #And yet I truste to ... have yt,#
22. for (Acj) as **I undirstond (Am) yt (S) ys (F) yete (Am)** unsold (P)
23. #... that my sun Betsun sent to me by the brynger [{}herof ...{}]#
24. **I (S) pray (F/P)** you (C)
25. grete (P) wel (Ac) my broder Thomas Ston[{}or (C) from me (Ac)
26. desiring (P) y[{}ou
27. to seye (P) to heme (Ac)
28. that (Acj) **I (S) marvyll (F/P) gretly (Am)** [[what [{}... moveth{}] heme to  
saye schoyche langege by me as he dothe, #for as ...#]] (C)
29. [{}that{}] **I (S) [{}wold{}] (Fmz)** plok (P) from your lyelod (Ac) alle [[that I  
can]] (C)
30. #to make a grete ... #:
31. for +tat (Acj) **I (S) wote (F/P) welle (Ac)**
32. **you (S) can (Fml)** awnswere (P) for me (Ac) wele enowe (Ac).
33. #And so I ... to defend me.#
34. No more (C) to you (Ac) at thys tyme (Ac),
35. but **I (S) beseche (F/P)**
36. **all myg[{}hty Jhesu{}] (S) have (F/P)** you (C), right ynterly and best  
belovyd husbond (Av), in hys [{}blyssid keypyng ever{}] (Ac)

Amen.

At London (Ac) the vij day of Novembr (Ac).

37. My owne good {{husb}}ond (Av) **I (S) se (F/P)** well (Ac) [[ye  
[[re{{membre +te puttyng at ... out of +te bed whan you and I lay last  
togedyr]] (C).

By your ovne {{to my{{ powre, Elysabeth Stonor.

38. To my Right worshipfull husbandn {{Wyllm.{{ Stonor, Sqyer (Ac), thys  
letter (S) be delyverd (P) in hast (Ac). d. d.

## CARTA 2

<Q STO 1478 ELSTONOR>

<A ELIZABETH STONOR>

<P II,66>

[] [226. DAME ELIZABETH STONOR TO SIR WILLIAM STONOR] }

[(21 August, 1478)]

Jhesus.

1. Ryght enterly and my moste specyall beloved husband (Av), **I (S) recomaunde (F/P)** me (C) to yow (Ac) yn the moste hartly wyse (Ac),
2. desyryng (P)
3. to here (P) of yowre weelfare &c. (Ac),
4. thankyng (P) yow (C) of yowre lettyr and of yowre partrechys (Ac).
5. And (Acj) for Robert Warner (Ac), **he (S) ys (F)** cum (P) to towne (Ac):
6. **dyverce of yowre servantys and myne (S) have (F)** spoken (P) with hym (Ac):
7. **he (S) seyeth (F/P)**
8. that (Acj) **he (S) can (Fmz)** receyve (P) no money (C) **as yet (Am)**,
9. notwithstandyng (Acj) **he (S) yntendyth to speke (F/P)** with me
10. or (Acj) **he (S) departe (F/P)**,

11. and **wyll (F)** content (P) me (C)
12. yef (Acj) **he (S) may (Fmz)**.
13. **I (S) pray (F/P)** God (C)
14. that (Acj) **he (S) may (Fml)** so (C) do (P).
15. **Also (Am) I (S) pray (F/P)** yow (C)
16. to send (P) me (C) a answere of the mater [[that I wrote to yow]] (C) for the Lumbarde (Ac).
17. And (Acj) yef (Acj) **hyt (S) myght (Fml)** plese (Pml) yow (C) **[[to take the labour to ryde ovyr]] (S)**,
18. then (Acj) **ye (S) may (Fml)** answere (P) to the mater (Ac) yowre selfe (C),
19. **whyche (S) wyll (Fmz)** be (P) to me (Ac) grete hartes ese and plesure (C):
20. for (Acj) **I thynke (Am) hyt (S)** ryght longe (C)
21. syth (Acj) **I (S) speke (F/P)** with yow (Ac).
22. Syr (Av), **I (S) truste (F/P)** to Jhesu (Ac) [[to se yow here yn shorte tyme]] (C).
23. No more (C) to yow (Ac) at thys tyme (Ac),
24. **[[but]] (Acj) Jhesu (S) preserve (F/P)** yow (C) yn hys kepyng (Ac).
25. Wrytyn (P) at Lundun (Ac) the Fryday afore sent Bartylmewys day (Ac).

By your owne wyff Elysabeth Stonore.  
 To my most enterly belovyd husband Syr Wylliam Stonore, knyght.

### CARTA 3

<Q PLU 1499 R3EYRE>  
 <A ROBERT EYRE III>  
 <P 140>  
 [] [LETTER CIX.] }

1. (^To my right worshipfull brother, Sir Robart Plompton, kt. (Ac) this byll (S) be delivered (P).^)
2. Right worshipfull brother (Av), **I (S) recommend (F/P)** me (C) unto you, and to my lady, and also to my daughter and yours, with all my other yong cousins (Ac),
3. desiring (P) hartely (Am)
4. to here (P) of your welfaire and theres both (Ac),
5. which (C) **I (S) besech (F/P)**
6. (^Jesu^) preserve (P) unto his pleasure and your harts comforth (Ac),
7. ever (Am) thanking (P) you, and my lady both (C), of the great worshipe and gud chere, [[that I and my frinds had at my last beyng with you]] (Ac).
8. Brother (Av), **yt (S) is (F)** so (C) **[[that your forward, Christofer Law, is departed of this word and hath left behind him a wyfe and vii smale children]] (S)**,
9. wherfor (Acj) **I (S) hartely (Am) pray (F/P)** you (C)
10. to be (P) gud master (C) unto hir (Ac),
11. so that (Acj) **she (S) might (Fmz)** have (P) hir farme, and the rather (C) for my prayer (Ac).
12. And (Acj) if (Acj) **it (S) please (F/P)** you (C), <<13>>, **[[that they will (Fmz) have (P) my mynd (C) in the letting of the sayd house]]**;
13. <<when (Ac) **your servants (S) come (F/P)** over (Ac) into this contry (Ac)>>
14. and **I (S) trust to take (F/P)** such wayes (C) therin (Ac),
15. as (Acj) **shal (F)** be (P) for your worship and profit both (Ac),
16. as (Acj) (^Jesu^) **(S) knoweth (F/P)**, [[who (S) ever (Am) preserve (P) you (C)]].

At Padley (Ac) the tewsdays next afore St. Luke day (Ac) in hast (Ac).  
 Your loving brother, Robart Eyre.  
 [15 Oct. 1499.]

## CARTA 4

<Q PLU 1501 R3EYRE>

<A ROBERT EYRE III>

<P 158>

[ ] [LETTER CXXV.\ ] }

1. (^To my right worshipfull brother, Sir Robart Plumpton, kt. (Ac) **these (S)** be delivered (P).^)
2. Right worshipfull brother (Av), **I (S) recommend (F/P)** me (C) unto you (Ac).
3. Brother (Av), **I (S) have (F)** received (P) your letter (C),
4. be the which (Ac) **I (S) perceived (F/P)** [[ye be mynded to be with my lord of Schrewsbury on munday next, be nune of the day; and that ye wold have [[me to meet you by the way]] (C)]] (C).
5. Brother (Av), **my lord (S) is (F)** at Wynfeld (Ac), **and my lady both (S)**,
6. and (Acj) **I (S) wil (Fmz)** be glad to wayte (P) upon you (Ac) at Hegham, a myle from Wynfeld (Ac), or els at Chesterfeld (Ac),
7. whether (Acj) **it (S) please (F/P)** you (C).
8. Brother (Av), **I (S) am (F)** afraid (Ca)
9. lese (Acj) **this labour (S) be (F)** vayne (Ca),
10. for (Acj) **in certayne (Am) I (S) caused (F/P)** all the labour [[to be made possible at this tyme, both to my lord and to my lady]] (C),
11. and **he (S) wold not (Fmz, Fn)** be turned (P);
12. for (Acj) **he (S) myght not (Fmz, Fn)**,
13. and keepe (P) his truth and promyse [[made afore]] (C).
14. Notwithstanding (Acj), sithe (Acj) **ye (S) be (F)** comyng (P) on your way (Ac),
15. **I thinke (Am) it (S) is (F)** well done (Ca), [[ye to speake with my lord yourselfe, as prevely [[as ye can]] (Ac)]] (S);
16. and (Acj) thus (Ac) (^Jesu^) **(S) kepe (F/P)** you (C).

At Padley (Ac), the sunday next afore the feast of St. John Baptise (Ac).  
Your loving brother, Robart Eyre, esquire. [20 June 1501.\]

## CARTA 5

<Q OR1 1515 MYTUDOR>

<A MARY QUEEN OF FRANCE>

<P 121>

[ ] [LETTER XLII. MARY THE FRENCH QUEEN TO KING HENRY THE EIGHTH.\ ] }

1. My most kynde and lovyng brother (Av), **I (S) humbly (Am) reco~mand (F/P)** me (C) vnto your Grace (Ac),
2. thankyng (P) you (C) interly (Am) of your comfortable Letters (Ac);
3. besechyng (P) your grace (C) most humbly (Am) now (Am)
4. so (Acj) to contenwe (P) toward me and my frendes (Ac),
5. as (Acj) **owr spessyale trowst (S) ys (F)** yn your Grace (Ac);
6. and (Acj) that **yt (S) may (Fml)** layke (P) you (C) w=t= all convennynte [^GAP^] (Ac) **[[to sende for me]] (S)**
7. that **I (S) may (Fmz) shortely (Am)** se (P) your grace (C)
8. **wyche (S) ys (F)** the thyng [[that I most dissyr yn thys world]] (C)
9. and (Acj) **I and all myn (S) ys (F)** at your gracs commandmente and playsayr (Ac).

At Parys (Ac) the vj. day of Marche (Ac). by your lowyng suster Mary (Ac).

10. To the Kings Grace (Ac) **thes (S)** be delivered (P).

## CARTA 6

<Q OR1 1516 MTTUDOR>

<A MARGARET QUEEN OF SCOTLAND>

<P 129>

[ ] [LETTER XLVII. MARGARET QUEEN OF SCOTLAND TO KING HENRY THE VIII=TH=. ] }

1. Derest broder (Av) as hartly [[as I can]] (Ac) **I (S) recommend (F/P)** me (C) onto you (Ac),

2. and **let you (S) vyt (F/P)**
3. that yesternyght (Ac) **I (S) cam (F/P)** hyther (Ac),
4. soo (Acj) beyng (P) confortted of you (C) in my jorney (Ac) in many and soondry wyses (Ac)
5. that, <<6>>, **I (S) am (F)** in ryght good heal (Ca),
6. <<lovyng be (P) to our Lorde God (Ac)>>
7. and (Acj) as joyous\* of my sayd Journay towarde you [[as any woman may be in commyng to her broder]] (Ac),  
\* I am as joyous of my said Journay...
8. as (Acj) **I (S) have (F/P)** gret cause (C),
9. and **am (F)** moost desirous **now (Am)** [[to com to your presens and to have sight of your person, [[in whom next God, is myn oonly trust and confydens]] (C) ]] (Ca):
10. advertissing (P) you (C) derest brotder (Av)
11. **I (S) have (F)** reseved (P) thys day (Ac) a Letter (C) from my soons ambassadors, now at London (Ac),
12. which Leter (C) **I (S) send (F/P)** on to you (Ac) heryinne closed (Ac),
13. and **have (F)** adressed (P) on to them (Ac) myn ansuer (C) severally in twoe sondery lettres (Ac),
14. copy wher of (C) **I (S) all so (Am) sende (F/P)** on to you (Ac),
15. that (Acj) apou notice [[had of the same]] (Ac) **it (S) may (Fml)** lyke (Pml) you (C) **[[to comand whether of the said letters [[ye seme besst at your plessur]] shall be delyverd ]] (S).**
16. And (Acj) **the Holy Trenyte (S)** have (P) you (C) my most derest broder (Av) in tucion and governance (Ac).

At Stony Stretford the xxvij. day of Apryll.

Zour loveng suster Margaret. Unto my dereste broder the King's Grace.

## CARTA 7

<Q PLU 1519? WPLUMPTON>

<A WILLIAM PLUMPTON>

<P 220>

[ ] [LETTER CLXXX.] }

1. (^To my right worshipfull and my especiall good father Sir Robart Plompton, kt. (Ac) be (P) **thes (S)** delivered (P).^)
2. Right worshipfull Sir (Av), after [[dew recommendations had]] (Ac), **I (S) homly (Am) recommend (F/P)** me (C) unto you and to my lady and mother-in-law (Ac),
3. beseching (P) you (C) for your dayly blessing (Ac).
4. Sir (Av), **I (S) have (F)** bene (P) dyverse tymes (Ac) before the judges (Ac) for my matters (Ac),
5. but (Acj) **I (S) can (Fmz)** have (P) none end (C) as yet (Am),
6. except (Acj) **my cousin Babthorp (S) myght (Fmz)** have (P) all the lands (C) in Hemyngbrough (Ac) ...
7. and (Acj) **I (S)** to have (P) Waton, Northcayffe, Medelton, Wystou, and lands in Beverley to the valow of xl=s=, and forest land in Selby to the valow of xx=s=, and iij=li= land more, or lx=li= in money (C);
8. and (Acj) to give (P) answer (C) the first day of the next tearme (Ac).
9. Wherefore (Acj), Sir (Av), **I (S) besech (F/P)** you (C) of your best counsell therin (Ac) by this bearer (Ac).
10. And (Acj) as for your owne matter before Master Dance (Ac), **Olever (S) hath (F)** wrytten (P) to you (Ac) the scertayntie therof (C);
11. and (Acj) as for Mr. Woyd (Ac), **I (S) had (F)** money so much (C) to do (P)
12. as (Acj) to stope (P) the outlawery this terme (C).
13. Wherefore (Acj), Sir (Av), **I (S) besech (F/P)** you (C)
14. to make (P) some search (C) therefore (Ac),
15. for (Acj) **yt (S) is (F)** a great danger (C),
16. as (Acj) **the world (S) is (F)** at this day (Ac),

17. as (Acj) (**^Jesu^**) (**S**) **knowes (F/P)**, [[who preserve you in health]].
17. Wrytten (P) at Sacum (Ac), the x day of June (Ac).
18. Sir (Av), **I (S) besech (F/P)** you
19. give (P) credence (C) to this bearer (Ac).

By your owne son to his litle power, William Plompton.

### CARTA 8

<Q OR1 1520s MYTUDOR>  
 <A MARY QUEEN OF FRANCE>  
 <P 304>

[ ] [LETTER XCIX. MARY THE FRENCH QUEEN TO HER BROTHER K. HEN. VIII=TH=.] ]

1. My most derest and best belowyd brother (Av) **I (S) humbly (Am) recommend (F/P)** vn to yowr grace (Ac).
2. Sir (Av) so (C) **yt (S) tys (F) [[that I have bene very seke and eke atons]] (S)**
3. for the wyche (Ac) **I was** fayne [[to sende for Master Peter the fesysyon for to have hoplen me of the dessays [[that I haue]] (Ac)]] (Ca).
4. How (Ac) **be (F) yt (S) [[I am [[rathar wors than better]] (Ca)]] (C)**.
5. Were for (Acj) **I (S) trowst (F/P) showrly (Am) [[to come vp to Londone with my Lord]] (C)**.
6. For (Acj) <<7>> **I am sowr (Am) I (S) shold (Fmz) never (Am) asspeare (P) the sekenys [[that I haue]] (C)**.
7. <<and yf (Acj) **I (S) shold (Fmz) tary (P) here (Ac)>>**
8. Wer for (Acj), Sir (Av), **I (S) wolde (Fml) be the gladther a grete dele to com (P) thether (Ac)**,
9. by cawse (Acj) **I (S) wold (Fml) be glad to se (Pml) yowr grace (C)**,
10. **the wyche (S) I do thyncke (Am) long (F) for (Ac) to do (P);**

11. for (Acj) **I (S) haue (F)** bene (P) a grete wyle (Ac) out of yowr syte (Ac):
  12. and (Acj) now (Acj) **I (S) thowst (F/P)**
  13. **I (S) shal not (Fn)** be (P) so long agene (Ac):
  14. for (Acj) **the syte of yowr grace (S) ys (F)** to me (Ac) the grettys comferte (C) to me (Ac) [[that may (Fmz) be (P) possybel]].
  15. No more (C) to your grace (Ac) at thys tyme (Ac),
  16. bwt (Acj) **I (S) pray (F/P)** God (C)
  17. send (P) yow (C) yowr hartys dessyr (C),
  18. and (Acj) showrly (Am) to the syte of yow (Ac).
- by yowr lowyng suster Mary the Frenche Qu ...

## CARTA 9

<Q OR2 1546 EDWARD6>

<A EDWARD VI>

<P 131>

[ ] [LETTER CXLIX. PRINCE EDWARD TO QUEEN CATHERINE PARR.] }

1. Most honorable and entirely beloued mother (Av), **I (S) have (F)** me (C) **most humbli (Am)** recommended (P) to your Grace (Ac) w=t= lyke thankes (Ac),
2. both for (Acj) y=t= (Acj) **your Grace (S) did (F)** accepte (P) so gentyllly (Am) my simple and rude letters (C),
3. and also (Am) y=t= (Acj) **it (S) pleased (F/P)** your Grace (C) so gentyllly (Am) **[[to vowchesaufe to directe unto me your louing and tendre letters]] (S)**,
4. **which (S) do (F)** geue (P) me (C) much comfort and encouragement [[to go forward in such thinges [[wherein your Grace bereath me on hand]] (Ac)]] (C),
5. y=t= (Acj) **I (S) am (F) alredy (Am)** entered (P).
6. **I (S) pray (F/P)** God (C)

7. **I (S) maie (Fml)** be hable (Pml) in part (Ac) to satisfy (Pml) the good expectation of the Kings Maiesti my father and of your Grace (C),
8. whom (C) **God (S) have (F/P) ever (Am)** in his most blessed keping (Ac).

Your louing sonne E. Prince.

### CARTA 10

<Q OR2 1547 HRADCLIFFE>

<A HENRY RADCLIFFE>

[ ] [LETTER CLV. HENRY RADCLYF, EARL OF SUSSEX, TO HIS COUNTESS.] ]

1. Madame (Av) with most lovyng and hertie commendacions (Ac), **thies (S) be (F)** to signifie\* (P) unto you (Ac)  
\* to tell
2. that (Acj) **our late Sovereigne Lord the King (S) departed (F/P)** at Westminster (Ac) uppon Friday last the xxviiij=ti=. of this instant Januarie (Ac) about two of the clock in the mornyng (Ac).
3. And (Acj) **the Kings Majestie (S) that nowe (Am) is (F)** proclaymed (P) King\* (C) this present last day of the same moneth (Ac).  
\* And that now the Kings Majestie is proclaymed King...
4. And (Acj) lik as (Acj) for the departure of th'on (Ac) **wee (S) may (Fmz)** lament (P),
5. so (Acj) for th'establisshment of thother (Ac) to all our comforts (Ac) **we (S) may (Fmz)** rejoyce (P).
6. **The names of his Executours (S) ar (F)** th'archbisshop of Canterburie, the Lord Wriothesley lord Chauncelor of Englund, the Lord St. John lord president of the Counsaile and Gret Master, the Lord Russell Lord Privie Seale, the Erle of Hertford lord Great Chamberlein of Englund, the Viscount Lesley lord Admiral, the bishop of Derham, Mr. Secretarie Paget, Sir Anthonie Denie, Sir Anthonie Browne, Sir William Herbert, The Chief Justice of the Common Place, Bromley [[another Justice ther]], Sir Thomas Baker Chauncelor of the tenthes, Sir Edward North, and divers other aidours to the same, [[which for lak of tyme I pretermit]] (C).

7. **The Parliament (S) is (F) clerely (Am)** dissolved (P):
8. **the Terme and all writs (S)** closed (P).
9. **The Court (S) is (F) nowe (Am)** at the Tower [[from whens the Kings Majestie tomorrow shal be receyved and conducted to his Hous Derchamplace]] (Ac).
10. **His Hyghnes Coronacion (S) shal (F)** be (P) at Shrovetyme (Ac).
11. For my oone matiers hetherto (Ac), thorough the gret and diligent busines [[that my lord Chauncelor hath had]] (Ac), **I (S) could (Fmz)** espye (P) no tyme mete to the purpoos (C);
12. but (Acj) **shal (F)** nevertheles (Acj) as sone [[as oportunitie may serve]] (Ac) set (P) forth (Ac) the same (C).
13. And (Acj) for your repaire hether in th'end of this weke (Ac) **I (S) shall (F)** send (P) unto you (Ac) Henry Northey (C),
14. by whom (Ac) **you (S) shal (F)** knowe (P) my determynat pleasur (C).
15. In the meane tyme (Ac) **I (S) require (F/P)** you (C)
16. to put (P) all soch things in order (C)
17. as (Acj) **shal (Fmz)** be (P) mete (Ca) for you (Ac) here (Ac).
18. Thus (Ac), good Madame (Av) albeit (Acj) the contents of your Lettres diverslie at length [[tending to the lak of good wil in me [[that ought to be in a lovyng husband]]]; the same nevertheles <<as I think>> proceding of a good hert might otherwise have bin qualified]] (C)
19. **I (S) wisse (F/P)** to you (Ac) my owne hert (C)
20. as (Acj) to my self (Ac).

From Eliplace in Holborne (Ac) the last day of January (Ac) in the first yere of the reigne of our Sovereigne King Edward the Sixeth (Ac).  
 Your assured lovyng husband Henry Sussex.  
 To my wief The Countas of Sussex.

## CARTA 11

<Q HUT 1598 M1HUTTON>

<A MATTHEW HUTTON 1>

<P 143>

[ ] [LETTER LXXXV.] THE ARCHBISHOP OF YORK TO TIMOTHY HUTTON,  
HIS SON.}]

[16 Aug. 1598.]

(\Salutem in Christo!\)

1. **I (S) am (F)** glad to heare (Pmz)
2. that (Acj) **you and your wife (S) bend (F/P)**
3. and (Acj) **buckle your selves (F/P)** so well (Ac) towards thryvinge (Ac).
4. **God (S) blesse (F/P)** you bothe, and yours (C),
5. and (Acj) **geve (F/P)** yow (C) much comfort of them (C).
6. **Yow (S) are (F)** put (P) in the commission of peace (Ac) within the Northridinge (Ac),
7. and (Acj) **I (S) referr (F/P)** it (C) unto your choice (Ac),
8. whether (Acj) **you (S) will (Fml)** come to take (P) th' oath (C) before the judges at th' assises (Ac),
9. or (Acj) afterwardes (Ac).
10. **There (S) are (F)** so few justices (C) in that part of the countrie (Ac)
11. that (Acj) **I feare (Am) there (S) will (Fmz)** be (P) some resorte (C) unto yow (Ac),
12. **which (S)** in this tyme of th' infection (Ac) **may (Fmz)** be (P) daingerous (Ca).
13. Commend (P) me (C) to my daughter (Ac),
14. and (Acj) move (P) hir (C) to continue (P)
15. as (Acj) **she (S) hath (F)** well (Ac) begunne (P) to hir comfote and commendation (Ac).
16. And so (Acj) **I (S) commend (F/P)** yow bothe (C) to the blessed direction of the best Director (Ac).

At Yorke, the xvj=th= of August, 1598. Your loving father, Matth. Ebor.

[POSTSCRIPT.]

17. More safetie (C) **[[not to coome]]\* (S)**,  
\* It will give you more safetie not to come
18. but (Acj) more present credit (C) **[[to come, and be sworne (P) openlie]]\* (S)**:  
\* It gives you more credit to come
19. (\utere (P) tuo juditio (S)\).
20. Yf **you (S) coome (F/P)**,
21. **you (S) shal (Fml)** be (P) welcome (Ca);
22. yf (Acj) **you (S) come (F/P)** not (Am),
23. **I (S) will not (Fmz, Fn)** take (P) it (C) in evill part (Ac).

(\Vale in Domino!)

(\Tuus ut suus,\) Matth. Ebor. To my lovinge sonne, Timithie Hutton, at Marske.

## CARTA 12

<Q OR3 1623 CHARLES1>

<A CHARLES I>

<P 145>

[ ] [LETTER CCLXXXVI. PRINCE CHARLES AND THE DUKE OF BUCKINGHAM TO KING JAMES.] }

1. Sir (Av) **I (S) confess (F/P)**
2. that (Acj) **ye (S) have (F)** sent (P) mor jewels **[[then (at my departure) I thought to had use of]] (C)**;
3. but (Acj), since my cumming (Ac), seeing (P) manie jewels worne heere (C),
4. and (Acj) that (Acj) **my braverie (S) can (Fmz)** consist (P) of nothing else (Ac),

5. besydes that (Acj) **sume of them** [[which ye have appointed me to give to the Infanta]] (S), in Steenies oppinion and myne (Am), ar **nott (Fn)** fitt to be given (P) to her (Ac);
6. therfor (Acj) **I (S) have (F)** taken (P) this bouldness (C)
7. to intreate (P) your Majesty (C)
8. to send (P) more for my owen wearing (C),
9. and (Acj) for giving to my Mistres (Ac):
10. in which (Ac) **I thinke (Am) Your Majesty (S) shall not (Fml, Fn)** doe (P) amiss [[to take Carlile's advyce]] (C).
11. So (Acj) humblie (Am) craving (P) your blessing (C)
12. **I (S) rest (F/P)** Your Majesty's humble and obedient sone and servant Charles (C).

### CARTA 13

<Q COR 1624 NA2BACON>

<A NATHANIEL BACON>

<P 101>

[ ] [LXVII. THE SAME TO THE SAME.] ] ] [^NATHANIEL BACON TO JANE CORNWALLIS^]

1. Sweet Hart (Av), In some haste & fewe words (Ac) **I (S) do (F)** retourne (P) you (C) many thanckes (C) for yo=e= letter [[receiued by M=r= Baylife]], together w=th= the newes (Ac),
2. but (Acj) **especially (Acm)** for the abundance of yo=e= loue therin professed (Ac);
3. w=ch= (C) **I (S) desier (F/P)**
4. you (S) to beleue (P)
5. **is (F)** so wellcome (Ca) vnto me (ac)
6. that (Acj) **the meditation therof (S) must (Fmz)** be (P) vnto me (Ac) my cheifest comfort (C) in this yo=e= absence (Ac),

7. & (Acj) that (Acj) **my best endeours (S) shall (F) allwaies (Am)** ayme (P) at some meanes (Ac) to my pore power [[both to requite & deserue yt](Ac).
8. **O=e= children w=th my self (S) ar (F) in health (Ac) <<9>>, w=th= the rest of yo=e= friends (S).**
9. <<(God (S) be thancked (P))>>
10. **I (S) wish (F/P)** you (C) good success w=th= yo=e= business (C),
11. & (Acj) in the meane tyme (Ac) content (P) both w=th= the place & proceedinges (Ac).
12. Excuse (P) my shortness (C),
13. beinge com~anded (P) by the day & tyme (Ac);
14. & (Acj) entertayne (P) the best prayers of him [[who is alwaies Yo=es=, Nath. Bacon]] (C).

Thrandeston, May 19 [1624] .

15. **M=r= Parr, M=rs= Parr, & M=r= Greenhill (S) remember (F/P)** ther best seruisse (C).
16. My seruisse (C) to all my friends (Ac),
17. & (Acj) bid (P) Jhon Fenn (C)
18. to send (P) my coullers (C) so soone as possible (Ac).
19. To his most worthy friend the Lady Cornewalleys (Ac), at the Lady Cooke's howse by Charinge Cross (Ac), geue (P) these (C), London (Ac).

#### CARTA 14

<Q COR 1636 FCORNWALLIS>

<A FREDERIC CORNWALLIS>

<P 285>

[ ] [CLXXXIX. SIR F. CORNWALLIS TO JANE LADY BACON.] } ] [^TO JANE CORNWALLIS^]

1. My deere Mother (Av), **I (S) am (F)** extreame sorrie (Ca) [[that this occation is happened]] (C),
2. **which (S) makes (F/P)** me (C) sende (P) this messenger (C)
3. to kisse (P) your hands (C)
4. and (Acj) to tell (P) you (C)
5. that (Acj) **I believe (Am) Sir Arthur Capell (S) is (F)** uncapable either to serve (P) your La=p= or his nephew (C) by reason of an unfortunate accident [[which hath happened to him lately (Ac), which was the killing of Sir John Jenithrope in a duel, which although it wear fairly and with a great deal of pressing, so that he is not in danger for his life, yet by it, till after his trial, he is uncapable to follow any sute in law]] (Ac),
6. and (Acj) **he himself (S) is (F)** much disordered (Ca) by it (Ac);
7. the more because (Acj) **the gentillman [[that he killed]] and he (S) had (F)** been (P) a long time (Ac) verie good friends (C).
8. The particular relation (C) **I (S) leave (F/P)** to my wife's man (Ac).
9. Now (Acj), Madam (Av), **I (S) have (F)** nothing more (C) to say (P),
10. not (Am) being able to advise (P),
11. only (Am) to expect (P) yo=r= La=p's= commands (C),
12. **which (S) shall (Fml)** be obeied (Pml) by, Madam (Av), Yo=r= affectionate and obedient sonne, F. Cornwalleis (Ac).

S=t= James's, May 4, 1636.

## CARTA 15

<Q HAR 1639 BHARLEY>

<A LADY BRILLIANA HARLEY>

<P 43>

[ ] [XXXIV.] }

[ ] TO MY DEARE SONNE MR. EDWARD HARLEY, AT MAGDELIN HALL, OXFORD. }

1. My deare Ned (Av) – **I (S) haue (F)** two letters (C) to thanke (P) you (C) for (Ac),
2. **on (S)** by the carrier (Ac)
3. and (Acj) **on (S)** by the gardner (Ac);
4. **the gardner (S) came not (Fn/P)** to Bromton (Ac) tell wensday last (Ac);
5. **he (S) says (F/P)**
6. **he (S) was (F)** sike (Ca) by the way (Ac),
7. but (Acj) **I beleue (Am) this (S) has (F)** loost (P) his creedet for gooing any more journys (C).
8. My deare Ned (Av), **it (S) is (F)** my joy **[[that you are well]] (S)**,
9. and (Acj) **I (S) beceach (F/P)**
10. the Lord in mercy (S) to continue (P) this bllesing of health (C) to you (Ac),
11. but (Acj) aboue all (Ac), **I (S) desire (F/P)**
12. **you (S) may (Fml)** haue (P) that true health in your soule of a sounde minde (C),
13. that so (Acj) in theas days of wafereing and douteing (Ac) **you (S) may (Fml)** hoold (P) the truth (C).
14. **I (S) was not (Fn)** well pleased (Ca) **[[that I did not keepe my woord in sending to you this weake]] (C)**.
15. **I hope (Am)** the next weake (Ac) **your father (S) will (Fmz)** send (P),
16. and (Acj) thearefore (Acj) **I (S)** only (Am) **rwite (F/P)** theas feawe lines (C) by the carrier (Ac)
17. to let you (S) knowe (P)
18. **I (S) haue (F)** sent (P) you (C) a pigon pye (C);
19. and (Acj) much good (C) **may (Fml) it (S)** doo (P) you (C)
20. when (Ac) **you (S) eate (F/P)** it (C).
21. **Your father (S) returned (F/P)** from the bischops (Ac) this night (Ac).

22. **I (S) thanke (F/P) God (C) [[he is well]] (C):**
23. **he (S) prays (F/P) God (C)**
24. to bless (P) you (C),
25. and (Acj) so (C) **dous (F)** Your affectinat mother, Brilliana Harley (C).
- (^Apr. 19, 1639^)
26. Remember (P) my saruis (C) to your worthy tutor (Ac).

### CARTA 16

<Q HAR 1651 EHARLEY>

<A EDWARD HARLEY>

<P 216>

[ ] [COL. HARLEY TO HIS BROTHER THOMAS.\ ] }

1. Deare Brother (Av) – **I (S) have (F/P) now (Ac) exchanged (P) the sweet country aire and sports (C) for the dirt, fogs, and trouble of the city (Ac).**
2. **The employment (S) there (Ac), is (F) to chase (P) the poore hare, or crafty fox (C);**
3. heere (Ac), to pursue (P) one another (C).
4. **The forest [[whence I came]] (S), hath not (Fn) beasts more savage (C)**
5. as (Acj) **we (S) meete (F/P) every day (Ac).**
6. **The lustfull goat, fawning dog, greedy wolf (S) range (F/P) freely (Ac),**
7. and (Acj) <<8>>, **every one (S) abounds (F/P) with these wild inhabitants (Ac),**
8. <<what (S) is (F) worst (Ca)>>
9. and (Acj) **want (F/P) sagacity [[to pursue]] and courage [[to destroy them]] (C).**

10. If (Acj) **every private person (S) would (Fmz)** be (P) an honest hunter (C),
11. **we (S) should not (Fmz, Fn)** complaine (P) of so many Nimrods (Ac).
12. If (Acj) **you (S) have (F)** recovered (P),
13. and (Acj) **can (Fmz)** spare (P) your (^watry hunter^) (C),
14. **I (S) shall (Fml)** be very glad to receave (Pml) him (C) from you (Ac).
15. **The assurance of your health (S) will (F)** be (P) very wellcome (C) to, Your most affectionate brother, Edw. Harley (Ac).

(^Westminster,^) (\6 Martii\), 1650-1.

For his deare Brother, Mr. Thomas Harley.

## CARTA 17

<S SAMPLE 1>

<Q CHA 1657? CHARLES2>

<A KING CHARLES II>

<P 5>

[ ] [I. KING CHARLES II. TO QUEEN HENRIETTA MARIA.] }

Antwerp, 26 July [1657?].

1. Madame (Av), **I hope (Am) your Majestie (S) hath (F)** that good opinion of me (C),
2. as (Acj) to Beleeue (P)
3. that (Acj) **your commandes (S) carries (F/P) euer (Am)** so much waight with me (C),
4. that (Acj) at any time [[when I doe not comply with them]] (Ac), **your Majestie (S) may (Fml)** conclude (P)
5. **the inconveniences on my parte (S) are (F)** so greate (C),
6. as (Acj) **I am confident (Am) you (S) would (Fmz)** be (P) troubled (Ca)

7. if (Acj) **I (S) should (Fml)** obey (P) you (C),
8. and (Acj) **the truth is (Am), this businesse of my Lord Balcarres (S) is (F)** of that nature (C);
9. for (Acj) **your Majestie (S) may (Fmz)** be (P) confident (Ca),
10. that (Acj), after [[haueing giuen him so good a carrecter as I did at his first comming to Paris]] (Ac) , **I (S) would not (Fmz, Fn)** call (P) my iudgement (C) so farre in question (Ac),
11. or (Acj) run (P) the venture [[of being thought apte to change my opinion of men vpon light groundes]] (C),
12. if (Acj) **I (S) had not (Fn)** those proofes against him of duple dealing and dishonesty (C)
13. as (Acj) **would (Fmz)** iustifie (P) me (C) to all the world (Ac),
14. though (Acj) **I (S) had (F)** proceeded (P) against him (Ac) with a much seuerer sentence [[then hetherto I haue declared]] (Ac);
15. and (Acj), <<16>>, **I (S) will (F)** sende (P) you (C), as soone [[as I come where [[the papers are]] (Ac)]] (Ac), the proofes [[of what I say]] (C) vnder his owne hande (Ac),
16. <<because (Acj) **your Majestie (S) shall not (Fml, Fn)** take (P) my single worde for it (C)>>
17. which (Ac), <<18>>, **you (S) will (Fmz)** at least (Ac) conclude (P)
18. <<if (Acj) **your Majestie (S) will (Fmz)** consider (P) with an indifferent eye (Ac)>>
19. him (S) not very fitt to put (P) obligations (C) vpon (Ac);
20. and (Acj), for the promise [[your Majestie and my sister are ingaged in]] (Ac), **can (Fmz)** be (P) of no waite in this particular (C),
21. for (Acj) **certainly (Am)** at the same time (Ac) **the person (S) misbehaues him selfe (F/P)**
22. **he (S) forfefts (F/P) also (Am)** the engagement (C),
23. and (Acj) **I am confident (Am) your Majestie (S) thinkes (F/P)**
24. **whosoeuer (S) is (F)** faulty (C) to me (Ac)
25. **is (F)** so (C) to you (Ac);

26. **I am sure (Am) it (S) shall (Fml) euer (Am)** be (P) so (C) on my parte (Ac) towards your Majestie (Ac).
27. **I (S) should (Fmz)** say (P) much more (C) to your Majestie (Ac)
28. but (Acj) that (C) **I (S) deferre (F/P)** it (C)
29. till (Acj) **I (S) can (Fml)** sende (P) you (C) the papers [[I mention]] (C),
30. and (Acj) **will (Fml) only now (Am)** assure (Pmz) your Majestie (C) [[that I am and ever will be, Madame, Your Majesties most humble and most obedient sone and seruant, Charles R.]] (C)

[NEITHER ADDRESSED NOR SEALED.]

### CARTA 18

<Q BAS 1665 PBASIRE>

<A PETER BASIRE>

<P 239>

[^PETER BASIRE TO ISAAC BASIRE SENIOR^]

I. H. S.

1. Very Rev. Sir and loving Father (Av), The newes of your arrivall (C) <<2 e 3>> **I (S) receive (F/P)** with joy and thankfulness (Ac),
2. <<(I (S) hope (F/P) safe (C),
3. **I am sure (Am)** prayed (P) for (Ac),)>>
4. seeing (P) [[I am deprived of, <<(upon what account truly I know not, however submitting to my mother's com'and)>> wayting upon you in p'son]] (C).
5. **This proxy (S), 1. tenders (F/P)** my H. duty (C) to you (Ac);
6. 2. **craves (F/P)** your blessing (C),
7. and (Acj), 3. **gives (F/P)** you (C) the inclosed account of my time, [[spent according to your charge]] (C).
8. **I (S) do not (Fn)** alledge (P) those deductions directly (C)

9. to apologize (P) for my idleness (Ac),
10. but (Acj) that (Acj) **you (S) may (Fml)** see (P) the naked truth and sincere account (C);
11. and (Acj) if (Acj) **you (S) shall (Fml)** judge (P) [[that I have not well spent my time]] (C),
12. **I (S) humbly (Am) beseege (F/P)** pardon (C),
13. and (Acj) **promise (F/P)** endeavour of amendment (C);
14. but (Acj) if (Acj) otherwise (Ac),
15. then (Acj) **it (S) will (Fmz)** prove (P) matter of encouragement and comfort (C) **[[to have answered your expectation]] (S)**.
16. **Thomas White (S) is (F)** to give (P) you (C) an account of other concerns (C).
17. **I (S) am (F)** here (Ac) ready, 1. to obey (P) your commands (C);
18. 2. to endeavour to become (P) serviceable (to my power) (Ca) unto you (Ac);
19. 3. to approve myselfe (P) ( ('factis et verbis')) (Ac) every day more and more (Ac).

Very Reverend Sir and loving Father, your sincerely obedient son, and humble servant, Peter Basire.

July 13, 1665, Stanhop.

## CARTA 19

<Q TIX 1680? WTHIMELBY>

<A WINEFRID THIMELBY>

<P 73>

[ ] [LETTER LXIX.\ ] ] [^FROM WINEFRID THIMELBY TO HERBERT ASTON^]

1. Ever hond. more then ever loved (Av), **I (S) canot (Fmz, Fn)** rite (P) without reluctance (Ac),
2. [[what I know]] (C) **you (S) canot (Fml, Fn)** read (P) without troble (Ac).

3. **Our dearly dear Gatt (S) wears (F/P) still (Am)** her crowen of thornes (C),
4. and (Acj) with adition of sufferance (Ac),
5. for (Acj) **she (S) has got (F/P)** a quartin ague (C);
6. yet (Acj) **beares (F/P)** itt (C) with so sweet a cherfullniss (Ac),
7. and (Acj) **her sister too (S)**,
8. that (Acj) to my shame (Ac) **I (S) speake (F/P)** itt (C),
9. **I (S) am (F)** the most unresigned person of the 3 (Ca).
10. What a wretch (C) **am (F) I (S)**,
11. that (Acj) knowing (P) the indispensible decree (even to the maker of the law), [[that none shall enter Heaven by any other way, then sufferance]] (C),
12. **doe (F) yet (Am)** repyne to meete (P) the marke [[that tells us we goe right]] (C).
13. **Keate (S) is (F)** resolved to keepe (P) sylence (C),
14. [[all she can]] (S) obey (P) yr last comaund\* (C);  
\* all she can is obey her last command
15. and (Acj) tell (P) you (C)
16. her sisters head (S) is (F) well (Ca).
17. **Gatts excuse (S) is (F)** too largely (Ac) tould (P).
18. **She (S) can (Fmz)** say (P) nothing (C).
19. **I (S) am (F)** left (P) alone (Ac)
20. to tell (P) this sad story (C),
21. and (Acj) **have (F)** sayd (P) too much (C),
22. yet (Acj) not (Am) enouf (C),
23. till (Acj) **I (S) style myselfe (F/P)**, beyound all expression (Ac),
24. and (Acj) **I (S) fear (F/P)** beleefe (C),

Yr most affectionat sister, and humble servant, Winefrid Thimelby.

25. Dear Brother (Av), rite (P) as oft [[as (Acj) ever (Am) you (S) can (F)]]  
(Ac) to Gatt, (Ac)
26. **t (S) will (Fmz)** be (P) her best medisin (C).

## CARTA 20

<Q TIX 1670s WTHIMELBY>

<A WINEFRID THIMELBY>

<P 103>

[ ] [LETTER LXXXI.] } ] [^FROM WINEFRID THIMELBY TO HERBERT  
ASTON^]

1. Hond. dear Brother (Av), **I (S) will not (Fmz, Fn)** measure (P) you (C),  
by my owne weake hart (Ac);
2. **you (S) understand (F/P)** better (Ac) the kings high way (C),
3. and (Acj) **know (F/P)**
4. **crosses (S) are (F)** blessings, and markes [[that we go right]] (C)
5. Therefore (Acj) **I (S) feare not (Fn/P)** [[to tell you, our dear sister, <<to  
tye up our ioys in due limitts>>, broke her owne, and went, I dout not,  
towards the liberty of saynts]] (C).
6. Upon the 24th of last munth (Ac), **she (S) fell (F/P)** sick (Ca),
7. and (Acj) after 9 days (Ac) **began to recover (F/P)**,
8. as (Acj) **we (S) hopet (F/P)**;
9. but (Acj) **fell (F/P)** back (Ac) into a relapse, [[which toke her from us]]  
(Ac).
10. Rype and ready for heaven (Ac), **she (S) fell (F/P)**
11. to ryse (P) for ever (Am).
12. **My eyes and hart (S) are (F)** full (Ca),
13. receave (P) the overflow (C).

Your most affectionat sister, W. T.

July 26.

## **ANEXO**

CORPUS OF EARLY ENGLISH CORRESPONDENCE SAMPLER  
CEECs  
SOCIOLINGUISTICS AND LANGUAGE HISTORY PROJECT TEAM  
1998  
DEPARTMENT OF ENGLISH  
UNIVERSITY OF HELSINKI

Keränen, Jukka Nevala, Minna Nevalainen, Terttu Nurmi, Arja Palander-Collin, Minna Raumolin-Brunberg, Helena Academy of Finland University of Helsinki Proofreader Heikkonen, Kirsi Melville-Smith, Alistair Nurmi, Tarui Rossi, Arja-Liisa Sanatnama, Reza Tissari, Heli Virolainen, Anne Academy of Finland University of Helsinki creation of machine-readable version Heikkonen, Kirsi Text data (1 file : ca. 955 kilobytes) deposited by Nurmi, Arja Department of English University of Helsinki Helsinki  
*P.O.Box 24 (Unioninkatu 40B) FIN-00014 University of Helsinki Finland Arja.Nurmi@Helsinki.fi*  
2003-06-30 Oxford Text Archive Oxford  
*Oxford University Computing Services 13 Banbury Road Oxford OX2 6NN info@ota.ahds.ac.uk*  
2461

## SELECÇÃO DE CARTAS

### CARTA 1

<Q STO 1476 ELSTONOR>  
<A ELIZABETH STONOR>  
<P II,17>  
{ } [175. ELIZABETH STONOR TO WILLIAM STONOR\ ] ]  
[7 November, 1476\]

Jhesu. M. iij=c= lxxvj.

Ryht enterly and beste beloved husband I recomand me unto you in my most hartest wyse that I beste can or may, sartyfyng you that I have receyvyd your letter of John Stute and iij coppull of conyes and bald reybbys with the chyke, the whyche I thanke you for als hartly as I can. Also I conseve by your wrytyng that you have had very meiche a do with holdyng of cortes and odir besynes, the [wyche], as I pray God son to send you a nend thereof, that I myght [see you] here. And Syr, as to cheyng the hogenyng of salte that you wrote [to] me for, truly Syr I wold a sente yt to you with alle my harte, but +te bargys wer departyd before your letter cam [unto] me. Also, Syr, I have resevyd sen you departyd ij letterys frome my [sun Bet]sun as on Monday last wase, on of them dectyd to you. ... The whyche letterys I have red and wele undirstond them [..I] conseve by hese wrytyng that he ys very lothe that Elmys woll ... departe frome heme: never the less he thynkith that xij markes and a d[i ...] pryse for to bye lx saks: after that pryce it wold draw myche m[oney] and lytell gettyng suld be therin. And yet I truste to ... have yt, for as I undirstond yt ys yete unsold ... that my sun Betsun sent to me by the brynger [herof ...] I pray you grete wel my broder Thomas Ston[or from me desiring y]ou to seye to heme that I marvyll gretly what [.. moveth] heme to saye schoyche langege by me as he dothe, for as ... [that] I [wold] plok from your lyelod alle that I can to make a

grete ...: for +tat I wote welle you can awnswere for me wele enowe. And so I ... to defend me. No more to you at thys tyme, but I beseche all myg[{}hty Jhesu{}] have you, right ynterly and best belovyd husband, in hys [{}blyssid kepyng ever{}] Amen. At London the vij day of Novembr.

My owne good [{}husb{}]ond I se well ye [{}re{}]membre +te puttyng at ... out of +te bed whan you and I lay last togedyr.

By your ovne [{}to my{}] powre,  
Elysabeth Stonor.

To my Right worshipfull husband [{}Wyllm.{}] Stonor, Sqyer, thys letter be delyverd in hast. d. d.

## CARTA 2

<Q STO 1478 ELSTONOR>

<A ELIZABETH STONOR>

<P II,66>

[{}] [{}226. DAME ELIZABETH STONOR TO SIR WILLIAM STONOR [{}] ]  
[{}(21 August, 1478)]

Jhesus.

Ryght enterly and my moste specyall belovyd husband, I recomaunde me to yow yn the moste hartly wyse, desyryng to here of yowre weelfare &c., thankyng yow of yowre lettyr and of yowre partrechys. And for Robert Warner, he ys cum to towne: dyverce of yowre servantys and myne have spoken with hym: he seyeth that he can receyve no money as yet, notwithstanding he yntendyth to speke with me or he departe, and wyll content me yef he may. I pray God that he may so do. Also I pray yow to send me a answere of the mater that I wrote to yow for the Lumbarde. And yef hyt myght plese yow to take the labur to ryde ovyr, then ye may answere to the mater yowre selfe, whyche wyll be to me grete hartes ese and plesure: for I thynke hyt ryght longe syth I speke with yow. Syr, I truste to Jhesu to se yow here yn shorte tyme. No more to yow at thys tyme, [{}but{}] Jhesu preserve yow yn hys kepyng. Wrytyn at Lundun the Fryday afore sent Bartylmewys day.

By your owne wyff Elysabeth Stonore.

To my most enterly belovyd husband Syr Wylliam Stonore, knyght.

## CARTA 3

<Q PLU 1499 R3EYRE>

<A ROBERT EYRE III>

<P 140>

[{}] [{}LETTER CIX.\ ] ]

(^To my right worshipfull brother, Sir Robart Plompton, kt. this byll be delivered.^)

Right worshipfull brother, I recomend me unto you, and to my lady, and also to my daughter and yours, with all my other yong cousins, desiring hartely to here of your welfaire and theres both, which I besech (^Jesu^) preserve unto his

pleasure and your harts comforth, ever thanking you, and my lady both, of the great worshipe and gud chere, that I and my frinds had at my last beyng with you. Brother, yt is so that your farward, Christofer Law, is departed of this word and hath left behind him a wyfe and vii smale children, wherfor I hartely pray you to be gud master unto hir, so that she might have hir farme, and the rather for my prayer. And if it please you, when your servants come over into this contry, that they will have my mynd in the letting of the sayd house; and I trust to take such wayes therin, as shalbe for your worship and profit both, as (^Jesu^) knoweth, who ever preserve you. At Padley the tewsdays next afore St. Luke day in hast.

Your loving brother,  
Robart Eyre.  
[15 Oct. 1499.]

#### CARTA 4

<Q PLU 1501 R3EYRE>  
<A ROBERT EYRE III>  
<P 158>  
[] [LETTER CXXV.] }

(^To my right worshipfull brother, Sir Robart Plumpton, kt. these be delivered.^)

Right worshipfull brother, I recomend me unto you. Brother, I have received your letter, be the which I perceived ye be mynded to be with my lord of Schrewsbury on munday next, be nounce of the day; and that ye wold have me to meet you by the way. Brother, my lord is at Wynfeld, and my lady both, and I wilbe glad to wayte upon you at Hegham, a myle from Wynfeld, or els at Chesterfeld, whether it please you. Brother, I am afrad lese this labour be vayne, for in certayne I caused all the labour to be made possible at this tyme, both to my lord and to my lady, and he wold not be turned; for he myght not, and keepe his truth and promyse made afore. Notwithstanding, sithe ye be comyng on your way, I thinke it is well done, ye to speake with my lord yourselfe, as prevely as ye can; and thus (^Jesu^) kepe you.

At Padley, the sunday next afore the feast of St. John Baptise.

Your loving brother,  
Robart Eyre, esquire.  
[20 June 1501.]

#### CARTA 5

<Q OR1 1515 MYTUDOR>  
<A MARY QUEEN OF FRANCE>  
<P 121>  
[] [LETTER XLII. MARY THE FRENCH QUEEN TO KING HENRY THE EIGHTH.] }

My most kynde and lovyng brother, I humbly reco~mand me vnto yowr Grace, thankyng yow interly of yowr comfortable Letters; besechyng yowr grace most humbly now so to contenwe toward me and my frendes, as owr spessyale trowst ys yn yowr Grace; and that yt may layke you w=t= all convennynte [^GAP^] to sende for me that I may shortely se yowr grace wyche ys the thyng that I most dissyr yn thys world and I and all myn ys at yowr gracs commandmente and playsayr.  
At Parys the vj. day of Marche.  
by yowr lowyng suster  
Mary.  
To the Kings Grace thes be delivered.

### CARTA 6

<Q OR1 1516 MTTUDOR>  
<A MARGARET QUEEN OF SCOTLAND>  
<P 129>  
[] [LETTER XLVII. MARGARET QUEEN OF SCOTLAND TO KING HENRY THE VIII=TH=.] ]]

Derest broder as hartly as I can I recomend me onto you, and let you vyt that yesternyght I cam hyther, soo beyng confortted of you in my jornay in many and soondry wyses that, lovyng be to our Lorde God, I am in ryght good heal, and as joyous of my sayd Jornay towarde you as ony woman may be in commyng to her broder, as I have gret cause, and am moost desirous now to com to your presens and to have sight of your person, in whom next God, is myn oonly trust and confydens: advertissing you derest brotder I have reseved thys day a Letter from my soons ambassadors, now at London, which Leter I send on to you heryinne closed, and have adressed on to them myn ansuer severally in twoe sonderly lettres, copy wher of I all so sende on to you, that apon notice had of the same it may lyke you to comand whether of the said letters ye seme besst at your plessur shall be delyverd. And the Holy Trenyte have you my most derest broder in tucion and governance.  
At Stony Stretford the xxvij. day of Apryll.  
Zour loveng suster  
Margaret.  
Unto my dereste broder the King's Grace.

### CARTA 7

<Q PLU 1519? WPLUMPTON>  
<A WILLIAM PLUMPTON>  
<P 220>  
[] [LETTER CLXXX.] ]]

(^To my right worshipfull and my especiall good father Sir Robart Plompton, kt. be thes delivered.^)

Right worshipfull Sir, after dew recomendations had, I homly recomend me unto you and to my lady and mother-in-law, beseching you for your dayly blessing. Sir, I have bene dyverse tymes before the judges for my matters, but I can have none end as yet, except my cousin Babthorp myght have all the lands in Hemyngbrough ... and I to have Waton, Northcayffe, Medelton, Wystou, and lands in Beverley to the valow of xl=s=, and forest land in Selby to the valow of xx=s=, and iij=li= land more, or lx=li= in money; and to give answer the first day of the next tearme. Wherefore, Sir, I besech you of your best counsell therin by this bearer. And as for your owne matter before Master Dance, Olever hath wrytten to you the scertayntie therof; and as for Mr. Woyd, I had money so much to do as to stope the outlawery this terme. Wherefore, Sir, I besech you to make some search therefore, for yt is a great danger, as the world is at this day, as (^Jesu^) knowes, who preserve you in health.  
Wrytten at Sacum, the x day of June.  
Sir, I besech you give credence to this bearer.  
By your owne son to his litle power,  
William Plompton.

#### CARTA 8

<Q OR1 1520S MYTUDOR>  
<A MARY QUEEN OF FRANCE>  
<P 304>  
[] [LETTER XCIX. MARY THE FRENCH QUEEN TO HER BROTHER K. HEN. VIII=TH=.] ]]

My most derest and best belowyd brother I humbly recommend vn to your grace. Sir so yt tys that I have bene very seke and eke atons for the wyche I was fayne to sende for Master Peter the fesysyon for to have hoplen me of the dessays that I haue. Howbe yt I am rathar wors than better. Were for I trowst showrly to come vp to Londone with my Lord. For and yf I shold tary here I am sowr I shold never asspeare the sekenys that I haue. Wer for, Sir, I wolde be the gladther a grete dele to com thether, by cawse I wold be glad to se your grace, the wyche I do thyncke long for to do; for I haue bene a grete wyle out of your syte: and now I thowst I shal not be so long agene: for the syte of your grace ys to me the grettys comfote to me that may be possybel.  
No more to your grace at thys tyme, bwt I pray God send yow your hartys dessyr, and showrly to the syte of yow.  
by your lowyng suster  
Mary the Frenche Qu ...

#### CARTA 9

<Q OR2 1546 EDWARD6>  
<A EDWARD VI>  
<P 131>  
[] [LETTER CXLIX. PRINCE EDWARD TO QUEEN CATHERINE PARR.] ]]

Most honorable and entirely beloved mother, I have me most humbly recommended to your Grace w<sup>t</sup>= lyke thanks, both for y<sup>t</sup>= your Grace did accepte so gentyly my simple and rude letters, and also y<sup>t</sup>= it pleased your Grace so gentyly to vouchesafe to directe unto me your louing and tendre letters, which do geue me much comfort and encouragement to go forward in such thinges wherein your Grace bereath me on hand, y<sup>t</sup>= I am alredy entered. I pray God I maie be hable in part to satisfy the good expectation of the Kings Maiesti my father and of your Grace, whom God have ever in his most blessed keping.

Your louing sonne

E. Prince.

## CARTA 10

<Q OR2 1547 HRADCLIFFE>

<A HENRY RADCLIFFE>

[ ] [LETTER CLV. HENRY RADCLYF, EARL OF SUSSEX, TO HIS COUNTESS.\ ] ]

Madame with most lovyng and hertie commendacions, thies be to signifie unto you that our late Soveraigne Lord the King departed at Westminster uppon Friday last the xxvii<sup>t</sup>=. Of this instant Januarie about two of the clock in the mornyng. And the Kings Majestie that nowe is proclaymed King this present last day of the same moneth. And lik as for the departure of th'on wee may lament, so for th'establisshment of thother to all our comforts we may rejoyce.

The names of his Executours ar th'archbisshop of Canterburie, the Lord Wriothesley lord Chauncelor of Englund, the Lord St. John lord president of the Counsaile and Gret Master, the Lord Russell Lord Privie Seale, the Erle of Hertford lord Great Chamberlein of Englund, the Viscount Lesley lord Admiral, the bishop of Derham, Mr. Secretarie Paget, Sir Anthonie Denie, Sir Anthonie Browne, Sir William Herbert, The Chief Justice of the Common Place, Bromley another Justice ther, Sir Thomas Baker Chauncelor of the tenthes, Sir Edward North, and divers other aidours to the same, which for lak of tyme I pretermit.

The Parliament is clerely dissolved: the Terme and all writs closed. The Court is nowe at the Tower from whens the Kings Majestie tomorrow shalbe receyved and conducted to his Hous Derchamplace. His Hyghnes Coronacion shalbe at Shrovetyme.

For my oone matiers hetherto, thorough the gret and diligent busines that my lord Chauncelor hath had, I could espye no tyme mete to the purpoos; but shal nevertheles as sone as oportunitie may serve set forth the same. And for your repaire hether in th'end of this weke I shall send unto you Henry Northey, by whom you shal knowe my determynat pleasur. In the meane tyme I require you to put all soch things in order as shalbe mete for you here.

Thus, good Madame albeit the contents of your Lettres diverslie at length tending to the lak of good wil in me that ought to be in a lovyng husband; the same nevertheles as I think proceding of a good hert might otherwise have bin qualified I wisse to you my owne hert as to my self. From Eliplace in Holborne the last day of January in the first yere of the reigne of our Soveraigne King Edward the Sixeth.

Your assured lovyng husbond  
Henry Sussex.  
To my wief The Countas of Sussex.

### CARTA 11

<Q HUT 1598 M1HUTTON>  
<A MATTHEW HUTTON 1>  
<P 143>  
[] [LETTER LXXXV.] THE ARCHBISHOP OF YORK TO TIMOTHY HUTTON,  
HIS SON.}]  
[16 Aug. 1598.]

(\Salutem in Christo!)

I am glad to heare that you and your wife bend and buckle your selves so well towards thryvinge. God blesse you bothe, and yours, and geve yow much comfort of them. Yow are put in the commission of peace within the Northriding, and I referr it unto your choice, whether you will come to take th' oath before the judges at th' assises, or afterwarde. There are so few justices in that part of the countrie that I feare there will be some resorte unto yow, which in this tyme of th' infection may be daingerous. Commend me to my daughter, and move hir to continue as she hath well begunne to hir comforte and commendation.

And so I commend yow bothe to the blessed direction of the best Director.

At Yorke, the xvj<sup>th</sup> of August, 1598.

Your loving father,

Matth. Ebor.

[POSTSCRIPT.]

More safetie not to coome, but more present credit to come, and be sworne openlie: (utere tuo iudicio). Yf you coome, you shalbe welcome; yf you come not, I will not take it in evill part.

(\Vale in Domino!)

(\Tuus ut suus,)

Matth. Ebor.

To my lovinge sonne, Timithie Hutton, at Marske.

### CARTA 12

<Q OR3 1623 CHARLES1>  
<A CHARLES I>  
<P 145>  
[] [LETTER CCLXXXVI. PRINCE CHARLES AND THE DUKE OF  
BUCKINGHAM TO KING JAMES.] }

Sir

I confess that ye have sent mor jewels then (at my departure) I thought to had use of; but, since my cumming, seeing manie jewels worne heere, and that my braverie can consist of nothing else, besydes that some of them which ye have

appointed me to give to the Infanta, in Steenies oppinion and myne, ar nott fitt to be given to her; therfor I have taken this bouldness to intreate your Majesty to send more for my owen wearing, and for giving to my Mistres: in which I thinke Your Majesty shall not doe amiss to take Carlile's advyce.

So humblie craving your blessing I rest

Your Majesty's humble and obedient sone and servant  
Charles.

### CARTA 13

<Q COR 1624 NA2BACON>

<A NATHANIEL BACON>

<P 101>

[ ] [LXVII. THE SAME TO THE SAME.] } [ ^NATHANIEL BACON TO JANE CORNWALLIS^ ]

Sweet Hart,

In some haste & fewe words I do retourne you many thanckes for yo=e= letter receiued by M=r= Baylife, together w=th= the newes, but especially for the abundance of yo=e= loue therin professed; w=ch= I desier you to beleue is so wellcome vnto me that the meditation therof must be vnto me my cheifest comfort in this yo=e= absence, & that my best endeuors shall allwaies ayme at some meanes to my pore power both to requite & deserue yt. O=e= childeren w=th my self ar in health (God be thancked), w=th= the rest of yo=e= friends.

I wish you good success w=th= yo=e= business, & in the meane tyme content both w=th= the place & proceedinges.

Excuse my shortness, beinge com~anded by the day & tyme; & entertayne the best prayers of him who is alwaies

Yo=es=,

Nath. Bacon.

Thrandeston, May 19 [1624].

M=r= Parr, M=rs= Parr, & M=r= Greenhill remember ther best seruise. My seruise to all my friends, & bid Jhon Fenn to send my coullers so soone as possible.

To his most worthy friend the Lady Cornewalleys, at the Lady Cooke's howse by Charinge Cross, geue these, London.

### CARTA 14

<Q COR 1636 FCORNWALLIS>

<A FREDERIC CORNWALLIS>

<P 285>

[ ] [CLXXXIX. SIR F. CORNWALLIS TO JANE LADY BACON.] } [ ^TO JANE CORNWALLIS^ ]

My deere Mother,

I am extreame sorrie that this occation is hapened, which makes me sende this messenger to kisse your hands and to tell you that I believe Sir Arthur Capell is

uncapable either to serve your La=p= or his nephew by reason of an unfortunate accident which hath happened to him lately, which was the killing of Sir John Jenithrope in a duel, which although it wear fairly and with a great deal of pressing, so that he is not in danger for his life, yet by it, till after his trial, he is uncapable to follow any sute in law, and he himself is much disordered by it; the more because the gentillman that he killed and he had been a long time verie good friends. The particular relation I leave to my wife's man. Now, Madam, I have nothing more to say, not being able to advise, only to expect yo=r= La=p's= commands, which shall be obeied by, Madam, Yo=r= affectionate and obedient sonne,  
F. Cornwalleis.  
S=t= James's, May 4, 1636.

### CARTA 15

<Q HAR 1639 BHARLEY>  
<A LADY BRILLIANA HARLEY>  
<P 43>  
[] [XXXIV.] ]]  
[] TO MY DEARE SONNE MR. EDWARD HARLEY, AT MAGDELIN HALL, OXFORD.}]

My deare Ned - I haue two letters to thanke you for, on by The carrier and on by the gardner; the gardner came not to Bromton tell wensday last; he says he was sike by the way, but I beleeeue this has loost his creedet for gooing any more journys.

My deare Ned, it is my joy that you are well, and I beceach the Lord in mercy to continue this bllesing of health to you, but aboue all, I desire you may haue that true health in your soule of a sounde minde, that so in theas days of wafereing and douteing you may hoold the truth.

I was not well pleased that I did not keepe my woord in sending to you this weake. I hope the next weake your father will send, and thearefore I only rwite theas feawe lines by the carrier to let you knowe I haue sent you a pigon pye; and much good may it doo you when you eate it.

Your father returned from the bishops this night. I thanke God he is well: he prays God to bless you, and so dous

Your affectinat mother, Brilliana Harley.

(^Apr. 19, 1639^)

Remember my saruis to your worthy tutor.

### CARTA 16

<Q HAR 1651 EHARLEY>  
<A EDWARD HARLEY>  
<P 216>  
[] [COL. HARLEY TO HIS BROTHER THOMAS.] ]]

Deare Brother - I have now exchanged the sweet country aire and sports for the dirt, fogs, and trouble of the city. The employment there, is to chase the poore hare, or crafty fox; heere, to pursue one another. The forest whence I came, hath not beasts more savage as we meete every day. The lustfull goat, fawning dog, greedy wolf range freely, and what is worst, every one abounds with these wild inhabitants, and want sagacity to pursue and courage to destroy them. If every private person would be an honest hunter, we should not complaine of so many Nimrods.

If you have recovered, and can spare your (^watry hunter^), I shall be very glad to receive him from you. The assurance of your health will be very wellcome to, Your most affectionate brother,

Edw. Harley.

(^Westminster,^) (\6 Martii), 1650-1.

For his deare Brother,

Mr. Thomas Harley.

### CARTA 17

<S SAMPLE 1>

<Q CHA 1657? CHARLES2>

<A KING CHARLES II>

<P 5>

[ ] [I. KING CHARLES II. TO QUEEN HENRIETTA MARIA.] }

Antwerp, 26 July [1657?].

Madame,

I hope your Majestie hath that good opinion of me, as to Beleeue that your commandes carries euer so much waight with me, that at any time when I doe not comply with them, your Majestie may conclude the inconveniences on my parte are so greate, as I am confident you would be troubled if I should obey you, and the truth is, this businesse of my Lord Balcarres is of that nature; for your Majestie may be confident, that, after haueing giuen him so good a carrecter as I did at his first comming to Paris, I would not call my iudgement so farre in question, or run the venture of being thought apte to change my opinion of men vpon light groundes, if I had not those proofes against him of duple dealing and dishonesty as would iustifie me to all the world, though I had proceeded against him with a much seuerer sentence then hetherto I haue declared; and, because your Majestie shall not take my single worde for it, I will sende you, as soone as I come where the papers are, the proofes of what I say vnder his owne hande, which, if your Majestie will consider with an indifferent eye, you will at least conclude him not very fitt to put obligations vpon; and, for the promise your Majestie and my sister are ingaged in, can be of no waite in this particular, for certainly at the same time the person misbehaues him selfe he forfeits also the engagement, and I am confident your Majestie thinkes whosoeuer is faulty to me is so to you; I am sure it shall euer be so on my parte towards your Majestie. I should say much more to your Majestie but that I deferre it till I can sende you the papers I mention, and will only now assure your Majestie that I am and ever will be, Madame,

Your Majesties most humble and most obedient sone and seruant,

Charles R.  
[NEITHER ADDRESSED NOR SEALED.]

### CARTA 18

<Q BAS 1665 PBASIRE>  
<A PETER BASIRE>  
<P 239>  
[^PETER BASIRE TO ISAAC BASIRE SENIOR^]

I. H. S.

Very Rev. Sir and loving Father,

The newes of your arrivall (I hope safe, I am sure prayed for,) I receive with joy and thankfulness, seeing I am deprived of, (upon what account truly I know not, however submitting to my mother's com'and) wayting upon you in p'son. This proxy, 1. tenders my H. duty to you; 2. craves your blessing, and, 3. gives you the inclosed account of my time, spent according to your charge. I do not alledge those deductions directly to apologize for my idlenes, but that you may see the naked truth and sincere account; and if you shall judge that I have not well spent my time, I humbly begge pardon, and promise endeavour of amendment; but if otherwise, then it will prove matter of encouragement and comfort to have answered your expectation. Thomas White is to give you an account of other concerns. I am here ready, 1. to obey your commands; 2. to endeavour to become serviceable (to my power) unto you; 3. to approve myselfe ( (factis et verbis\ ) ) every day more and more.

Very Reverend Sir and loving Father,

your sincerely obedient son, and humble servant,  
Peter Basire.

July 13, 1665, Stanhop.

### CARTA 19

<Q TIX 1680? WTHIMELBY>  
<A WINEFRID THIMELBY>  
<P 73>  
[] [LETTER LXIX.\ ] ] [^FROM WINEFRID THIMELBY TO HERBERT ASTON^]

Ever hond. more then ever loved, I canot rite without reluctance, what I know you canot read without troble. Our dearly dear Gatt wears still her crowen of thornes, and with adition of sufferance, for she has got a quartin ague; yet beares itt with so sweet a cherfullniss, and her sister too, that to my shame I speake itt, I am the most unresigned person of the 3.

What a wretch am I, that knowing the indispenible decree (even to the maker of the law), that none shall enter Heaven by any other way, then sufferance, doe yet repyne to meete the marke that tells us we goe right.

Keate is resolved to keepe sylence, all she can obay yr last comaund; and tell you her sisters head is well. Gatts excuse is too largely tould. She can say

nothing. I am left alone to tell this sad story, and have sayd too much, yet not enouf, till I style myselfe, beyound all expression, and I fear beleefe,  
Yr most affectionat sister,  
and humble servant,  
Winefrid Thimelby.  
Dear Brother, rite as oft as ever you can to Gatt, twill be her best medisin.

## CARTA 20

<Q TIX 1670S WTHIMELBY>  
<A WINEFRID THIMELBY>  
<P 103>  
[] [LETTER LXXXI.] ]] [^FROM WINEFRID THIMELBY TO HERBERT ASTON^]

Hond. dear Brother,  
I will not measure you, by my owne weake hart; you understand better the kings high way, and know crosses are blessings, and markes that we go right. Therefore I feare not to tell you, our dear sister, to tye up our ioys in due limitts, broke her owne, and went, I dout not, towards the liberty of saynts. Upon the 24th of last munth, she fell sick, and after 9 days began to recover, as we hopet; but fell back into a relapse, which toke her from us. Rype and ready for heaven, she fell to ryse for ever.  
My eyes and hart are full, receive the overflow.  
Your most affectionat sister,  
W. T.  
July 26.

## **BIBLIOGRAFIA**

AITCHISON, Jean

2001 *Language Change: Progress or decay?*. 3<sup>rd</sup> Edition. Cambridge: Cambridge University Press.

ARNAUT, René

1998 The development of the progressive in 19<sup>th</sup> century English: A quantitative study. In SANCOOF, David, LABOV, William & KROCH, Anthony (eds.). *Language Variation and Change*. Vol. 10. Cambridge: Cambridge University Press, 123-152.

BANKS, David

1996 Joseph Banks and the Development of Scientific Language. In BUDIN, Gerhard (ed.). *Multilingualism in Specialist Communication. Proceedings of the 10th European LSP Symposium, Vienna 1995*, Vol. 2. Vienna: IITF/Infoterm, 697-705.

1997a Little Lewis and the Chaucer's Astrolabe, Instructions for use in the fourteenth century. In BANKS, David & TSÉDRI, A. (eds). *Sons et Sens, Mélanges offerts à Jean-François Raoult*. Brest: ERLA, Université de Bretagne Occidentale, 56-72.

1997b Your very first ESP text (wherin Chaucer explaineth the astrolabe). *ASp, la revue du Geras*. 15-18, 451-460.

1999 Aspects of the Development of Grammatical Metaphor in Scientific Writing. *Les Cahiers de l'APLIUT*. 19 (1), 5-25.

2001 The Reification of Scientific Process: The Development of Grammatical Metaphor in Scientific Discourse. In MAYER, Felix (ed.). *Language for Special Purposes: Perspectives for the New Millennium*. Vol. 2. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 555-563.

BARTON, David & Hall, Nigel (eds.)

2000 *Letter Writing as a Social Practice*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.

BAUGH, Albert C. & CABLE, Thomas

1993 *A History of the English Language*. 4<sup>th</sup> Edition. London: Routledge.

BIBER, Douglas

1995 *Dimensions of Register Variation*. Cambridge: Cambridge University Press.

BLOOR, Thomas & BLOOR, Meriel

1995 *The Functional Analysis of English: A Hallidayan Approach*. London: Arnold.

- CASANOVA, Isabel  
1996 *Linguística Inglesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CHESHIRE, Jenny  
1978 Present Tense Verbs in Reading English. In TRUDGILL, Peter. *Sociolinguistic Patterns in British English*. London: Edward Arnold.  
  
1982 *Variation in an English Dialect: A Sociolinguistic Study*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHOMSKY, Noam  
1957 *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton de Gruyter.  
  
1965 *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: MIT Press.
- CLOLAN, Carmel, BUTT, David & WILLIAMS, Geoffrey (eds.)  
1996 *Ways of Saying, Ways of Meaning: Selected Papers of Ruqaiya Hasan*. London: Cassell.
- COLLERSON, John  
1994 *English Grammar: A Functional Approach*. Australia: Primary English Teaching Association.
- CUMMINGS, Michael  
1975 Scale and category analysis of Old English verbal groups. *The Canadian Journal of Linguistics*. 20 (1), 23-58.  
  
1980 Systemic analysis of Old English nominal groups. *The Sixth LACUS Forum 1979*, 228-242.  
  
1981 Systemic phoricity in the Old English nominal group. *The Seventh LACUS Forum 1980*, 348-358.  
  
1982 A systemic-functional model for Old English. *The Eighth LACUS Forum 1981*, 196-206.  
  
1985 Sequence and function in the Old English nominal group. *The Eleventh LACUS Forum 1984*, 422-431.  
  
1986 Analysis of Old English text through logic programming. *Methodes Quantitatives et informatiques dans l'étude des Texts/Computers in literacy and Linguistic Research: en hommage à Charles Muller*, 229-239.  
  
1995 A systemic functional approach to the thematic structure of the Old English clause. In HASAN, Ruqaiya & FRIES, Peter (eds.). *On Subject and Theme: A Discourse Functional Perspective*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 275-316.

- 1996 Computational analysis of Old English cohesion. *The 22nd LACUS Forum 1995*. Linguistic Association of Canada and the United States.
- CUMMINGS, Michael & BAXTER, Lewis  
 1983 Computerized analysis of systemic tree diagrams in Old English. *The Ninth LACUS Forum 1982*, 540-584.
- DAVIES, Martin  
 1996 Theme until Shakespeare. In BERRY, M., BUTLER, C., FAWCETT, R. & HUANG, G. (eds.). *Meaning and Form: Systemic Functional Interpretations: Meaning and Choice in Language: Studies for Michael Halliday*. Vol. LVII. Norwood: Ablex, 113-150.
- EGGINS, Suzanne  
 1994 *An Introduction to Systemic Functional Linguistics*. London: Pinter.
- EGGINS, Suzanne & Martin, J. R.  
 1997 Genres and registers of discourse. In Van DIJK, Teun (ed.). *Discourse as Structure and Process: Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction. Volume 1*. London: Sage Publications, 230-256
- FARIA, Luísa Leal de  
 1997 *Sociedade e Cultura Inglesas*. Lisboa: Universidade Aberta.
- FLETCHER, Ronald  
 1973. *The Family and Marriage in Britain*. 3<sup>rd</sup> Edition. Harmondsworth: Penguin.
- GONZÁLEZ-ÁLVAREZ, Dolores & PERÉZ-GUERRA, Javier  
 1998 Texting the written evidence: on register analysis in late Middle English and Early Modern English. *Text*. 18 (3), 321-348.
- HALLIDAY, M. A. K.  
 1961 Categories of the Theory of Grammar. *Word*. 17, 241-292.
- 1970 Language Structure and Language Function. In LYONS, J. (ed.) *New Horizons in Linguistics*. Harmondsworth: Penguin Books.
- 1973 *Explorations in the Functions of Language*. London: Edward Arnold.
- 1978 *Language as Social Semiotic: the social interpretation of language and meaning*. London: Edward Arnold.
- 1985 *Spoken and Written Language*. Deakin: Deakin University Press.

- 1987 Language and the order of nature. In FABB, Nigel, ATTRIDGE, Derek, DURANT, Alan & MacCABE, Collin (eds.). *The Linguistics of Writing, Arguments between Language and Literature*. Manchester: Manchester University Press, 135-154.
- 1988 On the language of physical science. In GHADESSY, Mohan (ed.). *Registers of Written English: Situational Factors and Linguistic Features*. London: Pinter, 162-178.
- 1994a *An Introduction to Functional Grammar*. 2<sup>nd</sup> Edition. London: Edward Arnold.
- 1994b Contexts of English. In CARLON, Keith, DAVIDSE, Kristin & RUDZKA-OSTYN, Brigida (eds.). *Perspectives on English: studies in honour of Professor Emma Vorlat*. Leuven: Peeters, 449-468.
- 1994c The construction of knowledge and value in the grammar of scientific discourse, with reference to Charles Darwin's *The Origin of Species*. In COULTHARD, Malcolm (ed.). *Advances in Written Text Analysis*. London: Routledge, 136-156.
- 2000 Grammar and daily life: concurrence and complementarity. In LOCKWOOD, et al., 2000: 221-237.
- HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, Ruqaiya  
1976 *Cohesion in English*. London: Longman.
- 1989 *Language Context and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. 2<sup>nd</sup> Edition. Oxford: Oxford University Press.
- KING, Robert D.  
1969 *Historical Linguistics and Generative Grammar*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- KRESS, Gunther  
1988 *Linguistic Processes in Sociocultural Practice*. 2<sup>nd</sup> Edition. Oxford: Oxford University Press.
- LABOV, William  
1972 *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- 1994 *Principles of Linguistic Change. Volume I: Internal Factors*. Oxford: Blackwell.

- LASS, Roger (ed.)  
1999 *The Cambridge History of the English Language. Volume III: 1476-1776.* Cambridge: Cambridge University Press.
- LEITH, Dick  
1997 *A Social History of English.* 2<sup>nd</sup> Edition. London: Routledge.
- LOCKWOOD, David G., FRIES, Peter H. & COPELAND, James E. (eds.)  
2000 *Functional Approaches to Language, Culture and Cognition: Papers in honor of Sydney M. Lamb.* Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- MARTIN, J. R.  
1992 *English Text: system and structure.* Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- MARTIN, J. R., MATTHIESSEN, Christian & PAINTER, Claire  
1997 *Working with Functional Grammar.* London: Arnold.
- McMAHON, April, M. S.  
1994 *Understanding Language Change.* Cambridge: Cambridge University Press.
- MILROY, James  
1992 *Linguistic Variation and Change: on the Historical Sociolinguistics of English.* Oxford: Blackwell.
- MILROY, James & MILROY, Lesley  
1978 *Belfast: Change and Variation in an Urban Vernacular.* In TRUDGILL, Peter. *Sociolinguistic Patterns in British English.* London: Edward Arnold.
- 1985 *Linguistic changes, social network and speaker innovation.* *Journal of Linguistics.* 21, 339-384.
- NEVALAINEN, Terttu & RAUMOLIN-BRUNBERG, Helena (eds.)  
1996 *Sociolinguistics and Language History: Studies Based on the Corpus of Early English Correspondence.* Amsterdam: Rodopi.
- NEVALAINEN, Terttu & RAUMOLIN-BRUNBERG, Helena  
2003 *Historical Sociolinguistics.* London: Longman.
- NURMI, Arja (ed.)  
1998 *Manual for the Corpus of Early English Correspondence Sampler CEECS.* Department of English. University of Helsinki. Acessível em <http://hit.uib.no/icame/ceecs/index.htm>
- 1999 *The Corpus of Early English Correspondence Sampler (CEECS).* *ICAME Journal.* 23, 53-64. Acessível em <http://nora.hd.uib.no/icame/ij23/nurmi.pdf>

- RISSANEN, Matti  
1999           Syntax. In LASS, Roger (ed.), 1999: 187-331.
- s.d.            The Importance of Being Historical. Acessível em <http://www.univie.ac.at/Anglistik/ho/prissanen.htm>
- ROMAINE, Suzanne  
1982           *Socio-historical Linguistics: Its Status and Methodology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RYDÉN, Mats, VAN OSTADE, Ingrid Tieken-Boon & KYTÖ, Merja (eds.)  
1998           *A Reader in Early Modern English*. Frankfurt: Peter Lang.
- SALMON, Vivian  
1988           *The Study of language in Seventeenth-Century England*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- SAPIR, Edward  
1921           *Language*. New York: Harcourt, Brace and World.
- SAUSSURE, Ferdinand de  
1916           *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Éditions Payot. Trad. Port.: *Curso de Linguística Geral*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- SWALES, J.  
1990           *Genre Analysis: English in Academic and Research Settings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- THOMPSON, Geoff  
1996           *Introducing Functional Grammar*. London: Arnold.
- TRUDGILL, Peter  
1972           Sex, covert prestige and linguistic change in urban British dialect of Norwich. *Language in Society*. 1, 179-195.
- 1974           *The Social Differentiation of English in Norwich*. Cambridge: Cambridge University Press.
- UCHIDA, Aki  
1998           When difference is dominance: a critique of the 'anti-power-based' cultural approach to sex differences. In CAMERON, Deborah (ed.). *The Feminist Critique of Language: a reader*. 2<sup>nd</sup> Edition. London: Routledge, 280-292.
- WEINREICH, Uriel, LABOV, William & HERZOG, Marvin  
1968           Empirical foundations for a theory of language change. In LEHMANN Winifred, & MALKIEL, Yakov (eds.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 95-188.